



O sindicalismo ainda conta? O caso do sindicato dos estivadores de Lisboa

Mariana Varela Camara

Tese apresentada para a obtenção do grau de mestre em Sociologia na Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova De Lisboa

Versão corrigida e melhorada após Defesa Pública

Sob orientação da professora Dra. Helena Serra
E co-orientação da professora Dra. Giulia Strippoli

**O sindicalismo ainda conta?
O caso do sindicato dos estivadores de
Lisboa**

Mariana Varela Camara

Tese apresentada para a obtenção do grau de mestre em Sociologia na Faculdade de
Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova De Lisboa

Versão corrigida e melhorada após Defesa Pública

Sob orientação da professora Dra. Helena Serra
E co-orientação da professora Dra. Giulia Strippoli

Índice

Introdução	1
Capítulo 1. Apresentação da problemática e revisão da literatura.....	4
1.1 Sindicalismo.....	5
1.2 Dessindicalização.....	10
1.3 Mudanças nas formas de trabalho.....	11
1.4 Um novo discurso ideológico.....	14
1.5 A capacidade de representação ou a crise estética.....	16
1.6 O papel do Estado.....	20
1.7 Corporativismo.....	22
1.8 Questão e hipóteses.....	25
Capítulo 2. Enquadramento teórico e modelos de análise.....	26
2.1 Enquadramento teórico.....	26
2.2 Metodologia.....	30
2.3 Técnicas metodológicas empregadas.....	34
Capítulo 3. Estrutura e formação de classe.....	42
3.1 A formação do Porto, da cidade e do trabalho da estiva em Lisboa.....	43
3.2 O estado novo e o modelo corporativista estatal.....	45
3.3 A década de 1960 e 1970.....	51
3.4 A criação do CCTPL.....	55
3.5 O caminho para o neoliberalismo.....	57
3.6 Os estivadores de Liverpool e a internacionalização da categoria.....	59
Capítulo 4. O conflito dos estivadores do Porto de Lisboa em 2021.....	63
4.1 As transformações laborais no sector portuário.....	66
4.2 A organização dos estivadores em termos de conflito capital trabalho.....	68
4.3 O sindicato dos estivadores e os recursos de poder.....	73
4.4 Poder Associacional.....	74
4.5 Poder estrutural.....	78
4.6 Poder institucional.....	82
4.7 Poder discursivo.....	87
Capítulo 5. Crise do sindicalismo? Conclusões e questões em aberto.....	94
Referências bibliográficas.....	105

Resumo

O processo de dessindicalização em Portugal e nos países do norte-global, verificado como uma tendência a partir da década de 1970-1980, aparece para a sociologia como problema, na esteira do aparecimento dos novos movimentos sociais e das novas formas de organização colectiva. A presente pesquisa se propõe a levantar os principais argumentos na sociologia a respeito da tendência à dessindicalização verificada nas últimas décadas e realizar uma análise de caso do Sindicato dos Estivadores de Lisboa que, em articulação internacional, tem vindo a demonstrar uma força sindical renovada, na contra-corrente da tendência verificada.

Palavras-chave: sindicalismo; formas laborais; modelos de resistência; estiva; capitalismo flexível; trabalho; novos movimentos sociais; porto de Lisboa; zona portuária; internacionalismo.

Abstract

The process of de-unionization in Portugal and North-global countries, verified as a trend from the decade of 1970-1980, appears for sociology as a problem, in the wake of the appearance of the new social movements and new forms of collective organization. This investigation aims to raise the main arguments in sociology in respect of the trend towards de-unionization verified in the last decades and to carry out an analysis of the case of the Lisbon Estivadores Union, that in a international articulation, has come to demonstrate a renewed union strength, in a counter-current of verified trend.

Keywords: unionism; forms of labour; resistance models; dockers; flexible capitalism; labour; new social movements; port of Lisbon; portuary zone; internationalism.

Prefácio

Foi com uma certa surpresa que me vi interessada pelo tema do sindicalismo na contemporaneidade. Por muito tempo, acreditei-o ultrapassado e, de certa forma, um organismo obsoleto, característico de um período industrial que aos poucos se ia desconstruindo. Interessada, entretanto, na intersecção entre as formas económicas que moldam a vida contemporânea e as condições de possibilidade de (re) construção de organismos colectivos de resistência, iniciei uma jornada investigativa que visava compreender de que forma estavam sendo construídas respostas ao regime neoliberal, que vinha implementar dispositivos económicos e políticos que reduziam a qualidade de vida da população, principalmente a partir da segunda década do século XXI.

De facto, uma série de teóricos, que enfatizam a importância do sindicalismo no desenvolvimento histórico, ou mesmo aqueles que desdenham da sua importância, reconhecem uma certa defasagem dessa instituição no que diz respeito à sua capacidade de mobilização, articulação e ação diante dos processos económicos que delineiam a realidade social contemporânea. A globalização, a desindustrialização, as novas relações laborais, os novos movimentos sociais e um contexto político também novo parecem ter, de certa forma, eclipsado a importância dessa instituição que durante o século XIX e XX desempenhou um papel incontornável na conquista de direitos dos trabalhadores.

À minha descrença, que se misturava a um certo desconhecimento, teórico e prático, se somava, entretanto, uma preocupação candente em relação à necessidade de novas respostas políticas diante dos processos económicos e políticos contemporâneos. O abismo cada vez maior entre as instituições políticas e a população cotidiana, o desenvolvimento de estruturas sociais que misturam à massificação uma crescente individualização e a modificação dramática nas relações de trabalho forneceram o arsenal necessário para que a minha curiosidade teórica me levasse a buscar compreender de que maneira o sindicalismo — como uma instituição mediadora entre o particular e o universal, entre o indivíduo e a colectividade, entre o trabalho e o sistema de produção capitalista — se apresentava na actualidade.

A princípio interessada pelos novos modelos de acção colectiva que apareceram durante os protestos da Troika, protagonizados pelos trabalhadores da cultura, iniciei uma leitura da produção teórica contemporânea a respeito das formas de resistência que começaram a ser criadas na contemporaneidade. À criação de novos formatos se somavam críticas a um sindicalismo obsoleto, de facto. Mas foi sobretudo notável, nesse primeiro momento, a simultaneidade entre os movimentos de resistência que ocorriam em diferentes países do globo, criando uma espécie de sinergia de diferentes formas de resistência. Essa interconectividade das formas de resistência, impressas em um desenvolvimento mais amplo de transformação económica, pareceu-me um elemento interessante a ser seguido, no sentido de compreender-lhe o sentido.

Dessa forma, resolvi jogar luz a essa interconectividade ou, nas palavras de Castells, a essa *rede* que vinha a se formar e operar de maneira ao mesmo tempo isolada e simultânea contra os imperativos económicos de um período histórico que vem sendo denominado neoliberalismo. Entranhando-me nessa proposta, optei por tomar como objeto de análise um ator colectivo que surgiu com certo protagonismo durante as manifestações da Troika e que passou a se apropriar dessa interconectividade para renovar a atuação sindical, actualmente em descrédito. O Sindicato dos Estivadores, Trabalhadores do Tráfego e Conferentes Marítimos (que viria a se tornar o Seal), associado por sua vez ao International Dockers Council, apresenta além de altas taxas de filiação, uma atuação política renovada e vitoriosa, realizada por meio da dinamização dos seus recursos e práticas, de certo, mas também por meio da internacionalização da sua categoria profissional.

Nesse sentido, o meu objeto de pesquisa passou a funcionar como uma espécie de exemplo negativo em relação à crise do sindicalismo. Em alguma medida, esse sindicato não só manteve-se em atividade, com altas taxas de filiação, representação pública e atuação vitoriosa, mas também demonstrou capacidade de atualização das práticas sindicais, colocando em xeque algumas suposições teóricas a respeito da decadência desse organismo. Se, por um lado, o sindicalismo se apresentava em crise, por outro, uma categoria profissional específica era capaz de dinamizar a sua atuação, apresentando-se como um exemplo contra-corrente.

O presente trabalho visa, nesse sentido, realizar um estudo de caso acerca do sindicalismo dos estivadores portugueses. Ele se propõe a abordar o papel do sindicalismo na sociedade contemporânea e no sistema económico, mas busca compreender as condições de possibilidade da sua continuidade e renovação, por meio da análise desse sindicato no que diz respeito a dinamização, renovação, atualização e manutenção dos seus recursos de poder.

Mais do que compreendidos como um organismo produzido *ad hoc* pelo sistema económico, os sindicatos são aqui entendidos como organismos vivos que se organizam e atualizam por meio de práticas - comunicativas, estéticas, políticas, económicas e institucionais - de maneira a dar forma aos seus anseios, conquistar objetivos e defender seus interesses. Nesse sentido, além de um enquadramento teórico marxista, que joga luz sobre as relações materiais de trabalho e o seu impacto na formação e deformação de colectivos de resistência, o presente trabalho mobiliza um arsenal teórico das teorias das organizações, no intuito de compreender através de que recursos os sindicatos tem dinamizado os seus aspectos organizacionais para a sua renovação e manutenção. O trabalho realizado aqui busca, portanto, concatenar diferentes níveis de análise acerca do organismo sindical, no sentido de compreendê-lo enquanto instituição social relacionada de maneira inextricável ao sistema económico, mas também enquanto organismo vivo dotado de dinâmicas e processos próprios, com capacidade de ação, criação e recriação das suas próprias formas e estruturas.

Introdução

O presente trabalho se dedica a fazer uma análise do sindicato da estiva em Lisboa do século XX ao século XXI. Nosso intuito é compreender o que possibilita que, em um contexto de crise do sindicalismo, o sindicato da estiva apareça com tão forte poder organizacional. Antes de uma análise situada em um momento histórico específico, entretanto, ao modo de uma fotografia, optamos por compreendê-lo no seu sentido histórico, ao modo de um longa-metragem. Essa abordagem nos possibilita perscrutar as transformações deste sindicato na sua relação com a forma do estado, o modo de produção, a geografia da cidade, as rotas marítimas e a morfologia do seu trabalho.

Nesse sentido, este é um trabalho que se situa na esteira dos debates abertos pelo marxismo estruturalista, levando em consideração, sobretudo, a estrutura relacional sistémica que esse sindicato estabelece com outras formações sociais - como é o caso da estrutura produtiva, das formas de estado e da organização territorial. Por meio desse método, estrutural e dialético, somos capazes de perceber o aparecimento, a persistência e a modificação de determinadas estruturas nessa organização sindical ao longo do tempo - e as influências exercidas sob esse sindicalismo no curso da história. Nosso intuito, no entanto, não é historicizar o sindicato: trata-se sobretudo de, por meio de uma descrição das suas mudanças mais relevantes ao longo do século XX, conseguir mapear quais formas sociais estão relacionadas à sua transformação e manutenção. Esse exercício nos permite olhar para o caso do sindicalismo da estiva na contemporaneidade (2013-2016) já considerando alguns elementos devedores do seu passado.

Do ponto de vista da organização do trabalho, portanto, a situação é a seguinte: no primeiro capítulo situamos o tema do sindicalismo no intuito de apresentá-lo como nosso objeto de estudo. Sendo uma tese em sociologia económica, na esteira do que convencionalmente foi denominado teoria dos conflitos, damos prioridade, nesse capítulo, à perspectivas que enfatizem a relação entre a estrutura material e os sindicatos, entre o movimento económico e as estruturas de resistência, entre as políticas de redistribuição e o movimentos dos trabalhadores. A problemática da dessindicalização aparece na sequência dessa apresentação: quais foram as principais respostas e hipóteses levantadas pela sociologia para explicar o fenómeno da dessindicalização, que passa a se mostrar uma tendência a partir da década de 1980. Apresentamos, assim, um conjunto de teorias macro

e micro sócio-económicas que buscaram dar resposta a esse fenómeno e que acabam por revelar, na verdade, um conjunto de transformações estruturais, ideológicas e políticas que se iniciaram a partir da década de 1970 e que marcaram não só a crise do sindicalismo, mas também a crise do fordismo.

No segundo capítulo, apresentamos uma breve história do sindicato da estiva em Lisboa. Nossa intenção, como já mencionamos, é menos historicizar o sindicato do que fornecer um repertório dos elementos mais importantes que forjaram essa classe profissional e o seu sindicalismo, no sentido de apresentar uma análise diacrónica desse grupo. Ainda que descrevendo as transformações históricas, damos especial atenção à relação entre a forma sindical e a forma do estado, a estrutura produtiva e as formas de recrutamento e sociabilidade que marcaram os diferentes períodos. Temos na análise legislativa e nessas formas sociais as principais bases de análise das mudanças ocorridas ao longo do tempo e no estabelecimento de limites máximos e mínimos de atuação política desse grupo.

Podemos perceber, assim, as diferenças entre o período que marcou a forma de estado durante o estado novo e a forma do estado que vigorou durante a década de 1980 e 1990. De modo similar, podemos notar as mudanças nas formas de trabalho em termos de técnicas, valências e operações logísticas que o trabalho passa a exigir com as transformações na estrutura produtiva. Todos esses movimentos são analisados dialeticamente em relação às modificações na estrutura sindical dos estivadores, inserindo-o, portanto, dentro de um método estrutural.

Com esta análise veremos, por um lado, a importância das redes familiares e de compadrio na formação dessa classe profissional, o que lhes possibilitou uma construção sólida de identidade de classe. Também veremos como o espaço da cidade foi fundamental na construção dessa classe profissional e desse sindicalismo, o que se transformaria consideravelmente a partir da década de 1980, com um ajuste na morfologia desse trabalho e no estabelecimento de novas redes sócio-técnicas. Verificaremos, ainda, como as redes materiais de trabalho, ou seja, como a entrada de um sistema de transporte de mercadorias ajustados à demanda de uma cadeia de produção desagregada tornou o transporte marítimo um nó fundamental em uma rede logística ampliada. Essa modificação dramática no

trabalho, que ocorre entre a década de 1970 e 1980, diminuiu consideravelmente o número de trabalhadores na estiva e lhes concedeu, em associação com a rede internacional, um poder estrutural fundamental para a sua capacidade de intervenção e defesa dos seus direitos.

No terceiro capítulo, chegamos enfim à época da Troika, onde jogaremos luz às estratégias utilizadas pelos estivadores para forjar e fortalecer a sua luta profissional durante o turbulento período que marcou a segunda década dos anos 2000. Com um repertório diferente de dados e informações, que inclui, por exemplo, a produção discursiva desse sindicato na actualidade, nos dedicamos a analisar os recursos de poder de que essa classe dispõe actualmente e como os tem utilizado. Isso significa que além de inseri-los no movimento económico e social mais amplo, nos dedicamos a analisar de que forma os estivadores tem sido capazes de forjar e dar continuidade a uma colectividade de trabalho atuante e capaz de resistir às pressões do sistema económico. Veremos que os estivadores, por meio do seu poder organizacional, enfrentaram uma série de problemas que acometem outras classes profissionais na actualidade, mas que conseguiram barrar algumas dessas investidas por meio de uma luta contínua, constante e solidária.

Por fim, concluímos o trabalho de forma a retomar as hipóteses levantadas no primeiro capítulo a respeito do fenómeno da dessindicalização, relacionando o caso dos estivadores ao cenário apresentado. O que fica de pista é como a questão do espaço e da construção de redes rizomáticas, internacionalistas, que ultrapassam o estado nação, em associação a um bom uso dos recursos de poder, concedeu uma posição estratégica a esse grupo profissional na contemporaneidade: na fronteira da recepção e envio de mercadorias, abertos à novas formas de resistência e comunicação, o sindicato dos estivadores se apresenta como um exemplo contra-corrente no cenário de dessindicalização, jogando luz ao que está disponível ao universo sindical, mas também deixando espaço aberto para importantes reflexões futuras, como é o caso do debate acerca da democracia e da capacidade de intervenção política dos indivíduos na sociedade inteligente.

Capítulo 1. Apresentação da problemática e revisão da literatura

Ao mediar o individual e o colectivo, o sindicato aparece, para a sociologia, como uma instituição dotada ao mesmo tempo de particularidade histórica e universalidade ontológica. O surgimento desse organismo no século XIX fez surgir uma multiplicidade de reflexões a respeito do seu papel, do seu sentido e da sua função, da filosofia à sociologia. Situado entre uma forma de ação colectiva e uma formação social característica da estrutura económica capitalista, o sindicalismo adquiriu interesse como objeto de estudo na sociologia ao estar associado, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento de processos económicos mais gerais e ao estudo das dinâmicas de construção de um organismo colectivo.

O sindicato aparece, entretanto, actualmente, como um organismo em xeque, verificável principalmente pelas baixas taxas de sindicalização, mas também por uma série de obstáculos que parecem minar a sua atuação. Em Portugal, as taxas de sindicalização caíram de 60,8% em 1978 para 15,3% em 2016 (OECD, 2019). A mesma realidade é verificada em outros países (Rodrigues, 2009: 10). Questiona-se, por um lado, a sua capacidade de atuação e, por outro, o próprio sentido da sua formação, dadas às mudanças estruturais da sociedade e o aparecimento de novas formas de trabalho e resistência política. Nesse contexto, um conjunto de autores tem enfrentado o tema da dessindicalização.

Nesse capítulo, no intuito de introduzir o tema do sindicalismo e da dessindicalização, que é a problemática mais ampla em que o caso dos estivadores da estiva se insere, apresentamos a história dessa instituição e a compreensão mais contemporânea a respeito do seu papel enquanto ator político, económico e social no quadro do estado de bem estar social que marcou a segunda metade do século XX nos países europeus. Em seguida, apresentamos as principais teorias acerca da dessindicalização, desenvolvidas a partir da década de 1970 e início dos anos 2000, sistematizando um conjunto de quatro linhas de argumentação que jogam luz a diferentes aspectos para a compreensão do fenómeno.

De certo, não é uma única hipótese que responde ao fenómeno, uma vez que a realidade é multifacetada e atravessada por diferentes forças e relações de poder. De todo modo, a verificação de determinados padrões e a análise dos contextos históricos nos fornecem um arcabouço empírico e teórico que se apresenta como o primeiro passo para a análise do caso do sindicato dos estivadores, como um sindicato contra hegemónico em um contexto de dessindicalização massiva.

1.1 Sindicalismo

O sindicalismo aparece como a organização histórica mais importante dos trabalhadores, característica do capitalismo industrial, a mediar a relação estrutural mais importante do modelo económico capitalista: a relação social entre o dono dos meios de produção e os trabalhadores assalariados. É após o advento do capitalismo industrial que os sindicatos se forjam e é do século XIX em diante que vão sendo lapidadas as suas formas. No século XX, no que foi caracterizado como o período do fordismo e da construção do estado de bem estar social nos países do norte global, ele atinge sua forma mais institucionalizada, tornando-se actor económico e político responsável pela regulamentação das formas laborais e pela estabilização de um modelo económico que envolve a organização da produção, o regime de assalariamento e o consumo de bens por parte dos trabalhadores (Boyer, 2002).

Historicamente, os sindicatos são instituições que dão forma à organização dos trabalhadores, commumente estabelecidos de acordo com seus ofícios, que tendem a reivindicar acordos salariais e a regulamentação das jornadas de trabalho. São formas sobretudo europeias e anglo-americanas, tendo, entretanto, se difundido ao redor do mundo ao longo da expansão do sistema económico. Actualmente, constituem uma das principais forças económicas e políticas para a reivindicação dos direitos dos trabalhadores em diferentes países do mundo. Essa expansão deve-se à expansão da própria formação económica capitalista para a totalidade de países do globo.

Não a toa, a teoria marxista conferiu papel fundamental aos sindicatos na teoria revolucionária e também por isso penetrou consideravelmente na sua constituição. Para Lenin, Trotsky, Rosa-Luxemburgo ou Luckács, para citar alguns dos autores marxistas, que tem como objeto de estudo o desenvolvimento do sistema económico capitalista, os sindicatos são agentes determinantes no desenvolvimento histórico rumo à uma sociedade socialista ao protagonizar a luta de classes, a democracia direta e o desenvolvimento teológico mais geral da história em direção ao comunismo, ao lado da forma partido. Importa notar, nesse caso, que é a luta de classes entre trabalhadores e donos dos meios de produção que constitui o veículo da história, tendo outros atores sociais um papel secundário nesse processo.

Dentro de uma perspectiva institucionalizada e estruturalista, por seu turno, os sindicatos são *um dos* agentes económicos na arena política e social, aparecendo sobretudo como promotores e defensores de direitos laborais, mas desempenhando um papel determinante na própria estabilização do regime de acumulação por meio de uma forma reguladora específica¹. Essa perspectiva, defendida pela Escola Francesa de Regulação, por exemplo, que atualiza o marxismo sob bases institucionalistas, é especialmente visível no desenvolvimento histórico anglo americano e europeu do último século, onde além das formas de acumulação e a estabilização da produção dos bens de consumo, a institucionalização dos sindicatos também foi determinante na construção do estado de bem estar social.

Nesse sentido, os sindicatos estão associados, por um lado, ao desenvolvimento do sistema económico capitalista e, por outro, à institucionalização das demandas dos trabalhadores em uma sociedade organizada. Eles podem, nesse sentido, adquirir tanto a forma de atores revolucionários que tendem a protagonizar a luta de classes e o desenvolvimento teológico rumo ao comunismo, como o de organizações de trabalhadores de determinado ofício, dotados de experiências compartilhadas e de demandas específicas, que se organizam para reivindicar seus interesses de classe profissional. Ainda que por

¹ O acordo em torno das formas salariais foi determinante para a estabilização de um modelo de acumulação que respondia, ao mesmo tempo, às necessidades de mais valia e aos bens de consumo que haviam de ser produzidos, para garantir a vida dos trabalhadores. A Escola de Regulação Francesa retrata bem essa perspectiva.

meio das centrais sindicais ou da forma partido os sindicatos possam vir a agregar-se em torno de uma pauta económica e política mais geral (facto muito comum no período revolucionário europeu), é comum que as categorias profissionais empenhem reivindicações relacionadas tão somente as suas demandas particulares.

Hyman (2001) estabelece três tipos ideais de sindicalismo, tendo em consideração principalmente os países do norte global. Eles são: o sindicalismo como oposição anticapitalista, associado às teorias marxistas tradicionais, que reconhecem o sindicato como principal ator na transformação do sistema económico; o sindicalismo de negócios, que tem como prioridade central a barganha colectiva e a representação de interesses de determinada ocupação; e o sindicalismo como veículo para a integração social, que prioriza o aprimoramento gradual do estado de bem estar social e da coesão social (Hyman, 2001:1). O estabelecimento desses três tipos de sindicalismo pelo sociólogo inglês prioriza a compreensão da multiplicidade e dos padrões de orientações ideológicas e táticas que os sindicatos desenvolveram ao longo do século XX. A particularidade histórica e os contextos nacionais acabam por influenciar sobremaneira as formas e dinâmicas destes actores e, nesse sentido, fica evidente como esse organismo está acoplado às dinâmicas sociais e aos contextos nacionais, sendo ao mesmo tempo objeto e actor das mudanças sociais e dos períodos históricos em que estão inseridos.

Essa multiplicidade, entretanto, não faz deslocar a própria natureza e origem da sua organização. Isso significa dizer que, ainda que possivelmente dotados de diferentes orientações ideológicas e táticas, o sindicato define-se como um actor que articula os trabalhadores para a reivindicação dos seus direitos, numa dinâmica que tende a estar situada nos locais de trabalho. O seu poder, nesse sentido, repousa na sua capacidade de paralisação da produção por meio das greves. É por isso que ele está imbricado no modo de produção capitalista como uma forma de poder particular dos trabalhadores. Essa capacidade de paralisação da produção é o que torna a atuação sindical historicamente tão relevante e o que diferencia sindicatos como o sindicato dos mineiros, dos estivadores, dos trabalhadores do setor automobilístico ou do setor de transportes. Constituindo-se como forças de extrema relevância na paralisação dos fluxos de mercadoria e energia, esses sindicatos constituem os sindicatos mais relevantes da história.

Assim sendo, os sindicatos operam suas dinâmicas reivindicativas nos próprios locais de produção, transporte e organização do mundo material da sociedade. O seu poder reivindicativo está deslocado da arena política representativa: ela se realiza nas estruturas produtivas e reprodutivas da vida social. Para alguns autores, como é o caso de Mitchell (2000), a capacidade de paralisar a produção instaura a possibilidade de *democracia* na sociedade moderna, uma vez que os trabalhadores adquirem um poder de ação que provêm da operação política da maquinaria (Mitchell; 2000: 12).

Segundo o autor, os trabalhadores que extraíam, tratavam e transportavam óleo e petróleo durante o último século instauraram um novo tipo de poder ao serem capazes de paralisar o fluxo de energia responsável pela construção da sociedade industrial. Esses trabalhadores são considerados por Mitchell os responsáveis pela construção de uma nova sociedade, tanto em termos materiais como políticos, uma vez que o poder a eles concedido ao trabalhar com o mais importante fluxo energético foi capaz de inaugurar um poder político inteiramente novo, baseado na possibilidade de paralisar a engrenagem da sociedade (Mitchell, 2000: 12).

Mitchell chama também a atenção para o processo de institucionalização dos sindicatos ao longo do século XX e de como esse processo foi determinante para garantir a viabilidade das sociedades capitalistas modernas. Se, na teoria marxista-socialista, os sindicatos são agentes que actuam na história da luta de classes em direção a uma nova sociedade, na construção do capitalismo moderno dentro de um regime democrático liberal os sindicatos são institucionalizados dentro de um quadro nacional, passando a negociar e a viabilizar as formas de acumulação dentro do estado nação por meio dos regimes salariais.

Nessa negociação são estabelecidas, por um lado, as bases de acumulação da mais valia dos donos dos meios de produção e, por outro, os bens de consumo que devem ser produzidos para assegurar as formas de vida dos trabalhadores. Isso significa dizer que o estabelecimento de padrões salariais acaba sendo determinante para a própria organização do sistema produtivo. Nesse sentido, o processo de institucionalização dos sindicatos garantiu a inserção massiva dos trabalhadores no regime de assalariamento ao mesmo tempo que estabilizou a formação económica e democrática moderna, garantindo

os fluxos de produção, por um lado, e a regulação dos modos de vida dos trabalhadores, por outro (Boyer, 2002: 80).

Importa notar, aqui, que a teoria marxista ortodoxa está menos preocupada com os limites do estado-nação e com as categorias profissionais do que com as condições de possibilidade do desenvolvimento de uma consciência de classe proletária, internacional e universal. Na teoria de George Lukács, por exemplo, os sindicatos desempenham um papel mediador determinante entre o particular e o universal, entre o cotidiano e o universal. A organização dos trabalhadores por meio do sindicalismo, para o teórico, constitui ponto fundamental no desenvolvimento da consciência de classe e na compreensão da totalidade da vida social, que aliada à *práxis* revolucionária se dirige à transformação do modo de produção.

Com o processo de institucionalização dos sindicatos dentro de um regime económico e democrático liberal, há um deslocamento dessa posição para a arena política nacional, ainda que mantendo particular capacidade de influenciar os ciclos produtivos do capital e a estabilidade da sociedade industrial e energética. Nesse momento, teorias como a de Hyman (2001) ganham certa relevância, ao enfatizar a multiplicidade de formas e orientações ideológicas que os sindicatos podem vir a ter. Para o autor, os contextos específicos de cada organização e o contexto nacional do seu desenvolvimento acabam por moldar interesses muitas vezes bastante distintos em relação às concepções de democracia, agenda e tipos de poder que cultivam e aplicam (Hyman, 2001: 1)

Nesse contexto, o Estado também passa a ter um papel cada vez mais relevante, uma vez que, com a construção do estado de bem estar social, ele passa a se tornar uma espécie de mediador da luta de classes, que até então se estabelecia diretamente entre trabalhadores e patrões. Para Braga (2002), a institucionalização dos sindicatos faz com que o estado de bem estar social tome o lugar do horizonte socialista e, mais do que um movimento teológico em direção à transformação do sistema económico, as reivindicações salariais passem a aparecer como “o demiurgo da história” (Braga, 2002). Esse deslocamento permite certa negociação dentro de um quadro institucional, que busca estabilizar a economia nacional.

1.2. Dessindicalização

O processo de dessindicalização adquiriu protagonismo nos últimos anos, junto à constatação do que foi considerada a crise do fordismo². A decadência desse modo de produção suscitou um conjunto de transformações, sob a forma de novas relações laborais, financeirização económica, inovações tecnológicas e novos padrões de consumo que se estabeleceram concomitantemente à crise dos sindicatos. Inserida em um contexto económico e político em mutação, a crise sindical verificou-se principalmente na decadência expressiva no número de associados, em uma crise de legitimidade, bem como nas derrotas consecutivas que sindicatos importantes sofreram nas últimas décadas em diversos países (Antunes, 1999; Boltanski & Chiapello, 1999; Harvey, 2008).

Nas últimas décadas, uma série de autores verificaram a queda massiva das taxas de sindicalização em diversos países do globo, abrindo espaço para o questionamento acerca das causas que teriam levado a tal fenómeno. Rodrigues (2009), em *Destino do Sindicalismo*, apresenta os dados empíricos recolhidos a respeito do processo de dessindicalização aferido nos países do norte global, verificando que em Portugal, estima-se que os níveis de sindicalização teriam descido de 59% em 1970 para 30% em 1988. Pela OIT (1997-1998), 51,4% estariam sindicalizados em 1985, proporção que teria baixado para 18,8% em 1995 (Rodrigues, 2009: 70). Ainda que durante a década de 1970 tenha havido um aumento considerável do número de sindicatos e sindicalizados devido à Revolução dos Cravos, os números que diferem a década de 1980 e os anos recentes já são bastante expressivos: segundo a OCDE em relatório elaborado com dados enviados pelas centrais sindicais, a taxa de sindicalização em 1978 era de 60,8% e em 2016, 15,3% (OCDE, 2019).

² Os trabalhos sociológicos que se voltam para as questões laborais situam o período fordista como o período que vigorou durante o século XX, com especial ênfase no setor industrial. Ele foi responsável pela estruturação e estabilização de um modo de produção e organização do trabalho caracterizado pela divisão de tarefas, consumo e produção de massa. Este teria entrado em crise a partir da década de 70, onde se iniciam uma série de reconstruções económicas, sociais e políticas.

Assim sendo, fornecemos, nesse capítulo, os principais argumentos que têm sido levantados para responder ao fenómeno da dessindicalização. Eles estão debruçados, sobretudo, sob i) as novas formas de relações laborais ii) as novas bases ideológicas e discursivas em que se assenta o novo regime económico iii) os problemas de comunicação e representação do sindicalismo tradicional e iv) as mudanças no papel do estado, que de mediador das lutas sociais e construtor de um estado de bem estar social, vem deslocando a sua atuação para um papel mais ambivalente e, muitas vezes, contrário às reivindicações sindicais, com vista a derrubar o que entende funcionar como fatores de bloqueio à atração de investimentos estrangeiros.

1.3. Mudanças nas formas de trabalho

O entrelaçamento dos aspectos acima descritos foi captado com precisão por David Harvey, que mapeou historicamente o desenvolvimento do regime neoliberal e o advento de uma nova etapa do regime económico capitalista, qual seja, o capitalismo de acumulação flexível. Captar com precisão a articulação de diferentes elementos significa dizer que, antes de independentes, esses elementos relacionam-se de maneira articulada e conjunta; ou seja, que fazem parte de um desenvolvimento histórico que se ramifica para diferentes campos sociais mas que fincam suas raízes em um mesmo ponto de contacto: a mudança no modo de produção.

A desagregação das cadeias produtivas, o estabelecimento de uma divisão internacional do trabalho e a intensificação da comunicação entre países para a produção de mercadorias formam um conjunto que, associado à financeirização e ao estabelecimento de plataformas de comunicação virtuais, inauguram uma etapa económica de colusão planetária e de cadeias desagregadas, em que a dispersão, a velocidade e a porosidade económica entre fronteiras é cada vez mais patente.

Nesse contexto, mudanças importantes nas formas laborais ocorreram, o que dá pistas importantes para a compreensão do problema da dessindicalização. As novas condições de trabalho chamam a atenção de autores preocupados com a materialidade das condições de vida social, uma vez que o trabalho constitui ponto de apoio fundamental na organização do sindicato. A desagregação da coletividade do trabalho, advinda da reestruturação das dinâmicas e organizações laborais, parece minar a possibilidade da construção de uma identidade de classe associada ao ofício, uma vez que esta advém, sobretudo, do compartilhamento de experiências laborais ao longo do tempo. Em uma realidade laboral de alta rotatividade, em que a desterritorialização do trabalho e a priorização dos contratos individuais sob os contratos colectivos passam a ser cada vez mais generalizados, os organismos colectivos como os sindicatos sofrem abalos consideráveis (Boltanski & Chiapello, 1999: 239).

Boltanski e Chiapello destacam, além do desaparecimento do tecido sindical devido à alta mobilidade dos trabalhadores, a transferência de uma grande quantidade de empregos para o setor de serviços e para pequenas e médias empresas, com estruturas pouco sindicalizadas, sem tradição de confrontação (Boltanski & Chiapello, 1999: 296). De facto, a mudança de uma sociedade industrial para uma sociedade de serviços ou 'pós industrial' é ponto estrutural do problema para uma série de autores. André Gorz (2000) argumenta que é justamente essa passagem da era industrial para uma outra marcada pelos serviços, associada ao desenvolvimento tecnológico, que fez com que os trabalhadores se des-identificassem completamente com o trabalho.

Essa des-identificação vem da intensificação da alienação em relação ao trabalho, produzida pelo desenvolvimento tecnológico. Ou seja, é cada vez menos exigido do trabalhador uma relação produtiva e identitária, de facto, com o seu trabalho, uma vez que este é realizado sobretudo pela maquinaria. Devido a essa des-identificação, os trabalhadores não estariam interessados em se organizar para exigir melhores condições de trabalho, mas sobretudo em se livrar dele (Gorz, 2000: 66). Esse ponto, em articulação com a alta rotatividade, desterritorialização e mobilidade dos trabalhadores, já revela um dos principais aspectos produzidos pelas mudanças nas relações laborais: a des-

identificação dos trabalhadores com o seu ofício, uma das características mais importantes na construção das lutas sindicais durante o período fordista.

As transformações no tecido laboral não foram, entretanto, só uma consequência das transformações tecnológicas, mas também foram produzidas por iniciativas institucionais que alteraram as leis laborais, flexibilizando-as. Essas iniciativas facilitaram a substituição dos trabalhadores, conferiram aos contractos termos mais curtos e aumentaram a possibilidade de mobilidade dos trabalhadores entre empregos diferentes. Nesse contexto, surgiram movimentos sociais identificados, sobretudo, com esse tipo de contratação, mais do que com a natureza do trabalho realizado. Em Portugal, foi criado o movimento “precários inflexíveis” e o “fartos d’estes recibos verdes”, uma consequência direta da política de flexibilização laboral. Ambos os grupos integram o quadro dos trabalhadores em regime de outsourcing, uma modalidade de trabalho que tem ganhado cada vez mais espaço na actualidade. Trata-se da contratação em um quadro de externalização da força de trabalho, ou seja, de forma que esses trabalhadores não sejam legalmente reconhecidos como trabalhadores, mas como empresários individuais que, à forma de uma empresa, concedem o seu trabalho por determinado período de tempo para outra empresa. Essa modalidade foi bastante difundida nos últimos anos e facilita a precarização das condições laborais, uma vez que cria facilidades para a celebração de contractos mais curtos e com salários mais baixos, bem como com a possibilidade de aumento da duração das jornadas de trabalho.

Nesse sentido, podemos mapear três questões importantes que estão associadas às mudanças nas condições de trabalho e o problema da dessindicalização. Em primeiro lugar, a questão da desagregação da coletividade do trabalho, que demanda o compartilhamento de experiências culturais ao longo do tempo; em segundo, o desenvolvimento tecnológico e a passagem para uma sociedade de serviços, com empresas com pouca tradição de confrontação e com um arsenal técnico que exige menos identificação dos trabalhadores com o seu ofício; por último, a celebração de contratos mais curtos, temporários e em modelos de out-sourcing, que por um lado evitam a possibilidade de reivindicação no quadro da empresa e, por outro, inauguram novas modalidades de trabalho e de trabalhadores, que muitas vezes se organizam, como no caso

dos precários inflexíveis, não em torno de um ofício determinado, mas em torno do contrato de trabalho a que estão submetidos.

Essas novas condições laborais são, ainda, acompanhadas por um novo tipo de discurso que se desenvolveu no neoliberalismo, que celebra o empreendedorismo e a iniciativa individual como condições desejadas, devido principalmente a liberdade concedida por esse modelo. Abaixo, apresentaremos alguns trabalhos que tratam dessa nova construção ideológica e cultural que vem sendo desenvolvida — e o seu impacto nas formas de organização social.

1.4 Um novo discurso ideológico

As novas condições laborais, das quais se destaca a contratação individual e em regime de outsourcing, por exemplo, foi acompanhada por um discurso ideológico que atualiza e radicaliza os preceitos liberais, utilizando sobretudo do conceito de empreendedorismo. Por meio desse conceito, a narrativa neoliberal constela, de forma simultânea e conjugada, a inovação, a flexibilidade, o individualismo, a liberdade e os valores do individualismo radical. A modalidade do outsourcing, referida acima, que em Portugal adquire a forma dos recibos verdes, é a forma material desse discurso e dessa prática, que se difunde cada vez mais na sociedade. Especialmente em determinadas profissões, a celebração de contratos de trabalho em regime de recibos verdes ou outsourcing vem associada a uma visão do trabalhador que supera a do trabalhador tradicional, pertencente a determinada empresa, ofício ou colectividade. Ele é destacado desse contexto e torna-se empresário ou empreendedor de si próprio.

Isso significa dizer que, em articulação às novas condições laborais, desenvolve-se uma nova subjectividade ou estilo de vida, associado ao empreendedorismo. Lapa (2006) utilizou o termo “novo regime cognitivo” para representar o regime de justificação ideológico que é indexado às novas condições de trabalho. No quadro do ‘Novo Espírito do Capitalismo’, os trabalhadores, inseridos em um cenário laboral de independência, incerteza e autonomia, são estimulados pela literatura de gestão a operar uma

transformação no seu próprio “self”, no sentido de fazerem de si próprios um projecto e passarem a representar a individualidade como uma empresa (Lapa, 2006: 11). Aqui, o trabalho passa a ser definido como uma forma de liberdade que implica auto-organização e auto-realização, sendo que esta apela a uma moral e a um *ethos* individualista baseado não em valores colectivos, mas na realização do indivíduo.

Dessa forma, decorre também a advocação da responsabilização dos assalariados, pois, também estes devem pensar-se a si mesmo à maneira de trabalhadores independentes (Lapa, 2006: 11). Lapa mapeia, em um conjunto de manuais de gestão, as formas através das quais essa nova subjectividade vem sendo produzida nos trabalhadores, que cada vez mais se veem confrontados com condições laborais em que a incerteza, o risco e a imprevisibilidade se tornam a tônica constante e determinante das formas de trabalho. Assim, o autor revela uma nova condição de existência em processo de produção como forma de justificação das condições materiais no capitalismo contemporâneo (Lapa, 2006: 1).

Lapa refere-se, sobretudo, ao trabalho realizado por Boltanski & Chiapello (1999) como referência teórica para analisar os manuais de gestão e as indexações sócio-cognitivas que as novas condições materiais vem imprimir na subjectividade dos trabalhadores. Na obra da dupla francesa, os autores fazem uma reflexão sobre o peso que recai sobre os sujeitos contemporâneos no que diz respeito à constituição do seu eu, da sua personalidade, que deve se ajustar de maneira cada vez mais intensa entre a exigência de flexibilidade e a necessidade de ser alguém (Chiapello, 1999: 469). Essa exigência, associada a um ideal de vida bem sucedida, revela, além das novas condições materiais que operam na formatação desse modo de vida, o ideal de sucesso, conquista e a necessidade de superação de uma sucessão de provas para a descoberta de uma identidade profunda, à forma da jornada do herói.

Esse novo código sócio-cultural que surge com o neoliberalismo tem, de certo, diferentes modos de ser encarado. A depender do tipo de ofício, a flexibilidade, o multi-tasking e a rotatividade podem estar associadas a um estilo de vida positivo que

celebra as benesses da liberdade em detrimento de condições laborais que repousam sobre a especialização, a rotina e a continuidade em um mesmo emprego por um longo período de tempo. Por outro lado, em grande parte das profissões, a precarização material e existencial, advinda de um novo modelo de insegurança no mundo do trabalho, parece ser a tônica determinante. Devemos considerar, de todo modo, que a liberdade individual, do ponto de vista ideológico, ganha importância cada vez mais relevante no atual contexto económico, e fornece um substrato importante para que a solidariedade, a colectividade e a ideia de ‘classe’ profissional vá sendo carcomida, como uma ideia e uma realidade cada vez mais distante.

1.5. A capacidade de representação dos sindicatos ou “a crise estética”

Boltanski & Chiapello (1999) dedicam um pequeno capítulo em ‘O novo espírito do Capitalismo’ à ‘crise estética dos sindicatos’ e as críticas por estes recebidas na França durante o período de Maio de 1968. Os autores destacam a crítica aos sindicatos empreendida pela própria esquerda, que passa a considerar os organismos corporativistas, obsoletos e excessivamente conectados com uma estética marxista revolucionária em crise (Boltanski & Chiapello, 1999: 306). Em articulação com a crítica empreendida pelos autores, adicionamos nesse debate um conjunto de sociólogos portugueses que se preocuparam com a questão em Portugal (Estanque 2002; Costa, 2019; Fonseca, 2013; Santos, 1995). Essa perspectiva, antes de tomar o problema da dessindicalização como um problema que surge das novas formas sociais, enfatiza a defasagem da *actuação* sindical em relação aos problemas e demandas dos trabalhadores na sociedade contemporânea. Nesse caso, é sobretudo sobre as práticas e formas sindicais que esses autores se debruçam, dando ênfase ao discurso, à estética, às alianças e aos desafios colocados à instituição em contexto de austeridade, internacionalização económica e transformações sociais e políticas.

A contribuição de Boltanski & Chiapello no que diz respeito ao assunto debruça-se sob o contexto político francês. A crise sindical analisada pelos autores reporta-se sobretudo ao final da década de 60, que na França é marcada pelas manifestações que

ficaram conhecidas como Maio de 68. Para os autores, um movimento de oposição da própria esquerda passa a operar uma crítica aos sindicatos, denunciando a sua burocracia, os seus redutos de poderes de pequenos chefes, bem como o seu corporativismo (Boltanski & Chiapello, 1999: 306). Além disso, para os autores, as instâncias sindicais não conseguiram renovar as suas formas de contestação às novas aspirações, que incluíam, por exemplo, a superação da condição de assalariado como a base comum para alcançar destinos concretos. A mesma crítica atacou instituições como a religião, a família, a política e o partido comunista, que moldavam a orientação ideológica sindical, tornando-os, para uma grande parte de militantes, trabalhadores e jovens, instâncias retrógradas e sectárias.

A contribuição oportuna dos autores franceses deve-se, sobretudo, a sinergia entre as críticas operadas em França e o surgimento dos “novos movimentos sociais” que viriam a aparecer nas primeiras décadas do século XXI em diferentes países, dentre os quais países do continente europeu, como Portugal. Esses movimentos também trouxeram críticas ao movimento sindical e realçaram a defasagem de leitura da realidade e de representação das aspirações de vastas parcelas de trabalhadores. Nesse contexto, autores como Elísio Estanque e Dora da Fonseca têm se dedicado a analisar a relação entre os sindicatos e esses novos movimentos sociais, insistindo em uma necessária mudança de cultura e pragmática sindical no intuito de operar, por um lado, a atualização de práticas e, por outro, a articulação com os novos movimentos em termos de alianças, mensagens e narrativas.

Já em 1995, Boaventura Sousa Santos assinalava os desafios dos sindicatos portugueses em relação às mudanças sócio-económicas, em artigo que nomeou *Teses para Renovação do Sindicalismo Português*. O autor destaca, nesse trabalho, os desafios no horizonte sindical, e aproxima-se da crítica operada pelos autores franceses, quando menciona, por exemplo, a limitação do movimento sindical português no que diz respeito à excessiva centralidade concedida às relações de produção, nomeadamente em termos de emprego e salário. Para o autor, ao centralizarem-se excessivamente nas questões salariais, os sindicatos tenderam a desinteressar-se dos desempregados, das mulheres, dos reformados e dos jovens à procura do primeiro emprego e, ao fazê-lo, descuraram um campo imenso de solidariedade potencial (Santos, 1995: 167).

Para o sociólogo, essa reorganização do movimento sindical no sentido de ampliação do campo reivindicativo diz respeito à necessária mudança da *cultura* sindical. Segundo o autor, o trabalhador actualmente não está mais preocupado em derrotar o patrão, mas sobretudo qualificar e dignificar suas condições de trabalho, uma vez que não há nenhum motivo razoável ou justo para a desigualdade (Santos, 1995: 178). Nesse sentido, o autor enlaça cada vez mais a questão sindical à cidadania, defendendo que é preciso substituir uma cultura obreirista, que associa progresso a crescimento do PIB, por uma cultura democrática de cidadania activa para além da fábrica (Santos, 1995: 179)

Boaventura Sousa Santos destaca, ainda, no que diz respeito à particularidade do caso português, as problemáticas relações estabelecidas entre as centrais sindicais e os partidos, que segundo o autor devem ser reavaliadas. Trata-se, sobretudo, da influência do PCP na CGTP, privilegiando um sindicalismo de contestação, sem resultados palpáveis, e a vocação da UGT para um sindicalismo de participação, que muitas vezes confunde participação com consentimento aos critérios arbitrários da gestão (Santos, 1995: 171). Na visão do sociólogo, os exageros de ambas as centrais conduziram a um vazio onde prosperou o sindicalismo defensivo, num quadro geral de dessindicalização (Santos, 1995: 171).

As críticas operadas ao sindicalismo foram realçadas, ainda, por autores de outras áreas do conhecimento, que se dedicaram a analisar as limitações da actuação sindical no que diz respeito a sua capacidade comunicativa e estética. Destaco o livro publicado por Mourão (2013) junto ao Museu de arte contemporânea do Chiado. Nesse trabalho, palavras-chave como “cidadania” “esfera pública” “cultura” e “identidade” aparecem com certa relevância, em detrimento do paradigma de classe social forjado dentro de um capitalismo de cariz industrial. Para Tejerina (2005), uma das autoras que integram o trabalho, há um novo paradigma de movimentos sociais em curso, que forjou-se já numa estabelecida sociedade consumista de hegemónica cultura de massas, onde a resistência acontece sobretudo em dimensões mais identitárias ao nível do género, geração, etnia, orientação sexual ou estilos de vida, com movimentos mais particulares e não-institucionalizados (Tejerina, 2005: 75).

Os novos movimentos sociais reivindicam um sentido renovado de classe, legitimando-se não pelas classes laborais, mas pela defesa de interesses de uma vasta maioria da população, contra uma suposta plutocracia de uns poucos ultramultimilionários, apontados como responsáveis por uma crescente desigualdade na distribuição social dos recursos (Mourão, 2013: 333). Mourão destaca, ainda, uma crescente perda de confiança nas tradicionais instituições democráticas, incluindo aqui o Estado, os partidos políticos e, em certa medida, também os sindicatos.

Mais do que unidades de ação opostas, houveram, entretanto, momentos políticos em que foram estabelecidas alianças entre os novos movimentos sociais e os sindicatos, mesmo que permeadas ora por tensionamento, ora por colaboração. Foi o caso das manifestações à época da Troika e do Memorando do Entendimento, evento que enlaçou questões laborais, dívida pública e o problema mais geral da ‘crise económica’ vivenciada em diferentes países e continentes. Nesse contexto, Dora da Fonseca analisou as relações entre os sindicatos e os novos movimentos sociais, particularmente o caso dos trabalhadores de recibos verdes.

Os trabalhadores à recibos verdes criaram, durante a Troika, um movimento social chamado “precários inflexíveis”. O manifesto, lançado pela internet, definia-os como precários no trabalho e na vida, em uma narrativa criativa, despojada e crítica. Segundo a autora, o movimento apresentava as características comumente atribuídas aos “novos movimentos sociais”: democracia interna forte, recusa de lideranças, flexibilidade, alto nível de informalidade, heterogeneidade de interesses, forte uso de ferramentas tecnológicas e criatividade e inovação nas ações públicas. Esse movimento chamava a atenção para a invisibilidade dessa categoria profissional no discurso político, bem como a dificuldade em participar nas organizações colectivas de trabalhadores.

Essa dificuldade continha uma ambiguidade: por um lado, os sindicatos tradicionais demonstravam incapacidade em integrar as novas formas de trabalho, que em termos de contratos não se encaixavam na forma com que os sindicatos trabalhavam. Por outro, o próprio movimento dos precários inflexíveis alimentava certo preconceito e

desconfiança em relação às organizações formais e à política institucional, o que era um ponto de tensão (Fonseca, 2019: 2). A passagem de um movimento espontâneo para uma organização estruturada também era uma inflexão na prática do grupo, uma vez que a emergência de uma estrutura burocrática não era desejada (Fonseca, 2019: 3).

As manifestações na época da Troika, nesse sentido, revelaram as tensões entre os novos movimentos sociais e o sindicalismo tradicional, ainda que alianças tenham ocorrido, à época. De todo modo, cabe notar como novas questões e práticas emergiram nas últimas décadas e como essas organizações tem vindo a abalar as estruturas de um sindicalismo tradicional, ainda muito afeito às categorias e formas de organização coletiva da sociedade industrial. Nesse sentido, a vertente estético comunicativa identifica um problema de extrema relevância, que é a capacidade de representação dos sindicatos diante de, por um lado, uma realidade material em mutação e, por outro, de novas questões reivindicativas no horizonte, que não estão conectadas necessariamente ao mundo do trabalho.

A reflexão levantada na vertente estético comunicativa, portanto, enfatiza a necessidade de criação de alianças com movimentos de cidadania e outros trabalhadores, não sindicalizados, no intuito de expandir o poder sindical perdido. A crise estética realçada por Boltanski & Chiapello, nesse sentido, encontra aqui uma certa ressonância: à derrocada da utopia socialista e as transformações no mundo do trabalho vê-se uma certa decadência do ponto de vista da mensagem dos organismos sindicais, que deve ser actualizado em união com outros movimentos sociais.

1.6. O papel do Estado

Outro aspecto importante a ser levado em consideração na crise da dessindicalização é o papel do Estado e das decisões políticas na minagem da organização dos trabalhadores. Em *Neoliberalismo: História e Implicações*, Harvey destaca o papel necessariamente hostil desempenhado pelo Estado no plano doméstico a toda forma de solidariedade social que impõe restrições à acumulação do capital (Harvey, 2008: 42). Essa hostilização desenha-se na forma de um ataque efetivo às formas de organização dos

trabalhadores. Segundo o geógrafo britânico, o braço coercivo do Estado é fortalecido para proteger interesses corporativos e, se necessário, reprimir a dissensão (Harvey, 2008: 43).

O estado emerge de forma diversa do período económico anterior ao encontrar-se, em um contexto globalizado e financeirizado também em termos territoriais, em posição ambígua: precisa mostrar o estado-nação como atrativo para os investimentos estrangeiros. Nesse modelo, o Estado passa a produzir mais estruturas regulatórias que privilegiam as corporações e em muitos casos aposta em parcerias público-privadas nas quais assume boa parte do risco enquanto o setor privado fica com a maior parte dos lucros (Harvey, 2008: 43). Ele disponibiliza, ainda, boa parte das estruturas públicas para que estas sejam convertidas em espaços de exploração de mais-valia, como é o caso dos setores da educação e saúde, mas também de espaços físicos na cidade.

Verifica-se, assim, um movimento por parte do próprio estado rumo à desintegração do público, entendido aqui como a desintegração de estruturas que eram de responsabilidade do Estado, como as estruturas educacionais ou de saúde, mas também a desagregação das formas colectivas instâncias colectivas regulatórias que organizam a ação dos trabalhadores. Neste movimento, inscreve-se, justamente, o combate às organizações sindicais. O caso mais emblemático de contenda e enfraquecimento das estruturas sindicais, realçado tanto por Harvey (2008) como por Antunes (1991), diz respeito aos trabalhadores sindicalizados na Inglaterra no período do governo de Margaret Thatcher.

Na Inglaterra, durante o governo de Thatcher, ambas as organizações de trabalhadores - mineiros e estivadores - protagonizaram lutas históricas, mas perderam a batalha contra os imperativos do sistema económico neoliberal que se abria para a privatização de setores estratégicos durante um dos governos que assumiu maior relevância no incremento do neoliberalismo, e que se constituiu, a par da governação Reagan, numa das suas expressões mais paradigmáticas. Uma das derrotas históricas do movimento sindical foi, precisamente, o caso dos estivadores britânicos. Iniciada em setembro de 1995, a greve desses trabalhadores se voltou contra as formas de flexibilização do trabalho no sistema portuário, que acarretava um forte processo de precarização das condições de trabalho. A ação resultou na demissão de 500 trabalhadores

que, a partir de então, iniciaram um significativo movimento grevista que perdurou até fevereiro de 1998 (Antunes, 1999: 93)

Como uma das principais precursoras das medidas neoliberais, reivindicando inclusive que não há sociedade, há indivíduos, o governo de Thatcher representa de maneira emblemática o posicionamento do Estado como autor responsável na configuração económica por meio do combate direto das iniciativas sindicais. Essa atuação estatal não se limita, entretanto, ao combate direto, podendo operar por meio da negociação dos valores de mão de obra dentro do regime do estado nacional. Esse é o caso da operacionalização do corporativismo democrático, que actua em Portugal e em outros países de maneira a regular a política económica e salarial por meio de um órgão que busca integrar os interesses dos trabalhadores ao do empresariado. Nesse sentido, fazemos uma breve incursão pelo seu funcionamento, no sentido de avaliá-lo em sua possível relação com a dessindicalização.

1.7 Corporativismo

O corporativismo pode ser definido como um sistema de representação de interesses dentro do Estado no qual são representados interesses da sociedade civil, dos atores do mercado e do governo, incluindo aqui os sindicatos. Ainda que o corporativismo constitua um dispositivo largamente utilizado nas experiências autoritárias, ele é reatualizado nas experiências democráticas e liberais, funcionando como órgão consultivo e participativo de atores da sociedade civil e do capital para a tomada de decisões de carácter socioeconómico. Responsável pelo apaziguamento do conflito social por meio da institucionalização dos processos de tomada de decisão, o corporativismo foi essencial na edificação do estado social do pós guerra para a implementação de políticas públicas de inspiração keynesianas (Sousa, 2009: 18).

Em *Still The Century of Corporatism?* (1973), Schmitter diferencia dois tipos de corporativismo, de acordo com a tipologia de Manoilescu: o corporativismo de associação e o corporativismo de Estado. O último, associado ao poder burocrático central, é característico das experiências autoritárias, enquanto o primeiro aparece como componente

do capitalismo avançado e pós liberal, responsável pela organização do estado de bem estar em sociedades democráticas (Schmitter, 1973:105). Essa instância mediadora bebe, por um lado, de uma descrença em relação ao liberalismo e à iniciativa individual desorganizada - considerando necessária a existência de um órgão mediador que conecte os indivíduos e os diversos grupos de interesse ao corpo social - e por outro, que procure harmonizar este último, utilizando uma espécie de mecanismo redutor dos grupos de interesse em um órgão participativo. Schmitter considera que a representação de interesses na forma corporativista está intimamente relacionada com os imperativos básicos e necessidades do capitalismo, nomeadamente, o de reproduzir as condições que permitem a acumulação de recursos ea sua própria existência uma vez que é, em parte, por intermédio desse órgão que se implementam políticas económicas e salariais.

Em Portugal, depois da experiência autoritária que marcou grande do século XX, com a ditadura de Salazar organizado sob as bases do corporativismo estatal, tem início, em 1984, um período “neocorporativista”, intitulado de *concertação social*. Em um contexto de profunda crise económica e forte conflitualidade social e política, dois anos antes da entrada do país na Comunidade Económica Europeia (CEE), a implementação do órgão de concertação social pretendia envolver os actores sociais na co-responsabilização pela política adoptada de resposta à crise, estabilizar o sistema político e controlar a inflação através da contenção salarial e da política de rendimentos (Sousa, 2009: 43).

O órgão viria a ser composto pelas duas centrais sindicais portuguesas, a UGT e a CGTP, bem como por uma série de organizações representativas de comunidades, autarquias e organizações empresariais. As conflituosidades dentro do Conselho, protagonizadas principalmente pela recusa da CGTP em assinar grande parte dos acordos, em um cenário de aliança entre a UGT e os interesses governativos e patronais, levaram teóricos portugueses como Estanque (2000) ou Sousa (2009) a apresentar reflexões acerca dos limites do neocorporativismo português.

De acordo com artigo publicado em 2016 por um conjunto de pesquisadores portugueses, o órgão de concertação social não prevê qualquer mecanismo que exija representatividade, o que permite que o seu funcionamento possa em certos momentos afastar vozes mais críticas, promovendo acordos sem a totalidade das confederações (Almeida et al, 2016:18). Os autores realçam ainda que a convergência das características elencadas do neocorporativismo pode contribuir para a captura do diálogo social por outros princípios de regulação (Costa, 2016: 19). Se aquele for exercido de maneira desvirtuada pode vir a obter a legitimação social de um programa através de um mecanismo enviesado de representação social – sem aferição objetiva de representatividade, sendo prévia e estritamente determinado pelo poder político (Almeida et al, 2016: 19).

Como já havia apontado Santos (1995), a periodização do sindicalismo, em Portugal, diverge da periodização tradicional. As práticas neocorporativista foram implementadas no país em um período que já se haviam iniciado as políticas económicas neoliberais e a entrada do país na Comunidade Económica Europeia. Dessa maneira, as contradições da configuração económica neoliberal, estruturada sobre a internacionalização e a abertura ao capital estrangeiro, são capturadas por meio de um dispositivo regulatório característico das experiências fordistas. Além disso, a crítica levantada por Santos (1995) a respeito das reivindicações limitantes do sindicalismo — direcionadas, sobretudo, para as questões salariais — encontra também aqui uma espécie de justificação, uma vez que se trata de um modo de regulação do sistema económico de inspiração keynesiana.

Nesse contexto, tanto a dessindicalização massiva como o surgimento de uma série de sindicatos independentes que vem responder à desregulamentação laboral no começo do milénio encontra aqui uma possível hipótese explicativa. A modificação da atuação estatal, mais hostil, associa-se aos organismos corporativos, no sentido de lançar luz sobre os limites de uma ação sindical nacionalmente, dentro de um quadro institucional que se estabelece por meio do estado-nação. Essa contradição fundamental do capitalismo contemporâneo, qual seja, a contradição entre os limites do estado-nação e os imperativos da internacionalização da produção e da globalização económica, pode vir a colaborar na perda de representatividade das lideranças sindicais, uma vez que estas não

conseguem fornecer respostas consequentes para os problemas do trabalho por meio da negociação com o estado.

1.8 Questão e hipóteses: onde se insere o caso dos estivadores no contexto da dessindicalização?

Como já assinalamos, ainda que separados em quatro aspectos diferentes, as dimensões descritas nesse capítulo contemplam, em articulação, a nova etapa sócio-económica que a sociedade contemporânea atravessa. David Harvey constelou essas diferentes dimensões no que denominou modo de acumulação flexível: modelo sócio-económico característico do capitalismo contemporâneo em que são verificáveis transformações nas dimensões material, cultural, política e económica. Nesse contexto, a crise do sindicalismo integra uma das modificações observadas, sendo também por isso objeto de diferentes hipóteses a respeito do fenómeno.

Como demonstrado, inscrita em um movimento ao mesmo tempo geral e particular, ou, mais especificamente, nacional e internacional, a crise do sindicalismo se evidenciou em Portugal por meio de dados observáveis e foi acompanhado pelo surgimento de novos movimentos sociais na arena pública que, tanto política quanto academicamente, têm sido considerados como objetos incontornáveis na compreensão dos conflitos contemporâneos³. A questão que surge para o presente trabalho, portanto, é: *a que se deve a força renovada do sindicato dos estivadores em um contexto de dessindicalização massiva e surgimento de novas formas de resistência política?*

Estipulamos, portanto, algumas hipóteses à luz da revisão bibliográfica sobre o assunto, no sentido de compreender quais, entre estas, constitui o vector de maior força para a renovação e manutenção da força desse sindicato. Seguindo, portanto, a bibliografia a respeito do assunto, estabelecemos quatro hipóteses para responder a nossa questão: i) as relações de trabalho desse grupo profissional não são caracterizadas pela desterritorialização, alta mobilidade e flexibilidade ii) a ideologia partilhada entre esses

³ Falamos, aqui, dos movimentos sociais com pautas em torno de redistribuição e reconhecimento, objetos de estudo de intelectuais preocupados com as novas formas que os conflitos de classe têm adquirido, como Nancy Frazer ou Axel Honneth.

trabalhadores é distinta iii) a renovação estética foi operada com sucesso iv) a estratégia internacionalista possibilita contornar os limites do estado nação. Para conhecer os processos desse grupo profissional, fizemos uma primeira incursão à história dessa profissão, no intuito de reconhecer o seu processo, para em seguida analisar os conflitos durante a Troika. Dessa maneira procuraremos compreender como, apesar das ‘novidades’ que o modelo de acumulação flexível trouxe consigo, em um contexto de dessindicalização massiva, esse sindicato se apresenta com força renovada.

Capítulo 2.

2.1 Enquadramento teórico e modelos de análise

“Bourgeois thought judges social phenomena conscious or unconsciously, naively or subtly, consistently from the standpoint of the individual. No path leads from the individual to the totality.” G. Lukács

Ao dar primazia à questão material e buscar inscrever o objeto de estudo em uma relação dialéctica com a totalidade, esse trabalho se inscreve, do ponto de vista teórico, na esteira da teoria marxista contemporânea, mais especificamente no marxismo neo-estruturalista. Isso significa tomar o trabalho (labor) com centralidade para a compreensão da vida social, verificar a relação entre o particular e o universal na formação sindical e inscrever a totalidade da estrutura produtiva na análise. Se, por um lado, auxiliamos o marxismo neo-estruturalista, de outro, o marxismo analítico também colabora para jogar luz às estratégias sindicais dos estivadores na actualidade, lendo-as sobretudo enquanto *recursos* utilizados durante a Troika. Segundo Chilcote e Chilcote (1991), a crise do marxismo a partir da década de 1970 fez surgir consigo um conjunto de novas tendências dentro da teoria marxista, que bebem e desenvolvem, por um lado, o estruturalismo althusseriano, mas que também avançam em direção à teorias analíticas que dão primazia ao poder dos indivíduos em contextos de resistência política.

A união dessas perspectivas, que tratam, designadamente, da importância da estrutura, por um lado, e da agência individual dos atores sociais em determinados contextos, por outro, permite não cair em um determinismo absoluto, nem em um individualismo metodológico. O conceito de estrutura abre espaço para uma análise interessante das implicações que estão na base da transformação do sindicalismo dessa classe profissional. Estamos falando, aqui, das formas nacionais do estado; do modelo de acumulação; da inserção internacional do país; do espaço urbano e do desenvolvimento dos modos de produção. O conceito de recursos, por seu turno, que remete ao marxismo analítico, permite ao trabalho conhecer as estratégias de mobilização e organização desse sindicato, contra a tendência de um contexto de dessindicalização massiva.

Sendo assim, realçamos, por um lado, o que Althusser denominou de “supradeterminações” no estabelecimento das hipóteses relacionadas às transformações operadas no sindicalismo da estiva. Isso significa considerar as transformações do capitalismo global; o modelo de acumulação flexível; o contexto político neoliberal; as reformas laborais e o advento das redes sociais como elementos fundamentais na reorganização recente desse sindicato. Por outro lado, a particularidade cultural dessa classe e o uso dos recursos disponíveis para a revitalização da sua ação sindical constituem outra parte da análise, que evidencia as ações que foram dinamizadas - e como. Nesse sentido, a ação individual (do sindicato) é analisada também enquanto processo, enquanto agência - não definida somente pelas condições objectivas. Não estamos, entretanto, na esteira de um individualismo metodológico, considerando estratégias individuais em cenários descontextualizados. Inseridos em contextos económicos e políticos que os influenciam, analisamos os recursos dessa classe/grupo profissional sempre dialeticamente: em relação ao cenário sócio- económico, por um lado, e em relação ao uso feito dos recursos disponíveis, por outro.

Autora que conduzirá, em certa medida, um dos modelos de análise caros à este trabalho será Beverly Silver (2003), autora norte americana que renova a teoria marxista recolhendo a história da resistência dos trabalhadores no último século. O argumento da

autora é sobretudo que onde houver modo de relação capitalista, haverá formas de resistência a emergir com novas demandas e formas de luta que reflectem o terreno no qual a relação capital-trabalho se desenvolve (Silver, 2003: 19). Nesse sentido, o argumento da autora incide principalmente sobre a relação dialéctica entre as formas de acumulação e as formas de trabalho, rejeitando a hipótese de que haveria um declínio das formas de resistência no capitalismo contemporâneo. Esse modelo de análise será utilizado sobretudo para pensar a relação entre a desagregação das cadeias produtivas e a internacionalização do sindicato dos estivadores. Por outro lado, usaremos o enquadramento dos recursos de poder de Dörre & Schmalz e Thiel (2017), actualizadas por Estanque (2020) para perscrutar as formas através das quais o sindicato dos estivadores pôde realizar a manutenção, a renovação e algumas resistências importantes, na última década, no que diz respeito aos conflitos laborais no porto de Lisboa.

Dessa forma, damos conta, por um lado, da contradição fundamental do capitalismo, qual seja, que a própria dinâmica do seu desenvolvimento determina o surgimento de relações sociais que lhe são antagónicas (Bruno, 1990: 14) e, de outro, dos recursos disponíveis e particulares dessa classe profissional, que lhes permite agenciar as suas lutas de maneira específica, em articulação ao que temos entendido como manutenção e renovação do seu grupo profissional. Assim podemos analisar as principais dinâmicas que influenciam o processo económico que os estivadores se encontram inseridos, as condições de possibilidade que estão abertas para que a resistência política se efective e a forma como esse sindicato se valeu desses recursos.

A escolha desse enquadramento teórico exclui, obviamente, uma série de outras perspectivas e análises possíveis. Um exemplo do que fica excluído desta pesquisa são as raízes políticas do desenvolvimento de uma estratégia internacionalista no seio da organização sindical internacional dos estivadores. A consideração do Internacionalismo como estratégia política, bem como a atenção à outras associações que operam nessa dinâmica (como é o caso da Federação Internacional dos Transportes, por exemplo) não foi objeto deste trabalho, não tendo sido portanto operacionalizado metodológica e historicamente para a compreensão do fenómeno observado. Não desconsideramos, entretanto, a importância das alianças, rupturas e aproximações políticas realizadas pelos dirigentes sindicais como parte fundamental de uma compreensão adequada do fenómeno

da Internacionalização nesse sindicato. Esta não foi, entretanto, a linha que buscamos seguir enquanto guisa de orientação.

Ao escolher uma perspectiva estruturalista e analítica, por seu turno, nos é possível jogar luz à modificação das estruturas sociais e económicas em que esse sindicato se encontrou e encontra inserido, produzindo uma espécie de análise de conjuntura. Isso porque analisar as estruturas sociais e as suas modificações significa mapear os dispositivos de limitação e possibilidade à capacidade regenerativa e à ação política desses organismos. A questão do internacionalismo, nesse sentido, aparece-nos muito mais atrelada às possibilidades advindas do regime sócio-técnico de produção de redes e plataformas entre esses trabalhadores do que relacionada à estratégias políticas desenvolvidas no seio de organismos Internacionalistas. Com essa perspectiva, abrimos espaço, por um lado, para a análise das condições de possibilidade que estão inscritas na estrutura material, política e social no que diz respeito ao desenvolvimento da solidariedade internacional dos estivadores. Por outro lado, essa mesma perspectiva abre espaço para a análise das condições objetivas da realidade social actual, no sentido de sinalizar para outros atores os limites máximos e mínimos estabelecidos à atuação política colectiva na estrutura social contemporânea.

Dessa forma, buscamos, sem o interesse de exaurir ou esgotar o objeto de estudo, pontuar as estruturas, as estratégias e as formas de sociabilidade entre os trabalhadores que garantiram durabilidade, persistência e a renovação desse sindicato, podendo dessa forma servir de exemplo de um caso de regeneração sindical em um contexto de dessindicalização massiva. Importa notar, como último ponto digno de nota, que a estiva em Portugal carece de investigação. Trata-se de um objeto de estudo pouco explorado: são poucos os trabalhos analíticos sobre a profissão e seu sindicato. Foi sobretudo o trabalho de Bernardino (2000) e Varela (2019) que forneceram algumas pistas importantes acerca da história e da cultura dessa profissão e que constituíram pontos de apoio fundamentais para a análise desse grupo profissional. Esperamos, junto aos poucos autores que se debruçaram sobre o assunto, contribuir para a análise desse objeto de estudo, tendo sempre em mente que não é possível exaurir a realidade dos processos sociais, mas sim contribuir com perspectivas que construam, aos poucos, um cenário sobre essa realidade.

II.1 Metodologia

“Nada ocorre na natureza de forma isolada. Cada fenómeno afeta outro e é, por seu turno, influenciado por este” F. Engels

Sendo o nosso interesse responder à questão do que leva, em um contexto de dessindicalização, que o sindicato dos estivadores de Lisboa apareça com força renovada, traçamos, do enquadramento teórico apresentado no ponto anterior, uma metodologia que preza pelo exercício dialético de análise desse sindicato com outros organismos e processos sociais, inserindo-o, portanto, na estrutura produtiva, material e política dos diferentes tempos históricos. Esse exercício, que se inicia na apresentação da história da estiva em Lisboa, nos apresenta os principais elementos que forjam essa classe profissional e que são fundamentais para a sua transformação e manutenção no tempo.

Como partimos de um enquadramento teórico que preza pela relação entre os diferentes modos de organização do trabalho e as formas de agência política que daí decorrem (Silver, 2003), é fundamental situar os diferentes elementos que compõe o cenário do trabalho da estiva em diferentes momentos históricos, concedendo-lhe assim não só uma visão sincrónica, mas diacrónica, ou seja, uma visão que não retira da análise as metamorfoses e o trabalho do tempo na construção de um sindicalismo, actualmente, renovado e fortalecido.

Dessa forma, em um primeiro momento, quando optamos por fazer um exercício histórico de conhecimento da estiva em Lisboa, o que se apresenta não é só a história do seu surgimento, transformação e razões de ser, mas um exercício que já inicia a associação entre diferentes dimensões sociais, construindo assim um cenário relacional em torno do objeto de estudo. Ou seja, nesse capítulo histórico, abrimos o cenário da estiva em Lisboa buscando articular a formação e a transformação do seu sindicalismo à determinadas categorias: a forma do estado, os modos de recrutamento, a sociabilidade, o território e a estrutura produtiva e de trabalho. É disso que se trata, sobretudo, o exercício relacional do

método dialético, que ao contrário do pressuposto de imutabilidade e isolamento dos objetos e fenômenos estudados, concebe o mundo como um conjunto de processos interligados em uma totalidade e em um movimento ininterrupto de transformação (Germer, 2018).

O que por um lado poderia aparecer como um mero capítulo de curiosidade, no sentido de situar a história da estiva e possibilitar uma melhor compreensão das suas formas de atuação na contemporaneidade, trata-se portanto de uma parte fundamental de um método de análise que preza pela apresentação das formas que o organismo sindical da estiva adquire ao longo do tempo. O seu movimento no tempo, queremos dizer, também aparece como um foco de interesse, principalmente porque é por meio dele que verificamos as transformações na estrutura produtiva, nas formas do estado e nos modelos de recrutamento, que aparecem como elementos relacionais fundamentais para a compreensão dessa instituição dentro de um método materialista-dialético. Na esteira da argumentação de Beverly Silver (2003), em que os modos de produção levarão, inevitavelmente, à novos modos de resistência e organização dos trabalhadores, esse método permite reconhecer a lógica de movimentação que subjaza o organismo sindical da estiva e a relação dialética entre as transformação nas formas laborais e as formas de agenciamento político dessa classe profissional.

Para uma compreensão apropriada desse período histórico, consideramos as categorias da forma do estado, da estrutura produtiva, dos modos de recrutamento e do território, tendo essas categorias surgido, por um lado, do enquadramento teórico e, por outro, dos próprios encontros empíricos ao longo da leitura e do conhecimento acerca do nosso objeto de estudo. Isso significa que, no que diz respeito ao capítulo histórico, consideramos sobretudo as categorias levantadas pelos encontros empíricos, em associação com categorias de análise que, dado o levantamento bibliográfico, nos pareceram essenciais. Essas categorias de análise, por sua vez, foram retiradas de diferentes tipos de recursos: a produção legislativa e os estatutos de trabalho, o reconhecimento das transformações na estrutura produtiva e na leitura das experiências dos estivadores, que articulam o território e os modelos de recrutamento na consideração da formação da sua classe profissional.

Isso porque dada as dificuldades de acesso aos estivadores mais velhos durante o período da pandemia, o presente trabalho teve de servir-se majoritariamente de análise documental para aproximar-se e reconhecer o universo laboral da estiva e do seu sindicalismo no século anterior. No que diz respeito à análise mais recente, com o advento da internet, já tivemos acesso a uma produção bastante ampla de objetos multi-mídia, textos, artigos e entrevistas produzidos pelos próprios estivadores. Nesse sentido, a análise das lutas políticas contemporâneas desse grupo profissional passa, na presente pesquisa, pela imersão no ponto de vista dos estivadores sobre a sua profissão e as suas lutas políticas, uma vez que a sua própria perspectiva que está incorporada nos objetos analisados.

Esses recursos mais recentes foram de extrema importância na análise da sua atuação sindical na atualidade, uma vez que nos fornecem um ponto de vista que não é só o oficial, dos documentos públicos, a respeito do assunto, mas sim a sua própria perspectiva, referências, valores e universo simbólico. Essa produção multimídia e discursiva mais atual aparece para nós especialmente a partir da década de 1990 com a greve dos estivadores de Liverpool, que espoletou um novo modelo de atuação política dessa classe de trabalhadores.

Os anos anteriores, entretanto, foram analisados sobretudo por meio de i) documentos oficiais: objetos legislativos, na forma de estatutos e leis, que marcaram as mudanças na organização desse trabalho; ii) documentários sobre a situação da estiva em Portugal antes do 25 de abril; e iii) bibliografia relacionada, produzida pelos próprios estivadores. É o caso, nesse último tópico, do livro *Memórias de um Estivador*, de José do Nascimento Alves, que nos concedeu uma perspectiva interna sobre a formação dessa classe profissional ao longo do tempo. No mais, é sobretudo por meio da análise de legislações, estatutos e bibliografia relacionada às transformações materiais na zona portuária que o capítulo sócio-histórico é forjado, privilegiando por isso uma categorização temporal com as principais alterações na estrutura do trabalho da estiva.

O empecilho de não poder entrevistar estivadores mais velhos, entretanto, não nos impediu de construir um enquadramento metodológico que esteja, por um lado, atrelado ao enquadramento teórico que descrevemos no ponto anterior e, por outro, organizado sob categorias de análise retiradas dos encontros empíricos dos recursos analisados. Sendo assim, as categorias surgem ao mesmo tempo do ‘terreno’ e da teoria, concedendo não só ao trabalho investigativo coerência e sentido, mas também uma organização temporal que permite perceber as mudanças e persistências no tempo - e a sua relação com outros elementos da realidade social, que marcam transformações na estrutura material e política da cidade e do país.

Por outro lado, no que diz respeito à análise do sindicato dos estivadores no período actual, ou seja, no período que trata sobretudo da época da Troika e dos anos seguintes (2013-2016), a análise de conteúdo associou-se à entrevistas em profundidade com atores intencionais, que descreveremos com mais detalhes nos pontos a seguir. A diferença desses recursos e materiais analisados em relação aos anteriores, como já mencionado anteriormente, diz respeito não só a natureza dos objetos, mas sobretudo a *quem* produz esses objetos. Ou seja, no período referido, devido também a entrada (e a importância adquirida) das redes sociais e do mundo virtual na expressão, veiculação e divulgação de informações a respeito do sindicato dos estivadores, a análise de conteúdo debruça-se já sob um discurso não mediado e tratado pelos documentos e instituições oficiais, externos aos próprios estivadores, tendo estes sido produzidos por meio das suas próprias vozes, categorias e referências.

Isso concedeu a esse período histórico uma análise bastante distinta e quiçá mais rica, que também se articula de maneira muito mais evidente com o enquadramento teórico dos recursos de poder. Ainda que em permanente associação com o enquadramento teórico de Beverly Silver e da dialéctica marxista - considerando, portanto, a relação entre a estrutura material, política e social e a renovação do sindicalismo da estiva - esse enquadramento teórico nos serviu adequadamente para colocar em alto relevo a capacidade de atuação e agência dessa classe de trabalhadores no período actual. Ela está muito mais intuitivamente relacionada, queremos dizer, a um período em que, devido às redes sociais e aos novos recursos disponíveis, a produção de informação e discurso por parte do sindicato dos estivadores se realiza de maneira mais autônoma e independente dos veículos oficiais, pondo em destaque, além das condições de possibilidade abertas pela estrutura material e

política, a sua capacidade de agência na construção de um novo modelo sindical.

Evidentemente, essa capacidade de agência, como já mencionado no enquadramento teórico, não é uma agência descontextualizada da estrutura material e política em que estes se encontram inseridos, tendo sido portanto sempre relacionada com as mesmas categorias consideradas nos períodos históricos anteriores. O próprio aparecimento das redes sociais e do mundo virtual se encontram inseridas em um novo período histórico, sendo consideradas portanto ao mesmo tempo como recursos e como condições de possibilidades abertas por um período social determinado. Da mesma forma, a Troika, considerada como um período em que o neoliberalismo atinge um novo ponto de pico, aparece como uma forma económica particular - e por isso distinta - do período que marcou o estado novo ou o período posterior à revolução dos cravos. Mas a possibilidade aberta por esse novo período histórico também concede à pesquisa novas possibilidades em termos de técnicas de análise. É assim que, à uma análise documental e legislativa, o capítulo a respeito do período mais recente (2013-2016), soma como técnica metodológica uma análise de conteúdo de objetos, materiais e entrevistas que detém a particularidade de terem sido, estas, produzidas pelos próprios estivadores.

2.2 Técnicas metodológicas empregadas

Análise documental:

Estatutos profissionais, contratos de trabalho e legislação laboral

Metodologicamente, esse trabalho utilizou sobretudo a pesquisa documental e a análise de conteúdo. A pesquisa documental foi realizada majoritariamente para a confecção do capítulo histórico dessa classe profissional, tendo sido fundamental na compreensão das modificações desse sindicato em relação às transformações do sistema económico e político. Ela foi utilizada, nesse sentido, para a análise de diferentes documentos: os estatutos profissionais, projetos de regulamentação de trabalho e contratos colectivos de trabalho (1935; 1956; 1959; 1962; 1969; 1973; 1976; 1977) e as diretrizes legislativas e as portarias que implicaram mudanças laborais estruturais na estiva

a partir da década de 1980 (1983; 1984; 1990; 1993; 1999).

A análise documental tem a particularidade de tratar de objetos já tratados por instâncias oficiais, sendo portanto devedores de uma perspectiva interna ou pessoal, por parte dos estivadores, a respeito da formação da sua classe profissional. Ela evidencia e expressa juridicamente, por outro lado, as relações de poder que estão inscritas na constituição e organização profissional nos determinados períodos históricos, que é sobretudo o que nos interessa. Nesse sentido, muitas lutas e conflitos laborais podem ter passado ao largo da nossa análise histórica, uma vez que esta se debruçou sobretudo sob documentos oficiais para analisar as relações de poder em jogo. É o caso por exemplo do documento de requisição da construção da casa do Conto, em 1945, e a sua consequente conquista. Esse momento aparece para nós como uma conquista dos trabalhadores da estiva e do tráfego, mas sem conhecer muitos detalhes dos processos de conflito e negociação que levaram com que as reivindicações dos trabalhadores fossem atendidas. Isso não significa, entretanto, que os documentos oficiais, que se tratam não só de portarias e legislações, mas também de estatutos profissionais produzidos por esse grupo, não evidenciam as relações de poder que marcam a organização do trabalho e dos conflitos no porto de Lisboa. Exemplo disso é, por exemplo, os resquícios da ditadura salazarista que deixam sua marca nos estatutos profissionais desse grupo na década de 1960, durante o período Marcelista, que ainda que abra espaço para alguns avanços em termos de direitos e conquistas laborais, deixa atadas determinadas questões aos órgãos corporativos.

Os documentos oficiais em forma de estatutos laborais, contratos de trabalho e documentos legislativos ainda concedem, além de informações sobre as relações de poder em jogo, informações importantes no que diz respeito à organização do trabalho: o número de trabalhadores, direitos e deveres acordados, salários e horas de trabalho, as principais atividades laborais, a forma de organização sindical, etc. Portanto, também permitem verificar os modos de organização do trabalho ao longo do tempo, com modificações que estão, também elas, relacionadas à outros fatores, devidamente analisados: a construção de novos espaços portuários, a inserção de novas ferramentas de trabalho, o aumento da capacidade de carregamento e descarregamento dos navios com os containers e o carácter logístico adquirido pela profissão ao longo do tempo.

Nesse sentido, podemos destacar quatro grandes categorias de análise usadas na leitura documental: relações de poder; modos de organização do trabalho; direitos laborais e organização sindical. Por meio dessas categorias, mapeamos os documentos analisados, construindo um quadro sistematizado das principais características e transformações na estiva durante o último século. Nas relações de poder, mapeamos a rede de influências nacionais e internacionais que incidiram sob o enquadramento legislativo da profissão e do seu sindicato; nos modos de organização do trabalho, as características que situam as principais transformações nas formas laborais da profissão, majoritariamente como consequência do desenvolvimento técnico, das mudanças no espaço portuário e das ferramentas de trabalho; os direitos laborais constituem categoria que se volta às modificações no enquadramento jurídico da profissão ao longo do tempo, em forma de estatuto ou legislação laboral, apontando avanços, recuos, limites e possibilidades inscritas nesse enquadramento. A organização sindical, por último, diz respeito à estrutura sindical que ao longo do tempo se modifica, sendo em um primeiro momento atrelada ao corporativismo do estado novo, para passar por um período de abertura democrática e chegar ao internacionalismo contemporâneo.

Os estatutos profissionais, os contratos de trabalho e a legislação laboral aparecem para nós, portanto, como os registros históricos das transformações operadas nas relações laborais, fornecendo o registro das modificações nas formas de colocação do trabalho; as diferentes classificações dos grupos profissionais ao longo do tempo⁴; a ingerência do estado na organização sindical durante o período do estado novo; a organização salarial e as horas de trabalho, entre outros. De modo similar, a análise documental das leis permite perceber, principalmente a partir da década de 1980, os conflitos materiais entre esses trabalhadores e os imperativos económicos. Analisamos, aqui, as negociações feitas entre o estado e o sindicato durante a década de 1980, as reformas e contra-partidas acordadas, a legislação laboral a que esses trabalhadores passam a estar submetidos na época da Troika, a conexão com outras reformas laborais contemporâneas, as nacionalizações e privatizações operadas na zona portuária, etc.

⁴ Grupos profissionais vão sendo produzidos à medida que as formas de trabalho se desenvolvem e uma nova gestão do trabalho passa a ser feita. É exemplo o conferente; o loiça, o agente de tráfego e até mesmo a nomeação dos estivadores na actualidade, que são operadores logísticos.

A pesquisa documental faz parte, por isso, de uma das técnicas de recolha de dados realizadas nesse trabalho, debruçada principalmente sob as expressões jurídicas dos conflitos laborais. Ela forneceu o caminho para a compreensão das transformações ao longo do tempo na estrutura desse grupo, bem como dos principais pontos de conflito económico e político que marcaram essa classe profissional. O trabalho documental possibilita, portanto, sobretudo um mapeamento dos níveis estruturais e materiais desse organismo, dessa classe profissional e das relações estabelecidas entre estes, as empresas, organizações internacionais e o estado. Ela é uma técnica de recolha de dados que se debruça sob documentos oficiais, já tratados pelas instâncias responsáveis, seja o estado ou o próprio organismo sindical, tendo portanto a particularidade de tratar-se de uma leitura das expressões jurídicas das relações sociais e materiais. Em seguida, outro nível de análise, a análise de conteúdo será utilizada no sentido de capturar as estratégias mais actuais de comunicação e renovação desse grupo, em articulação com as entrevistas. Por último, ambas as metodologias serão concatenadas com os enquadramentos teóricos citados acima, no sentido de lhes conferir sentido e estrutura.

Análise de conteúdo e entrevistas em profundidade

Comunicação social, redes virtuais e entrevistas situadas

A análise de conteúdo é uma técnica de recolha de dados que, a despeito de eventuais controvérsias, pode muitas vezes caracterizar-se pelo seu carácter quantitativo. Voltada, na maioria das vezes, para a análise de veículos de comunicação, ela apresenta, de forma quantificada, a frequência de determinadas categorias, discursos ou palavras-chave, buscando por meio dessa sistematização construir um cenário semântico que seja representativo da cultura estudada. No nosso caso, entretanto, não nos interessava conhecer a fundo a cultura semântica que a análise de conteúdo nos pudesse fornecer, mas sim as principais estratégias de comunicação desse sindicato nas redes virtuais e a sua inserção nos veículos de comunicação social oficiais, distinguindo, portanto, as diferentes formas

que a comunicação adquiria e, conseqüentemente, a inovação e as estratégias discursivas ali inscritas. Nesse sentido, investimos em uma análise de conteúdo de carácter qualitativo, tendo buscado extrair informações que pudessem ser traduzidas em estruturas e modelos reduzidos, orientados pelo nosso quadro teórico de referência.

A realização de uma pré-análise, que inclui a leitura total dos materiais constituiu o nosso primeiro passo. Foram analisados: o blog forjado à altura da Troika, 'O estivador'; vídeos e documentários do Seal e do IDC produzidos sobre o conflito nos portos; as manifestações oficiais de solidariedade de outros coletivos, sindicatos e pessoas jurídicas; a plataforma do IDC, que congrega sindicatos de todos os continentes da estiva e compartilha notícias sobre a profissão e seus conflitos; os pequenos vídeos produzidos entre-estivadores no mesmo período; os jornais e periódicos, produzidos na blogosfera, de colectivos europeus e portugueses; as respostas à matérias de jornais produzidas pelos estivadores; as entrevistas realizadas nos e para os veículos de comunicação oficiais; e os artigos de jornais produzidos pelos veículos de comunicação durante o período do conflito, com especial destaque para os jornais O Público, Expresso, O Observador, Diário de Notícias e DinheiroVivo.

Em seguida, ingressamos na etapa de codificação e categorização do material recolhido: o que se tratava de contra-narrativas; o que constituía inovação do ponto de vista comunicacional; o que constituíam discursos voltados para a opinião pública, voltados a fortalecer seu poder discursivo; os voltados para os próprios estivadores, no intuito de fortalecer seu poder organizacional; os voltados para outros colectivos e organizações, no intuito de fortalecer seu poder societal. Essas categorias, oriundas do modelo teórico de referência, nos permitiram sistematizar um conteúdo vasto e esparso dentro de um quadro de referência reduzido, em um exercício de tradução e transposição de conteúdo. Em seguida, fizemos a interpretação desse material, relacionando as categorias criadas com o conteúdo analisado, produzindo assim uma análise das estratégias de comunicação e organização sindical usadas pelo Seal na última década. Essa extração, sistematização e interpretação das informações foi, ainda, complementada pelas entrevistas em profundidade, realizadas com atores estratégicos em uma amostra intencional.

A análise de conteúdo, tendo incidido sobretudo no ambiente virtual, acabou revelando, ainda, uma outra faceta na investigação: por meio da utilização da investigação desse meio nos foi revelada uma mudança fundamental tanto do ponto de vista metodológico quanto teórico: a produção de narrativas na blogosfera e no ambiente virtual por parte do Seal não se tratou só da boa utilização de um recurso de poder que passou a estar disponível. O mundo virtual também apareceu para nós, durante a investigação, como um novo ambiente disponível para a análise, dotado de particularidade na sua forma e cultura: um outro modo de organização social e de estabelecimento de redes e parcerias. Isso significa dizer que o ciberespaço apareceu para nós como um locus privilegiado dotado de uma particularidade ao mesmo tempo interna e externa: por um lado, revelou a importância das relações estabelecidas, na contemporaneidade, entre atores heterogêneos em contextos que independem do espaço-tempo. E, por outro, entre sujeitos e máquinas e máquinas e máquinas, inscrevendo novas formas de expressão, interação e produção de objetos, sujeitos, encontros e associações.

Mesmo a própria reconfiguração de identidade do Seal em termos de estética, que veremos ao longo do trabalho, é devedora da sua relação com esse ambiente virtual, tendo sido fundamental analisar a relação estabelecida entre o ciberespaço e o sindicato, bem como as relações e eventos que daí decorreram. A internet, nesse sentido, abriu tanto novos caminhos de diálogo, articulação e inovação para o sindicato como revolucionou o nosso método de pesquisa: tanto a nível interno como externo a técnica de análise de conteúdo no ambiente virtual nos serviu para compreender de que maneira o sindicato se insere nas redes virtuais e de que maneira as redes virtuais se tornaram incontornáveis nas estratégias de produção de sujeitos, identidades e discursos.

Considerando, portanto, a análise de conteúdo para a categorização de modelos de ação e a análise do ciberespaço como locus privilegiado da edificação de novas formas de sociabilidade, adicionamos ainda entrevistas intencionais com atores estratégicos para a nossa metodologia de investigação. Estas nos serviram tanto para orientar e corrigir as categorias de análise que havíamos forjado, como para conquistar informações que não estavam disponíveis nas redes virtuais e nos veículos de comunicação. De maneira geral, muitas perguntas realizadas serviram para confirmar os nossos encontros empíricos: é o

caso, por exemplo, da periodicidade das reuniões entre o Seal e o IDC ou a confirmação da dimensão do seu poder organizacional em termos nacionais. Algumas entrevistas também forneceram informações internas a respeito das principais inovações do ponto de vista estético-comunicativo. Esse é o caso, por exemplo, da entrevista com o assessor de imprensa do sindicato, que nos deu uma dimensão mais precisa da transformação estética e da consequente posição adquirida por esse sindicato, actualmente, em termos de inscrição nas redes da opinião pública.

A amostra, intencional e dirigida, nesse sentido, foi voltada para entrevistas em profundidade com atores estratégicos, tendo se baseado nos mesmos critérios temáticos levantados na análise de conteúdo. Entretanto, como entrevistas semi-dirigidas, elas também abriram espaço para o desenvolvimento relativamente livre de determinados tópicos, o que impulsionou questões que não estavam previamente estipuladas nos guiões de entrevistas. Realizamos duas entrevistas com um estivador e sindicalista (que aqui chamamos de Pedro) que está na estiva há mais de 40 anos e integra o Seal. Realizadas respectivamente em 28 de setembro de 2020 e 28 de janeiro de 2021, com duração de duas horas cada, as entrevistas foram gravadas e transcritas por meio do software Transcribe e realizadas primeiramente na Universidade Nova de Lisboa e, posteriormente, por Zoom, devido a instauração do estado de calamidade em Portugal. Estas duas entrevistas puderam nos fornecer informações internas sobre o conflito instaurado durante a Troika; perspectivas pessoais e culturais a respeito da solidariedade como fundamento ético e prática política desse grupo profissional; e elementos históricos da formação internacional do IDC.

Além dessa entrevista, realizamos no dia 18 de maio de 2021, ainda sob a égide do estado de calamidade no país, uma entrevista com um ex-estivador que trabalhou na estiva de 2006-2021 na condição de precário, presente portanto durante o conflito instaurado na época da Troika, a que chamamos aqui de Rui. Essa entrevista, realizada próxima à estação da Santa Apolónia, além de informações sobre os conflitos do período, teve a mais valia de ser realizada considerando o método das histórias de vida, caracterizando-se assim como uma entrevista em profundidade de carácter qualitativo e biográfico. Assim, além de factos sobre eventos, houve também a abertura para a compreensão da trajetória familiar desse estivador, confirmando algumas das nossas

intuições a respeito da importância do histórico familiar na transmissão de práticas, valores e possibilidades dentro da profissão. Essa compreensão, entretanto, não pôde ser, em si, extravasada para uma generalização a respeito dessa classe profissional, dada a natureza da amostra realizada, ou seja, intencional e reduzida.

Por último, mas não menos importante, entrevistamos o Assessor de Imprensa do Sindicato, que nos forneceu um panorama das estratégias de comunicação do sindicato desde 2012. Essa entrevista foi realizada no dia 10 de Novembro de 2021, ainda durante a pandemia, com duração de duas horas e também ela transcrita em totalidade para o fim da investigação. De menor carácter biográfico, ela se dedicou a abordar o tema da relação comunicacional do sindicato dos estivadores com a opinião pública, considerando sobretudo a crítica estética levantada por Boltanski & Chiapello aos sindicatos e a noção de poder discursivo oriunda do enquadramento teórico dos recursos de poder. Nossa intenção, a princípio, era compreender as inovações estratégicas da sua assessoria de imprensa, dando especial atenção ao uso das redes sociais e da blogosfera na reconfiguração da sua estratégia comunicativa. Ainda que também semi-dirigidas, muito mais focadas em uma temática particular, a entrevista também acabou por se desdobrar em uma série de novos apontamentos, reflexões e informações não previamente consideradas, superando as categorias temáticas previamente estabelecidas e impondo a produção de novas.

A análise de conteúdo, nesse sentido, foi realizada, a princípio, tendo em consideração prévia algumas categorias temáticas, oriundas sobretudo do enquadramento teórico dos recursos de poder. Mas elas também tiveram de ser reconfiguradas à luz dos encontros empíricos das entrevistas, que propuseram novas categorias de análise à investigação. A análise de conteúdo em ambiente virtual tem, ainda, a particularidade de que ela nos impele a considerar a singularidade desse ambiente e os efeitos por ela exercidos na produção de sujeitos, práticas e sociabilidades. É por isso, por exemplo, que a particularidade da análise de conteúdo nesse caso, em contraposição à análise documental, trata de analisar discursos produzidos pelos próprios estivadores sobre as suas lutas e a sua história. Ou seja, o ambiente virtual permitiu a produção de discursos de forma consideravelmente autónoma, passando ao largo dos veículos de comunicação oficiais e reestabelecendo, inclusive, as relações de poder desse sindicato em relação à estes. A

análise de conteúdo foi considerada, portanto, sempre em articulação com a própria particularidade do ciberespaço, de modo que a produção de discursos autónomos e as redes sociais são partes de uma mesma prática, que transforma e é transformada dialeticamente. Além disso, importa notar como a análise de conteúdo ainda teve de estar imperiosamente articulada às entrevistas em profundidade, uma vez que permitem não só a leitura e interpretação da sua produção discursiva e organizacional no ciber- espaço, mas também e sobretudo a construção desse entendimento em conjunto com os atores que o produzem, abrindo espaço, por isso, para a compreensão dos fundamentos éticos, estéticos e políticos -- das perspectivas, enfim, que estão por trás dessas ações.

Capítulo 3. Estrutura e formação de classe

Caracterização do trabalho e do sindicato da estiva em Lisboa

A estiva consiste no trabalho de carregamento e descarregamento de cargas dos navios. Há cerca de um século atrás, esse trabalho era realizado, pelos estivadores, por meio do trabalho braçal, eventualmente auxiliados por objetos como ganchos, cordas ou, mais tarde, pequenos pórticos. Actualmente, o trabalho dos estivadores é sobretudo um trabalho logístico, realizado por meio da operacionalização de máquinas de grandes dimensões para o carregamento e descarregamento de containers. A mudança desse trabalho ao longo do tempo, visível na mudança das técnicas e ferramentas utilizadas para sua realização, é acompanhada pela mudança nas relações laborais desses trabalhadores em seu sentido mais amplo, ou seja, em tudo que está implicado no trabalho: as condições contratuais a que estão submetidos, a divisão, organização e cultura do trabalho e também a sua forma de organização política para reivindicação dos seus direitos.

O nosso objeto de estudo, aqui, é a organização política desses trabalhadores enquanto classe profissional. A formação da sua colectividade, as formas políticas e organizacionais que foram por estes forjadas ao longo do tempo: é isso que nos interessa. Tratando-se de um objeto de estudo na área da sociologia, a análise das formas que a sua organização desenvolveu ao longo do tempo significa analisar também um conjunto de

fatores - económicos, sociais, políticos - que lhe conferiram forma e mudança. Nesse sentido, esse capítulo se dedica a analisar a organização dos estivadores ao longo do século XX como uma primeira caracterização do nosso objeto de estudo.

Buscamos localizar, por um lado, as suas mudanças ao longo do tempo e, por outro, as relações que a sua formação, mudança, fortalecimento ou inovação estabeleceram com outros fenómenos sociais. Investigamos, nesse sentido, não só as suas formações históricas, mas também quais fatores imprimiram maior ou menor influência na sua forma; quais processos sociais estiveram presentes na formação dessa classe profissional e da sua organização política; quais elementos auxiliaram ou impediram os seus avanços, enfim, quais as diferentes formas que o tempo lhe concedeu e porquê. Essa primeira caracterização permitirá enfrentar o objeto não por meio de uma definição redutora ou descontextualizada, mas de maneira a perceber como o objeto se modificou ao longo do tempo e, por meio dessa percepção, revelar, nas suas mudanças, as mudanças da sociedade em que esteve e está inserido.

3.1 A formação do porto, da cidade e do trabalho da estiva em Lisboa

Foi em troca de uma quantidade de terras junto ao rio que o francês Pierre Hersent conquistou o direito à construção do porto Industrial de Lisboa. Em 1883, foi aprovada uma proposta que contemplava os requisitos do funcionamento portuário e o projeto apresentado pelo arquitecto francês. Em 1907, o Governo foi autorizado a explorar o porto de Lisboa, entregando a gerência dos serviços a um Conselho de Administração, sob autoridade direta do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Entre 1907 e 1928, a Administração começou a fazer face aos seus encargos com receitas próprias, derivadas dos melhoramentos nele feitos para a sua valorização (Prata, 2019:52).

À época da construção do porto, que se alongava com a industrialização da cidade de Lisboa, outras zonas da cidade foram sendo desenvolvidas, arranjadas e ocupadas. Se o processo de industrialização e criação de novas áreas fabris no tecido

urbano, junto a novos projetos urbanísticos, ia tomando forma, uma população rural massiva também passa a migrar para Lisboa, na expectativa de encontrar oportunidades de trabalho. O desenvolvimento industrial da cidade, nesse sentido, impactou no surgimento de bairros operários, novas ocupações residenciais, no desenvolvimento do comércio e no aumento da população da cidade. No caso dos trabalhadores do sector portuário, foi sobretudo no bairro de Alfama que estes se instalaram. Com o tempo e o desenvolvimento de espaços de habitação, socialização e cultura, o bairro se tornou uma espécie de reduto desses trabalhadores portuários, muito próximo fisicamente do rio e das atividades relacionadas ao porto da cidade.

Essa população proveniente das vagas de migração utilizaram, inicialmente, casarões abandonados pela aristocracia, terrenos baldios junto às fábricas da zona ribeirinha e as zonas antigas da cidade (Chaves, 2013). Mas é sobretudo por meio da forma de vila ou pátio que o operariado e determinados segmentos da pequena burguesia passa a ocupar os bairros, desenvolvendo uma peculiar sociabilidade. Nesse tipo de residência, diferentes famílias compartilhavam um espaço comum, normalmente já conhecidas das regiões de origem. A garantia de um conhecido ou familiar que já estivesse assentado em uma residência partilhada era uma forma de garantir alguma segurança na chegada de novos migrantes.

Esse tipo de migração, denominada por Costa (1985) por migração em cadeia, é caracterizada por relações de conhecimento nos locais de origem e de destino, penetradas por relações de parentesco, amizade e vizinhança, que permitem o desenvolvimento de uma dinâmica de reprodução e reconversão social (Costa, 1985: 743). Isso significa dizer, mais especificamente, que existe o desenvolvimento de uma rede de parentesco determinante nessa forma migratória, desenvolvida entre os trabalhadores que chegam à Lisboa e os seus conterrâneos, que eventualmente também virão morar na cidade. As relações de parentesco e amizade, nesse sentido, são responsáveis por criar as condições de possibilidade de uma integração na comunidade e no espaço urbano, seja em termos de conseguir trabalho, seja em termos de conseguir um espaço adequado para morar.

“Sim, também... Alguma parte da zona centro, Pampilhosa. Eu acho que Pampilhosa da Serra há muitos... Mas como tinham também origem na Galiza, por exemplo, havia muitos galegos a trabalhar na estiva, em Lisboa. Uns vieram pra cá e dedicaram-se aos restaurantes, às tabernase às tascas, mas muitos foram para a estiva, e também havia uma concentração. Chegou a haver mais que 10% da Galiza. Mas lá está, a questão gregária, de chamarem outros, outros que são da mesma origem... (Entrevista com estivador. 28 de janeiro 2021)

Esse é o caso dos trabalhadores da estiva: marcados majoritariamente pela emigração das zonas rurais do país e também da Galiza, os trabalhadores que se dedicaram à carga e descarga das matérias primas que forjaram a sociedade moderna eram, em muitos casos, parentes e amigos, que ajudavam parentes e amigos a conseguir trabalho na estiva e que compartilhavam uma vida comum nos bairros, nos pátios, nas tascas e na beira do cais do Sodré à espera para contagem e a escolhados homens para o trabalho.

3.2 O estado novo e o modelo corporativista estatal - a importância do recrutamento e das experiências meso

O trabalho da estiva foi, durante muito tempo, um trabalho à jorna, em que a contagem e a chamada para a realização dos trabalhos de carga e descarga era realizado ao ar livre, à beira do Cais do Sodré. Destituídos de mecanismos regulamentares de contratação coletiva, a particularidade desse trabalho repousou, durante muitos anos, em um mecanismo de contratação informal, que favorecia as relações de parentesco e amizades forjadas pelos migrantes e posteriormente pelas relações de amizade estabelecidas no cais e nos bairros portuários. Esse mecanismo perdurou durante quase todo o século XX e foi marcado por precariedade, violência e instabilidade, o que deixou sua influência na construção da identidade desse grupo profissional. Ao estar associado ao favorecimento de amigos e familiares na contratação, esse mecanismo informal foi denominado de *closed-shops*, verificável em diferentes países (Bernardino, 2000) e

caracterizado por uma transmissão inter-familiar e inter-geracional da profissão. Os closed-shops se inscreviam como uma espécie de mecanismo regulatório para um trabalho que foi marcado, sobretudo, pela desregulamentação. Ainda que associações profissionais datem de 1896, com algumas diretrizes mínimas sobre o trabalho, o processo de regulamentação desse trabalho foi feita de maneira rarefeita e pouco sistematizada. Em 1911, é oficializada uma Associação de Classe com “usos e costumes” declarados e oficializados (Alves, 1996: 21) que seria transformada em sindicato nacional só no ano de 1933, já sob a égide do estado novo.

Definidos à maneira do fascismo italiano, como entidades de direito público, os sindicatos detinhamo monopólio da representação dos trabalhadores (Barreto, 1999: 30) e se inscreviam no modelo corporativista estatal. Dessa maneira, mais do que um organismo de representação dostrabalhadores, o sindicato funcionava como uma espécie de rizoma do estado, inscrito sob os objetivos de harmonizar as relações laborais e o binómio capital-trabalho.

O estado novo, que marcou o período 1930-1970 em Portugal, foi responsável pela supressão e criminalização da atividade sindical e a organização dos trabalhadores, impedindo que os conflitos laborais se desenvolvessem como um motor de mudança social. A particularidade desse modelo sindical reside, portanto, no que poderia ser chamado de “sindicato patrão” (expressão que nos foi concedida em entrevista pelo estivador Pedro), ou seja, um modelo de sindicato muito afeito aos ditames dos representantes da dupla patronato-estado e, por isso, também responsável pelo controle de condutas e ações políticas dentro do sindicato. Nesse sentido, o que cabe considerar é que o sindicato durante esse período não aparece como um veículo de ação política e social, mas sobretudo como um organismo de formação interna desses trabalhadores em um cenário político adverso. As transformações no trabalho da estiva nesse período foram, por isso, rarefeitas e marcadas por poucos conflitos, havendo, entretanto, algumas mudanças incrementais na sua regulamentação quando em negociações pacíficas com o estado.

A formação de identidade dessa classe profissional durante esse período não passou, portanto, pelo conflito e pela organização política da ação coletiva, mas sim pelas formas de recrutamento e pela sociabilidade no trabalho e na vida na comunidade. As disputas entre os trabalhadores, os modos de contratação e a constante partilha das experiências junto à beira do Cais do Sodré forneceriam o arsenal necessário para a construção de uma identidade profissional, ainda que ela não estivesse organizada em um formato sindical que permitisse movimentações externas (ações reivindicativas).

Esse impedimento, entretanto, andava lado-a-lado com um tipo de sindicato, característico do período, que ao se propor representar os trabalhadores frente aos patrões, também reserva-se o direito de eleger os sócios sindicalizados. Ao estar em posse da qualidade de sócio, era garantida a prioridade na colocação do trabalho. Essa forma de recrutamento, inextricável do organismo sindical, compôs uma estrutura organizativa peculiar ao período, que conectava as formas de familiaridade e compadrio com a possibilidade e garantia do trabalho. Esse modelo marcou o primeiro período do sindicalismo dessa classe profissional e viria a deixar suas marcas, uma vez que, como poderemos ver, a vida comunitária e as relações de parentalidade e compadrio acabam jogando papel essencial na formação dessa classe profissional, ao facilitar a admissão como sócio no sindicato e a consequente garantia de preferência na colocação do trabalho.

Nesse sentido, podemos dizer que a influência do estado na produção dessa primeira forma sindical é importante. Em primeiro lugar, porque estado reservava-se de facto o direito à ingerência nos seus organismos, podendo dissolvê-los quando se desviassem do seu carácter corporativo ou destituir as suas lideranças, se se afastassem das suas orientações. Todos os estatutos deviam ser homologadas pelo governo e a actividade sindical, de maneira geral, era minuciosamente regulamentada e expressamente previstos todos os seus actos possíveis. Se, por um lado, o estado assegurava os limites máximos e mínimos da actuação dessa classe de trabalhadores parcamente regulamentada e organizada, conferindo a si o direito de punir, limitar e gerir a organização desses trabalhadores, por outro lado, os trabalhadores da estiva eram deixados em uma espécie de abandono no que diz respeito às suas condições de trabalho, o que, junto à sua precarização, parece ter levado ao recrudescimento dos laços entre estes (Bernardino,

2000: 95).

Evidentemente, o sindicato acaba por realizar, nesse período, um trabalho paradoxal e ambíguo. Serve, ao mesmo tempo, para controlar os trabalhadores e para estipular as formas de recrutamento, majoritariamente determinadas pelas relações de sociabilidade desenvolvidas na cidade ou nos locais de origem. Nesse contexto, cabe considerar a importância da dinâmica da migração em cadeia já citada, bem como o desenvolvimento de uma particular sociabilidade nos bairros portuários, principalmente em Alfama. O que Michelle Perrot “experiências meso” aparece aqui com algum sentido de utilidade para pensar o desenvolvimento das redes de solidariedade, sociabilidade e interesse no processo de recrutamento e conseqüentemente de formação dessa classe profissional.

O espaço urbano, visto pela autora como mais do que um espaço geográfico definido, apresenta-se como modulador da vida social por meio de estruturas constituídas, por exemplo, pelos pequenos comerciantes, que são genuínos mediadores sociais (Perrot, 1986: 87). Nesse sentido, cabe considerar o tempo dedicado à esses espaços, às habitações colectivas e ao próprio processo de contagem para o trabalho, realizado no cais do Sodré ou no “chafariz de dentro” (Alves, 1986), na composição de um conjunto de trabalhadores, recrutadores e sindicalistas dentro de um quadro que conjuga experiências micro da vida social, incluindo a família, a vizinhança e a comunidade local, ao recrutamento e à formação da classe trabalhadora (Perrot, 1986: 87).

Nas palavras de Alves (1996), “*era preciso estar integrado em redes complexas de influência, que mergulhavam e mergulham as suas raízes no próprio cerne das actividades portuárias, em estreita e intrincada articulação com os grupos de parentes e conterrâneos. Elas encontram prolongamento nas mais variadas áreas, desde as relações de vizinhança à acção das colectividades, passando por eventuais pertenças a actividades mais ou menos colaterais ou marginais, e pelas mais diversas práticas culturais, onde se podem enumerar as actividades desportivas, a frequência das tabernas e colectividades, as práticas festivas e o fado*” (Alves, 1996: 87)

O fado, com algumas composições recolhidas pelo estivador, conta um pouco sobre a realidade desses trabalhadores, constituindo-se como uma forma de expressão da realidade e das mazelas dessa classe profissional, em um contexto de repressão política que impedia a reivindicação dos seus direitos. *“Foi a bordo do “bailundo”/quando estava a trabalhar/que surgiu a ideia/de um livro publicar/Neste livro vou falar/em muitas coisas passadas/da vida dos estivadores/de mim e dos camaradas/São classes atrasadas/aquelas do tráfego e estiva/por causa da ilusão/muitos andam à deriva/Parece uma guerra viva/naquela casa do conto/até se rasgam uns aos outros/ quando querem dar o ponto/depois do trabalho pronto/recebem o seu dinheiro/para alguns mal chega/para pagar ao taberneiro/Ha lá muito caloteiro/mesmo com cartão/que anda atrasado com contas/por falta de orientação/se tivessem um patrão/mas que fosse conhecido/e lhes desse todos os dias/o trabalho garantido/era melhor no seu sentido/de cada um levar o seu/não eram tantos a dizer/só me interessa levar o meu.”* (Sem autor, retirado do livro *Centenário dos Estivadores - Notas e memórias de um Estivador*, de José do Nascimento Alves)

Nesse fado transcrito, fica bastante evidente o abandono dessa classe profissional, que caminha lado à lado com a precarização existencial a que estão submetidos, por meio de uma contratação à jorna que não é suficiente sequer para pagar as contas da taberna. Essas experiências colectivas, que incluem o canto do fado, a convivência nas tascas e nos comércios e, em certa medida, uma vida comum nos bairros ao redor do porto, viriam compor um todo mais ou menos organizado no que diz respeito às experiências e disposições compartilhadas entre esses trabalhadores (Perrot, 1986). O que Perrot chama de “experiências meso” joga aqui um papel muito importante em um período em que a ação colectiva estava limitada e refreada por outras instâncias sociais.

Em 1940, os trabalhadores apresentaram uma proposta colectiva para a construção da Casa do Conto, para que a a contagem e o recrutamento dos trabalhadores passasse a ser organizado sob um espaço físico, protegendo os trabalhadores de intempéries constantes à que estavam sujeitos no cais do Sodré, como chuvas, inundações e vendavais. O projeto foi elaborado e solicitado ao governo, com a nomeação de um Comissão composta por representantes de Ministérios e da União dos Sindicatos de Trabalhadores do Porto de Lisboa. Aceita a proposta, a casa foi construída em 1945 na Avenida D. Henrique, onde as contagens e a distribuição do trabalho da estiva passariam a ser realizadas. Nota-

se, com a edificação do espaço, uma transformação na forma de recrutamento do trabalho, no sentido de dar-lhe teto e também novos termos de regulamentação: em 1949, quatro anos depois, é criada uma caixa de previdência para os trabalhadores e uma quantidade mais robusta de trabalhadores passam a ser sindicalizados. Também é criado um regulamento interno que estipulou direitos e deveres dos sócios do sindicato (Alves, 1996: 57).

No mesmo período, são materializadas algumas divisões entre trabalhadores - conferentes, agentes do tráfego e loiças, por exemplo. Essas divisões são concomitantes à transformação nas estruturas portuárias, das quais se destacam a renovação das frotas mercantes, a construção das gares marítimas de Alcântara (1943), a da Rocha do Conde de Óbidos (1945), os Armazéns de armazenamento, ocupado hoje pelo museu do Oriente (1939), o aeroporto marítimo de Cabo Ruivo (1940) ou o próprio estaleiro da rocha do conde de Óbidos, congestionada à CUF em 1937.

Os novos navios que passam e desembarcar no porto de Lisboa também vão se transformando, o que leva a mudanças em termos de técnicas e ferramentas do trabalho e justifica as novas categorias de trabalhadores. A chegada de cada vez mais guindastes, incluindo elétricos, a motor a diesel, hidráulicos e a vapor (Henriques 2013: 40) vão transformando a estrutura portuária, a capacidade de carregamento e descarregamento de mercadorias e, conseqüentemente, o próprio trabalho dos estivadores. Assim, em 1957 já se haviam estabelecido 3 sindicatos: o sindicato de estivadores; o sindicato dos trabalhadores do tráfego; e o sindicato dos descarregadores de mar e terra.

Principalmente a partir da segunda metade da década de 1950, mudanças substanciais passam a ocorrer. Os navios de aço produzidos pela Lisnave, que inicia sua produção em 1937 e viria a se tornar o maior armador do país, crescem cada vez mais, e novos portos começam a ser construídos no interior do país, impacto da maior quantidade e variedade de cargas, bem como de uma demanda cada vez maior em termos de logística de transporte. O Porto de Leixões, por exemplo, que em 1941 movimentava cerca de 340 mil toneladas, em 1959, alcança as quase 900 mil toneladas. As transformações nas estruturas portuárias evidenciam também a mudança no fluxo de mercadorias, nos tipos de embarcação e na quantidade de produtos consumidos. Se no início do século XX o

panorama das cargas e das relações ultramarinas era, sobretudo, inter-colonial e de mercadorias gerais como café, banana e carvão, já no início da década de 60 se inicia um giro em direção ao transporte de produtos energéticos e graneis sólidos, o que demanda uma mudança material na dinâmica dos portos, que vão da criação de novos portos em outras áreas do país à ligação entre estes e grandes refinarias, siderurgias, complexos petroquímicos e outras indústrias pesadas. (Bravo, 2000: 297). Essa mudança seria essencial na transformação do trabalho da estiva, ainda que este viesse a enfrentar momentos de turbulência durante os anos 1960 e 1970, antes de amadurecer um novo momento, a partir da década de 1980.

3.3 As décadas de 1960 e 1970

Junto à mudança de mercadorias e expansão de cargas de combustível, as décadas seguintes, em especial a década de 1960 e 1970, marcam a história para uma série de teóricos, que situam aqui a crise do modelo fordista. Ainda que Portugal não possa ser utilizado como base de comparação para o fenómeno do fordismo, uma vez que a organização do trabalho estava assentada sob diferentes bases durante o salazarismo, as décadas de 1960 e 1970 marcarão o país com a crise colonial e, futuramente, com a revolução dos cravos. No contexto internacional, é a migração de cadeias produtivas para países do sudeste asiático em busca de mão de obra mais barata que evidencia um giro em direção a uma estrutura cada vez mais globalizada e voltada para um modo de produção “just-in-time”, que racionaliza a produção por meio da desagregação das cadeias produtivas. Nesse momento, o transporte marítimo viria a adquirir uma importância cada vez mais central, tornando-se o principal meio de transporte das mercadorias produzidas em diferentes partes do mundo, em um comércio internacional cada vez mais acelerado.

Nesse sentido, o desenvolvimento das estruturas de transporte, carga e descarga de mercadorias, que viriam a formar um conjunto de atividades logísticas com a inserção do contentor (Bravo, CXV: 2000), se tornaria imperativo para garantir uma redução em termos de tempo e gastos com o transporte. A relação entre a aceleração dos processos produtivos e o processo de acumulação pós fordista é enfatizada por uma série de autores,

dos quais destacamos Harvey (2006). Segundo Harvey, a implementação de novas formas organizacionais e novas tecnologias produtivas está intimamente relacionada com a aceleração do tempo de giro como solução para os problemas do fordismo (Harvey, 1992: 257) Essa aceleração exige o aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação e transporte, sendo determinante, nesse sentido, racionalizar as técnicas de distribuição para acelerar a circulação de mercadorias (Harvey, 1992: 257).

Os impactos dessas transformações viriam a ser sentidas com cada vez mais intensidade no setor portuário, uma vez que o papel desempenhado pelos transportes marítimos e pela cadeia de distribuição e transporte passara a ser determinante para agregar cadeias produtivas dispersas e para acelerar os processos de produção e consumo. É paulatinamente criada uma forte interdependência entre os processos de aquisição, produção e distribuição, integradas em uma cadeia de fornecimento que passa cada vez mais a ser uma atividade, sobretudo, logística. Segundo Bravo, estabeleceu-se uma relação muito estreita entre a melhoria das infra-estruturas e dos serviços de transporte, a cadeia de fornecimento e o desenvolvimento económico (Bravo, 2000:17) Esse processo viria a tomar forma mais estável principalmente nos últimos anos do século. Actualmente, o próprio sindicato dos estivadores é denominado sindicato dos estivadores e dos profissionais de operações logísticas.

Essa mudança material da estrutura portuária transformaria substancialmente as formas de trabalho dos estivadores, que de um trabalho manual de carregamento de cargas passariam a gerir de forma cada vez mais tecnológica o carregamento dos navios. Do mesmo modo, a chegada e saída dos navios passaria a ser cada vez mais racionalizada. Actualmente, como vimos recentemente com a paralisação do Canal de Suez por um navio da Evergreen que encalhou, a contagem de horas e dias para a movimentação da cargas são determinantes - não só pela própria natureza das cargas, mas também pela quantidade de dinheiro envolvido nas comunicações marítimas.

Ao mesmo tempo, Portugal viria a sair da ditadura salazarista e implementar novas formas de organização do trabalho, incluindo aqui o caso dos trabalhadores da estiva. Ao contrário do período ditatorial, em que o Estado detém poder determinante na

gerência e ingerência dos sindicatos e no estabelecimento das relações laborais, a partir de 1960 ele vai cada vez mais abrindo mão do seu controle e deixando novos atores entrarem em jogo, quais sejam, as organizações internacionais do trabalho e do comércio, partidos políticos organizados, o Fundo Monetário Nacional e a Comunidade Européia.

Em 1959, Portugal adere à Associação Européia do Comércio Livre e solicita, em 1962, a abertura de Negociações com a Comunidade Económica Europeia. A influência internacional no país será sentida economicamente e também em termos legislativos, uma vez que implicará a ratificação de tratados e acordos internacionais, dos quais o mais emblemático é a convenção 98 da OIT, que estabelece padrões mínimos para a regulamentação do trabalho e da atividade sindical. Nessa altura, ainda sob a égide ditatorial, já eram realizadas greves e paralisações em partes do país, que seriam domesticadas por um pacote de reformas laborais no período caetanista, após a saída de Salazar. A década de 1960 foi marcada por um período de lenta autonomização dos organismos sindicais e, ainda que as reformas laborais implementadas no período tenham ficado longe de satisfazer o comité de liberdade sindical da OIT, a interferência do estado nas convenções laborais passa defacto a reduzir-se (Barreto, 1991).

O governo de Marcelo Caetano também seria marcado por uma crescente decomposição sindical de modelo corporativista e a ocupação desses organismos sindicais por uma ala política à esquerda. A abertura Caetanista teria aberto precedentes e espaço para a formação da futura Intersindical, que desempenharia um papel político determinante durante a Revolução dos Cravos. No que diz respeito à estiva, esse período se manifesta com a homologação do contracto colectivo de trabalho do Sindicato Nacional dos Estivadores de Lisboa, em 1973 e depois em 1976. O contracto é um retrato relativamente fiel do momento de reformas laborais do período caetanista: inaugura contratos colectivos de trabalho para diversos setores de atividade, mas limita a sua atuação por meio do controle de uma comissão corporativa, criada em 1960.

Entretanto, uma crise institucional, política e económica viria marcar os anos seguintes do governo de Marcelo Caetano, que eclodiria com a Revolução dos Cravos e a

abertura dos conflitos de classe que ficaram silenciados durante meio século. Com a eclosão da Revolução, a população portuguesa, articulada em sindicatos e comités dos trabalhadores, conquista uma série de direitos sociais e laborais. Isso porque foram introduzidas, por um lado, importantes modificações nas leis sindicais, que determinaram a reorganização das suas estruturas, assegurando aos trabalhadores o direito à organização sindical, a associação dos sindicatos em uniões e federações, bem como o reconhecimento da Intersindical como Confederação Nacional dos Sindicatos. Durante a década de 1970, nesse sentido, os sindicatos se revelaram como uma poderosa arma política, tanto pela sua implementação geográfica quanto pelas ações colectivas operadas pelos trabalhadores, que conquistaram vastos direitos sociais e laborais. Destacamos o estabelecimento do salário mínimo, aumentos salariais generalizados, a aprovação de medidas de contenção de preços de bens alimentares, melhorias generalizadas ao nível da previdência e a aprovação de medidas que incluem o subsídio desemprego, o direito à reforma e à segurança social (Varela, 2014: 213).

Nesse período, dois momentos foram determinantes no trabalho da estiva. O primeiro diz respeito à Criação da Coomapor e, outro, à criação da Federação Nacional dos Trabalhadores Portuários. A primeira, seguindo a linha da relação entre o contexto político e a organização dos trabalhadores, é bastante emblemática. A Coomapor era uma cooperativa de gestão de mão de obra portuária, controlada pelos próprios trabalhadores. Findo o período do sindicalismo corporativo, a Coomapor assumiu-se como uma organização de base e foi um sucesso em termos financeiros. Depois de dez anos de atividade, entretanto, uma série de legislações e processos sociais viriam a abatê-la. A Federação Nacional dos Trabalhadores Portuários, por seu turno, foi importante na consolidação de uma rede nacional entre os diferentes trabalhadores portuários. Em 1976 é estabelecido o segundo contracto coletivo de trabalho dos estivadores. Entretanto, apesar das inúmeras cláusulas que asseguram o seu direito à organização, o saneamento das instalações, a segurança do trabalho, etc, os trabalhadores seguem sendo contratados à jorna.

A década de 1970 foi povoada de dissidências e eventos políticos importantes, que marcariam um período de intensa luta social e organização dos trabalhadores, por um lado, e uma necessária estabilização política e social requerida pelo FMI, do outro. Nesse

momento, a divisão das centrais sindicais entre a UGT e a CGTP, bem como os sucessivos governos provisórios, alianças e rupturas entre partidos e organizações políticas da época, acabaram por organizar o que foi chamada uma contra-revolução democrática. A democracia representativa passa a se estabelecer como nova forma de governo, ainda que ancorada em um estado social robusto, com certo carácter socialista. No que diz respeito às atividades portuárias, por exemplo, essa estabilização foi determinante e viria a modificar radicalmente a realidade dos estivadores. Por um lado, o trabalho deixa, pouco a pouco, de ser um trabalho manual, tornando-se cada vez mais accessorado por grandes estruturas de carregamento e descarregamento de containers. Mais do que uma mudança de dimensão ou natureza do trabalho, essa modificação transformou radicalmente o tipo de poder concedido aos estivadores. A paralisação de um carregamento, a partir de então, seria determinante no fluxo económico planetário. E essa modificação foi bastante determinante na renovação do sindicalismo desses trabalhadores.

3. 4 A criação do CCTPL: Gestão tripartida, salário mensal e ajustamento tecnológico

Depois da extinção da Coomapor, que foi a segunda forma de organização do trabalho da estiva, característico de um período em que o controle coletivo da produção era reivindicado pelo país, em 1978 é criado o CCTPL, uma estrutura de mão de obra que operava por meio de uma gestão tripartida, com um presidente designado pelos Ministérios dos Transportes e Comunicações e do Trabalho; um representante dos trabalhadores, designado pelos sindicatos e um representante dos empregadores⁵. Em altura próxima, em 1984, será criado o Conselho Permanente de Concertação Social, que discutimos no primeiro capítulo. A criação desse conselho viria marcar um novo período político e económico, em que a estabilização estaria na ordem do dia e, depois das conquistas do período revolucionário da década de 1970, assentaria um novo modelo corporativista em que a integração entre os sindicatos, o estado e as empresas buscariam estabelecer acordos económicos e laborais que permitissem a continuidade do processo cumulativo do capital, por um lado, e a garantia de direitos dos trabalhadores, por outro.

⁵ Decreto Regulamentar n.º 17/78

O processo de negociação entre as diferentes partes, seja por meio do órgão do CCTPL, seja por meio do Conselho Permanente de Concertação Social, seria determinante para criar condições de possibilidade para o desenvolvimento do setor portuário no país. Foi nesse contexto que foi aprovado o Pacote Portuário, que tomou forma de sete diplomas publicados em 20 de Agosto de 1984. Assim como já previam alguns atores políticos na época, a incorporação dos sindicatos dentro dos órgãos deliberativos do estado viriam, de certo modo, a reduzir a sua influência política ou, ao menos, a sua capacidade de actuação e negociação. O pacote portuário, nesse sentido, criou certo mal estar e insatisfação no seio dos estivadores, uma vez que não foram contempladas importantes propostas sindicais (Bernardino, 2000: 55). De maneira sintética, os diplomas aprovaram a reforma antecipada para um conjunto de trabalhadores, com vigência de cinco anos, em troca de contrapartidas que foram consideradas uma grande traição para um conjunto relevante dos estivadores.

Entre as principais contrapartidas, destacamos: i) a diminuição massiva das atividades que poderiam ser realizadas sem os estivadores e os operadores portuários; ii) a extinção dos centros coordenadores de trabalho (CCTP) e a adoção de órgãos de gestão bipartida, no lugar dos órgãos tripartidos; iii) o estabelecimento de que a admissão de trabalhadores passaria a ser feita pelos recém criados centros de gestão bipartida, acabando com o antigo método de seleção sindical dos estivadores; iv) a submissão dos trabalhadores ao regime jurídico do contrato individual de trabalho; v) a obrigatoriedade de celebração do contrato individual de trabalho entre operador portuário e o trabalhador do seu quadro permanente, retirando-os dos centros e tornando, estes últimos, inúteis; vi) a extinção da Coomapor.

Essas contrapartidas foram a moeda da troca de um plano de reforma antecipada, com vigência de 5 anos, que reformou uma série de trabalhadores da estiva. Mil trabalhadores foram afastados do trabalho só no porto de Lisboa. Antes que pudessem respirar com as mudanças realizadas pela implementação do pacote portuário e o que foi considerada uma traição no seio dos estivadores, as novas tecnologias e a necessidade de aprimorar a competitividade dos portos portugueses preparariam novas modificações para o setor portuário, no início da década de 1990.

3.5 O caminho para o neoliberalismo

Mais do que uma continuidade em relação ao desenvolvimento político e económico do século XX, as últimas duas décadas marcariam uma inflexão em termos de políticas económicas, inscritas sob o auspício da construção do neoliberalismo. A particularidade do contexto português é que a construção do estado de bem estar social, ao contrário de outros países europeus, não foi constituída no pós guerra: ela principia no mesmo período em que as políticas neoliberais começaram a ser implementadas.

O neoliberalismo foi marcado por uma série de medidas, em diferentes setores da sociedade. Alguns autores (Harvey, 2008; Chesnais, 2002) discutem se é possível falar de um novo regime de acumulação, distinto do fordismo, com os seus próprios mecanismos de acumulação e estabilização. De forma sintetizada, o neoliberalismo viria por um lado, desregulamentar relações laborais por meio de contratos individuais, permitir a contratação temporária, facilitar despedimentos e o uso indiscriminado de subcontratação e, por outro, privatizar setores que antes não eram concedidos à iniciativa privada, como a saúde, a educação, espaços públicos, entre outros, no intuito de desenvolver a economia.

As décadas de 1980 e 1990, em Portugal, nesse sentido, não diferiram radicalmente do que se passava em outros países do mundo, uma vez que a economia globalizada conecta e gera interdependências entre cadeias produtivas desagregadas, exigindo que os países operem de forma semelhante para atrair capital de investimento (Harvey, 2008). No que diz respeito ao sector portuário, uma nova série de modificações viriam a impactar as suas actividades, incidindo tanto na concessão das zonas portuárias para exploração da iniciativa privada quanto em reformas laborais que já traziam consigo os ventos da liberalização do mercado de trabalho.

Nesse sentido, as reformas do sector portuário da década de 1990, já iniciadas e em articulação com as reformas de 1984, viriam a reforçar um pacto económico de afrouxamento dos obstáculos ao desenvolvimento da produtividade e eficiência dos portos portugueses (Bernardino, 2000:60). A legislação de 1990 se voltaria, assim, principalmente à redução do contingente de mão-de obra e extinção do CCTP. Viria, por outro lado, reforçar a estabilidade de emprego dos estivadores por meio da necessidade de inscrição dos trabalhadores do sector em registos específicos da profissão (Bernardino, 2000: 60). É, entretanto, com a legislação de 1993 que o processo viria a ser coroado, concedendo a Administração do Porto de Lisboa à exploração pela iniciativa privada e revisando aspectos da legislação laboral não abordadas na legislação de 1990.

Em 1993, com a revisão dos regimes jurídicos do trabalho portuário e da operação portuária, o governo aproximou ainda mais o trabalho portuário do mercado normal de trabalho, em condições igualmente precárias que passaram a vigorar para os restantes dos trabalhadores portugueses. O trabalho passaria a ser regulamentado pelo contrato individual de trabalho; são extintos os regimes de inscrição e de exclusivo dos trabalhadores portuários e, entre outras medidas, é concedida permissão da exploração pela iniciativa privada dos espaços e equipamentos portuários. A lei esclarece, na sua introdução, que as mudanças visavam “proporcionar um acréscimo de eficiência e competitividade dos portos portugueses, designadamente através de reformulação do regime jurídico do trabalho portuário”.

À época, os sindicatos tentaram impedir o retrocesso, que tinha como principal característica a demolição de um estatuto laboral específico e privativo da classe. Mas o processo viria a culminar em mais uma moeda de troca, em que a redução do estatuto laboral foi negociado em troca de verbas e condições que facilitavam a desvinculação de grande parte dos trabalhadores do setor (Bernardino, 2000: 63). A reforma de 1993 articulou-se, nesse sentido, com a primeira, operada na década de 1980: ela preparou a saída de estivadores históricos que não reuniam as condições de saída em 1989 (Bernardino, 2000: 63). O modelo também deu por fim a gestão tripartida do Instituto de Trabalho Portuário e passou, lentamente, a permitir a substituição dos

estivadores pela categoria profissional dos “trabalhadores portuários”. Em 1999, para encerrar a década, a AETPL, empresa de gestão de mão de obra portuária, que até então já tinha extinguido o governo da sua gestão, passaria a ser de gestão inteiramente patronal.

3.6 Os estivadores de Liverpool e a internacionalização da categoria

Em 1995, o presidente do sindicato dos conferentes, e também presidente da Federação dos Trabalhadores Portuários viaja à Grã Bretanha depois de um pedido de ajuda dos trabalhadores ingleses. O que ocorria na altura no país era emblemático do processo de flexibilização laboral nos portos e deu início a uma greve duradoura e importante na história mundial da estiva e da luta sindical em geral: a greve dos estivadores de Liverpool. Foi durante o governo de Margaret Thatcher que boa parte dos portos britânicos foram privatizados e que, em 1989, o Estatuto Nacional dos Estivadores foi abolido. O contexto da abolição do Estatuto era de pressão para a redução da mão de obra devido a implementação de contentores, por um lado, e para a implementação de novas condições de trabalho, de maneira a incluir contratos mais curtos e com menos despesas, por outro. Do ponto de vista do curso dos acontecimentos, abolido o Estatuto de Trabalho, inicia-se uma greve que não foi respaldada pelo sindicato nacional e que foi mantida tão somente pelos trabalhadores de Liverpool. Segundo os trabalhadores ingleses, foi impressionante ver como o sindicato nacional esteve ao lado dos interesses das empresas portuárias no momento do conflito.

Essa greve independente viria a durar dois anos e reuniria amplos setores da sociedade inglesa em solidariedade aos estivadores. Na verdade, foi durante a greve de Liverpool que o internacionalismo passou a ser considerado como estratégia de luta política desses trabalhadores: diferentes portos, como o de Antuérpia e Estocolmo, paralisaram atividades, não descarregaram navios com destino ou oriundos de Liverpool, ou doaram parte do salário para a manutenção da greve desses trabalhadores. A solidariedade, entretanto, foi aberta a outros setores da sociedade: garrafas de vinho foram estampadas em solidariedade aos trabalhadores e os lucros revertidos para a manutenção da sua greve e mesmo o time de futebol de Liverpool demonstrou solidariedade à luta dos estivadores.

A greve dos estivadores de Liverpool foi emblemática em termos da solidariedade e do impacto que a luta política obteve. O conflito, de todo modo, marcava um período emblemático da mudança nas relações de produção e do processo de flexibilização laboral, que passaria a ser implementado no setor portuário em diferentes países. O processo se inseria, assim, no conjunto de transformações estruturais do modo de relação capitalista das sociedades contemporâneas. O conluio entre o sindicato nacional e as empresas portuárias, que rejeitaram a possibilidade de greve e, segundo os próprios trabalhadores de Liverpool, os traíram⁶, realça os contornos semelhantes da traição das lideranças da estiva, em Portugal, à época da aprovação do pacote portuário - inevitavelmente conectada, nesse sentido, aos imperativos de mudança estrutural na indústria dos transportes. A resposta dos trabalhadores ingleses, entretanto, foi uma paralisação imensa em defesa de postos e condições de trabalho conquistados ao longo do tempo.

Mais do que isso, o caso dos estivadores britânicos evidencia não só um conflito económico, mas sobretudo o poder destrutivo do imperativo da acumulação de capital no sentido de destruir culturas profissionais forjadas ao longo de décadas, que envolvem técnicas, história, códigos culturais e valores, dos quais a solidariedade se destaca. Assim como no caso português, os trabalhadores da estiva em Liverpool também integravam uma cultura profissional de raízes mais antigas, onde pais, tios e avôs haviam exercido a mesma profissão. Mais do que uma atividade realizada de maneira terceirizada e temporária, os estivadores revelavam, na sua luta de resistência à precarização do trabalho, uma concepção de trabalho profundamente ligada à sua identidade pessoal, familiar e colectiva, onde a destruição de postos de trabalho era, antes de tudo, a destruição de uma cultura forjada ao longo do tempo por meio de uma série de práticas e instâncias sociais e culturais.

⁶Entrevista de estivador britânico à Ken Loach, no documentário Flickering flame.

“Tratar-se de erradicar de vez uma cultura, a cultura dos trabalhadores da estiva. Os novos trabalhadores não se falam, não jantam juntos. Não há qualquer laço de fraternidade. Isso é muito importante... Porque em Liverpool, com os amarelos, conta-se que não há comunicação, trabalhamos e não em equipa. Aqui, a tradição não são só três semanas de formação, começamos como candidatos e depois somos integrados numa equipa.” (Flickering flame, documentário do cineasta Ken Loach)

Apesar de derrotados, a greve dos estivadores de Liverpool plantou a semente que viria criar o International Dockers Council, o sindicato internacional de que passa a fazer parte o sindicato dos estivadores de Lisboa, bem como uma série de sindicatos da estiva em diferentes países do globo. Foi a partir desse momento que a estratégia de resistência internacionalista ganhou força e sentido. Por um lado, devido ao escândalo que a destruição da cultura desse trabalho alçou na sociedade inglesa e em diferentes países. Por outro, em razão de uma escolha política que pareceu coerente e adequada para o novo contexto económico.

A partir dessa altura, que marca uma virada história para o neoliberalismo (com a aceleração do fluxo de mercadorias, a abertura cada vez mais ampla ao fluxo de capitais, a virtualização de plataformas de gestão e as transformações nas estruturas de produção e de trabalho), o sistema económico ganha nova forma, onde o transporte marítimo adquire não só uma importância fundamental, mas uma natureza logística e racionalizada como nunca dantes vista, responsável pela integração eficiente do fluxo de mercadorias em um mercado planetário. A desagregação das cadeias produtivas e a interligação destas por meio de plataformas desterritorializadas passa a constituir o funcionamento padrão do sistema económico, podendo uma empresa operar as diferentes partes da sua cadeia de produção e distribuição em diferentes partes do globo. Nesse contexto, o transporte marítimo constitui um nó em uma cadeia de produção mais ampla, que inclui a ligação entre a produção, a confecção e a distribuição de mercadorias, realizadas, cada parte, em diferentes partes do globo e de maneira cada vez mais acelerada. Nesse cenário, o estado-nação passa a ter pouco poder de negociação particular, uma vez que a integração portuária na rede logística deve ser global. Assim, a estratégia internacionalista promete capacidade de resposta e resistência mais forte. E é especialmente no caso da estiva que ela

se torna possível, veremos porquê.

Período	Tipo de governo	Contratos	Características	Sindicato
Estado Novo (1920-1965)	Ditadura e Corporativismo estatal	À jorna	Estado repressor - Cultura - Parentesco - Familiaridade - Bairros	Corporativo e nacional
Decadência do Estado Novo e Revolução dos Cravos (1960 - 1970)	Abertura gradual e Revolução dos Cravos	À jorna	Contrato coletivo de trabalho - Início de regulamentação democrática e internacional (OIM) - Coomapor - Federação Nacional	De classe
Período democrático (1980 - 2000)	Período democrático - Estado de bem estar & Início do neoliberalismo	Contrato coletivo e privativo de trabalho	Organizações e regulamentações internacionais - Mudança radical do trabalho da estiva - Despedimentos em massa - Liverpool e início de solidariedade internacional	De classe com modificações - princípio de internacionalismo

Capítulo 4. O conflito dos estivadores no porto de Lisboa no século XXI

É na esteira das medidas implementadas pelo Memorando do Entendimento (2011), pela reforma da lei laboral (Lei nº7/2009) e pela Revisão do Código de Trabalho do Sector Portuário (Lei nº 3/2013, de 14 de janeiro) que o conflito dos estivadores do porto de Lisboa se desenvolve. Mais especificamente, em torno da regulamentação de mão de obra portuária, que passou a ser precarizada. Aqui, três movimentos nos parecem essenciais. O primeiro, definir conceptualmente o significado de precarização, afastando-se das noções de senso comum; o segundo, explicitar as formas por meio das quais essa precarização foi paulatinamente sendo implementada, processo que gerou, por sua vez, uma resposta por parte do sindicato dos estivadores. Por último, mas não menos importante, compreender as formas de luta operadas pelo sindicato da estiva.

Segundo Guy Standing, a economia mundial produziu uma nova estrutura de classes a nível global. Nessa nova estrutura, surge o precariado: uma classe distinta do proletariado tradicional, caracterizada por condições materiais marcadas pela incerteza e insegurança. Ao entender classe como a posição ocupada em determinada relação de produção, Guy Standing defende que o precariado tem relações de produção bem definidas: o trabalho desempenhado é precário, no sentido de uma natureza frágil e instável, associada à casualização e à informatização, ao regime de tempo parcial, ao auto-emprego e ao crowd-sourcing (Standing, 2014:12). Às condições materiais de trabalho unem-se, ainda, novas condições existenciais, como foi realçado por Barata (2012) a respeito da precariedade existencial instaurada com o período de austeridade em Portugal. Segundo o autor, as novas condições de trabalho e o recrudescimento dos direitos sociais tem reorganizado a experiência temporal dos sujeitos, alienando-os das suas capacidades de organizar o seu futuro próximo devido às instáveis relações de trabalho. Essa orientação cada vez mais pungente em direção à um modo de vida precário caracteriza-se por insegurança crónica e pela desfaçatez da estabilidade temporal.

Esse processo que se desenvolve ao longo de décadas por uma série de diretivas, teve o seu apogeu em Portugal no que foi denominada ‘a Troika’, que diz respeito ao pedido de ajuda económica externa do país ao grupo formado pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional na segunda década do ano 2000. A Troika tomou forma, no que diz respeito às mudanças laborais, por meio da Reforma do Código de Trabalho em 2009 e pelo Memorando de Entendimento, em 2011. Os documentos impactaram diferentes aspectos da sociedade portuguesa, uma vez que implementaram medidas que iam da flexibilização laboral e redução de pensões à redução dos investimentos na área da educação e da saúde. À época, setores estratégicos da economia nacional também foram privatizados. É o caso da rede de infra-estrutura aeroportuária ANA, que foi vendida à francesa Vinci e o setor energético da EDP, que teve as ações estatais vendidas para o capital chinês. Nesse sentido, a reconfiguração económica marcou, por um lado, a alteração de relações laborais e modos de vida e, por outro, a renovação de determinados setores de actividade, que passaram à iniciativa privada.

As medidas económicas implementadas geraram uma série de manifestações e modos de resistência. Em Portugal, as manifestações que ocorreram na arena pública incluíram não só diferentes setores de actividade, mas também um conjunto bastante amplo de modos de resistência. O encontro entre os “novos movimentos sociais” e os “velhos movimentos sociais” foi debatido, por exemplo, por Mourão (2014), que em livro publicado pelo Museu do Chiado se dedicou a jogar luz sob as formas de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores da cultura. Para o antropólogo, há uma subversão das formas tradicionais de manifestação por meio de formas que se encontram no interstício entre a performance e o ativismo.

Dora Fonseca (2013), por seu turno, reflete, na mesma época, sobre as alianças e tensões entre os movimentos dos trabalhadores de recibos verdes não sindicalizados e as centrais sindicais tradicionais. Esses trabalhadores, denominados “precários inflexíveis”,

forjaram, à época, um manifesto contra a precariedade como modo de vida⁷. O desafio dos sindicatos tradicionais, segundo a autora, estaria em articular e integrar as novas formas de trabalho às suas reivindicações. Estes não estariam sendo capazes de integrar os novos movimentos sociais devido, por um lado, aos próprios termos dos novos contratos de trabalho e, por outro, a uma persistência em modelos tradicionais de comunicação.

Como foi discutido no primeiro capítulo, as mudanças económicas e políticas que tiveram início no final do século XX já vinham reconfigurando espaços de trabalho e sociabilidade. As formas de resistência, nesse sentido, reflectem as transformações operadas e um conjunto de autores portugueses (Estanque, 2020; Fonseca, 2016; Costa, 2019) voltaram a actualizar o debate sobre a crise ou o declínio sindical, ainda que o tema já houvesse amadurecido enquanto objeto de interesse e estudo em décadas anteriores (Santos, 1995; Antunes, 1999; Harvey, 1992, Boltanski, 1999).

Nesse contexto, o caso dos estivadores constitui uma forma particular de actualização das formas de resistência. Ele não é um modelo disruptivo, como os novos movimentos sociais. A sua actuação é produzida no espaço social do trabalho (a zona portuária) e tem uma história identitária envolvida na sua construção de classe. Ele não é, como muitos novos movimentos sociais, gerados espontaneamente a partir de uma causa ou um problema em comum. Isso significa dizer que ele tem a variável fundamental do *tempo* na sua constituição de colectividade, o que lhe concede um organismo construído ao longo de gerações. Por outro lado, ele é um sindicato que se renovou. Ou seja, ao contrário de outros exemplos de sindicalismo que aparecem como obsoletos e incapazes de gerar engajamento por parte dos trabalhadores e da sociedade civil, ele foi capaz de reinventar as suas formas de construção de colectividade em um contexto económico e político que, em certa medida, mina as condições de possibilidade dessa manutenção.

Esse capítulo se dedica a analisar os recursos desse sindicato na construção e manutenção da sua actuação sindical, considerando o contexto económico e político em que está inserido. Se as novas condições de trabalho, a actuação estatal e as novas formas sócio-cognitivas são vistas para grande parte dos autores como impedimentos à actuação sindical no neoliberalismo, o sindicato dos estivadores apresenta-se como um caso em que

⁷ Idem Fonseca, Dora. Precarious but Inflexible: The Rise of a New Social Movement in Portugal. 2013

foi, em certa medida, possível superar esses obstáculos, apresentando-se, num quadro de dessindicalização massiva, como um sindicato forte e combativo.

4. 1 As transformações laborais no sector portuário (2000-2015)

Segundo as entrevistas realizadas, as tentativas que culminariam na modificação da legislação laboral de trabalho portuário, em 2013 (Lei nº 3/2013, de 14 de janeiro) foram antecedidas por uma série de directivas, entre 2000 e 2012, que tentavam desagregar o trabalho nos portos. Houve uma tentativa em 2006, que foi derrotada pela votação no parlamento europeu depois de uma sensibilização por parte dos estivadores em diversos países junto aos deputados. Essa sensibilização valeu-se, ainda, de uma importante manifestação em Estrasburgo, no mesmo ano. Em 2009, uma nova tentativa viria a ocorrer no cenário nacional, durante o governo de José Sócrates, que também viria a ser barrada por meio da mobilização dos estivadores. Em 2013, entretanto, viria a ser aprovada a Lei nº3/2013 de 14 de janeiro em Portugal.

“Houve duas tentativas da UE para aprovarem directivas que de alguma forma desregavam o trabalho nos portos. Houve uma primeira tentativa em 2002 e 2003 (...) e houve uma segunda tentativa em 2006. Em 2006 essa directiva foi derrotada no parlamento europeu. Ela pretendia, liberalizar o trabalho portuário, assim em termos simples, era o que pretendia. Essa directiva foi derrotada através de um grande trabalho de sensibilização que houve dos estivadores à nível dos vários países, que conseguiram explicar aos seus deputados. Nós tivemos em Estrasburgo nessa altura, houve uma manifestação vistosa. E bem, os deputados europeus acabaram por votar contra essa directiva, em 2006. Bom, não conseguiram ali mas continuaram a tentar mudar as coisas, aí vem a preparação para 2012.” (Pedro. Estivador e Sindicalista, 28 de Setembro de 2020)

A lei de 2013 trouxe mudanças significativas na regulamentação do trabalho portuário. Entre as mudanças, destacam-se: i) a mudança na definição de trabalhador

portuário, que passa a reduzir a quantidade de trabalhadores assim considerados (são exemplo dos que são desconsiderados: os trabalhadores que trabalhem na movimentação de cargas por meio de trailers ou veículos pesados, trabalhadores que se dediquem à movimentação e arrumação de mercadorias em armazéns ou trabalhadores que controlem as entradas e saídas de mercadorias em portarias); ii) a possibilidade de realização de contratos intermitentes e de curto prazo; iii) a aplicação da lei nº 7/2009 para a atividade de movimentação de cargas, sendo esta a lei mais importante de revisão do código do trabalho implementada durante o período de austeridade, que instaura nacionalmente as novas condições de trabalho que dão formato ao que vimos ser considerado precariedade.

Outro ponto fundamental no desenvolvimento do conflito foi a criação de uma empresa de gestão de mão de obra paralela à AETPL, a Porlis, que praticando preços de mão de obra mais baratas, agora permitidos pela nova legislação laboral, tinham o objetivo de conduzir a primeira à insolvência. Esse ponto merece certa atenção, situando-o, por um lado, no seu desenvolvimento histórico e, por outro, no seu significado sociológico.

A regulação da mão de obra portuária, de certa forma, comporta, está implicada e evidencia os tempos históricos. Se em um primeiro momento ela era realizada pelo sindicato nacional durante o período do estado novo, com a instauração democrática em 1980 ela passa a ser gerida por um modelo tripartido e, na primeira reforma do trabalho portuário em 1990, passa a ser realizada por um modelo bipartido - em que o estado sai da gestão. Se nos anos 2000 a empresa passa a ser operada somente pelo patronato, na actualidade, e o que é vigorosamente novo, é a criação de uma concorrência para uma empresa de regulação de mão de obra, detida pelos mesmos empresários que detém a primeira. Por meio desses dois processos — a criação de uma empresa de gestão de mão de obra paralela e a implementação da nova lei do trabalho portuário, ao primeiro associada —, a precariedade vem dar nova forma ao trabalho dos estivadores, que iniciam processos consecutivos de greve. O estopim da greve de 2013 desses trabalhadores foi o despedimento sumário de 47 estivadores, em articulação com os dois processos descritos.

4.2 A organização dos estivadores em termos de conflito capital-trabalho

Na esteira dos debates acerca do fenómeno da dessindicalização, Beverly Silver representa uma literatura histórico-sociológica bem ancorada na teoria marxista no que diz respeito ao desenvolvimento do conflito capital-trabalho. Ainda que a teoria marxista tenha, actualmente, um conjunto bastante amplo de facetas e desenvolvimentos teóricos, o aspecto dessa teoria seguido e actualizado pela autora nas suas análises é o próprio desenvolvimento histórico, que para a literatura marxista é realizado por meio do contínuo conflito entre classes. Se, por um lado, uma leitura de Karl Polanyi sugere um movimento pendular, ou repetitivo, entre a expansão do capital sobre a vida social e a organização da resistência dos trabalhadores/sujeitos, uma leitura de Marx sugere uma sucessão de *estágios* na história em que a organização da produção (e, conseqüentemente, a forma por meio da qual a classe trabalhadora se organiza) é continuamente transformada (Silver, 2003: 19). Para Silver, a leitura de Marx sugere que a transformação nas formas de produção, ainda que possam desorganizar alguns elementos da classe trabalhadora também produzem novas agências e formas de conflito, associadas a novas demandas e formas de luta (Silver, 2003: 19).

Isso significa olhar para a actualização da resistência de organismos colectivos sempre em relação às transformações operadas nos modos de produção. Nesse sentido, em relação ao trabalho da estiva, dois aspectos nos parecem essenciais nas transformações operadas no modo de produção do trabalho nos portos: a inserção dos contentores, o uso de pórticos, transtainers e softwares para o carregamento de cargas, desde o final do século XX, de facto mudou substancialmente o trabalho da estiva. Actualmente, como já mencionamos no segundo capítulo, esse não é mais um trabalho manual, mas sobretudo um trabalho de operação de maquinarias e de logística. Os portos constituem um nó da cadeia de produção e distribuição mais ampla, tecnologicamente

administrada, em que os carros que transportam os containers para dentro e fora do porto, os conferentes que organizam as cargas nos navios, os movimentos exercidos pelos pórticos para retirar e inserir containers — tudo isso é tecnologicamente administrado, contabilizado e racionalizado, inserido em uma rede mais vasta de produção e distribuição.

Um segundo aspecto, a esse relacionado, é o fato de que, sendo parte de uma cadeia de produção e distribuição mais ampla, com a construção de cada vez mais portos e portos cada vez mais vastos, a semelhança e a comunicação entre esses diferentes portos está cada vez mais sofisticada, o que favorece a criação de redes de partilhamento de informações. Essas redes de partilha se tornam, em certa medida, até mesmo necessárias, dado que o que acontece em um porto pode afectar o porto seguinte. Segundo as entrevistas, eventualmente os problemas com determinadas máquinas de trabalho são compartilhadas entre os trabalhadores. Assim, por meio da própria materialidade das cadeias produtivas esse trabalho acaba conectando trabalhadores de diferentes partes do mundo, que compartilham de uma linguagem comum mesmo situados em localidades geográficas distintas. Nesse sentido, há um movimento de renovação e actualização da comunicação dos trabalhadores por conta das suas experiências semelhantes, ao mesmo tempo compartilhadas e particulares.

“Esses equipamentos só existem em outros portos, em outros terminais portuários, esses pórticos por cima dos navios, determinados tipos de máquina, a elaboração de planos de navio, etc, é portanto uma linguagem, são técnicas, valências profissionais que aprendemos e que quem aprende como nós só estão nos outros portos do mundo. Por isso há muita comunicação à nível planetário - os estivadores de Lisboa que se comunicam com os de Santos, ou os estivadores de Charlton, Nova Iorque ou Melbourne - todos sabem do que estão a falar; se há acidentes, toda a gente se identifica, estamos constantemente a aprender com os erros dos outros, alertando-nos sobre situações novas, porque os equipamentos são feitos em três ou quatro fabricantes, portanto se há um problema é bom comunicar - e rápido. E pronto, como digo, é bom para comunicar rápido e para estabelecer essa rede à nível mundial de trabalhadores de uma mesma atividade, talvez isso não se passe com outras atividades (...) os estivadores falam

muito com os trabalhadores, e aí não estou a falar de dirigentes, estou a falar de trabalhadores de outros portos, de outros países.” (Pedro. Estivador e sindicalista. 28 fevereiro 2021)

Na pesquisa de Bernardino, que data de 2000, o sociólogo já atentava para essa relação. O autor inquiriu os estivadores a respeito da relação entre as novas tecnologias e a ajuda mútua, a identidade de grupo e a solidariedade. O que o autor encontrou foi um entendimento positivo acerca das novas tecnologias em relação a essas experiências: os estivadores, em mais de 60% dos casos, assentiram que a solidariedade, a ajuda mútua e a identidade dos estivadores são favorecidas e expandidas pelas novas tecnologias de trabalho (Bernardino, 2000)⁸.

O ponto aqui, no que diz respeito à relação entre o desenvolvimento sócio-técnico e a facilitação de formação de colectividades no trabalho da estiva, é notar como a implementação de novas redes técnicas de trabalho, que remetem às novas condições de organização do sistema sócio-económico, maximizam a conexão entre colectividades que anteriormente estavam espacialmente desconectadas. Nesse sentido, o aperfeiçoamento das redes técnicas e logísticas para desenvolvimento desse trabalho no capitalismo global também fornece novas condições de possibilidade para a comunicação internacional entre esses trabalhadores.

Além disso, o que torna a nova realidade sócio-económica relevante para o desenvolvimento de novas formas de resistência dos trabalhadores é a sinergia temporal criada entre diferentes países, uma vez que mais do que problemas particulares que atingem territórios específicos, a rede de cadeias produtivas desenvolvida no capitalismo contemporâneo evidencia a cada vez mais sofisticada inter-dependência desses espaços para o transporte de mercadorias e para a formação de rotas de tráfego marítimo. Isso significa dizer que os impactos da expansão capitalista ocorre de maneira concomitante

⁸ Anexo de entrevistas

em diversos portos⁹.

A época da Troika é emblemática porque, além de ser um período que marcou um novo momento no conflito da zona portuária de Lisboa, está inscrito em um processo mais amplo de ataques sistemáticos aos direitos da população em prol de políticas neoliberais no país. E da mesma maneira que Portugal viu surgir uma ampla gama de modos e motes de resistência, dos velhos aos novos movimentos sociais, o mesmo acontecia em outros países e cidades do mundo¹⁰. Essa simultaneidade, constelada na época por uma variedade de reivindicações (de crise de representatividade política ao direito à cidade, passando pela defesa dos direitos dos trabalhadores atacados por novos pacotes laborais) na verdade marcava o ponto de encontro temporal em que populações geograficamente distintas buscavam resistir à reorganização do capitalismo e as novas formas de acumulação que se instauravam.

No caso específico da estiva, essa sinergia temporal também é visível. O blog do International Dockers Council documentou esse processo, publicando continuamente, durante mais de dois anos, uma série de manifestos de solidariedade e pequenos documentários de diferentes países: Auckland, em 2012; Brasil, em 2013; Hong Kong, em 2013; Chile, em 2013; Dinamarca, França, Grécia, em 2012 e 2013. Mesmo a luta de solidariedade realizada pelos países europeus em relação ao porto de Lisboa continha em si a consciência de que o que era realizado em Lisboa era um ensaio do que se preparava para o resto dos países.

"Em 2012, sim, houve um grande ataque aqui com a mudança da lei, houve noutros sectores, já antes de Portugal, há tinha acontecido um processo semelhante, talvez até mais gravoso, na Grécia, com a entrada do armador chinês no porto de

⁹São exemplo os avanços económicos que espoletaram as manifestações e greves dos estivadores em Auckland, em 2012; no Brasil, em 2013; em Hong Kong, em 2013; no Chile, em 2013; bem como na os estivadores da Dinamarca, França, Grécia & outros em 2013.

¹⁰ Exemplos são a Primavera árabe, 2011; o Occupy Wall Street, 2011; o Movimento 15-M, Indignados e Spanish Revolution em 2011; as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil; as Manifestações contra a Troika, de 15 de Setembro, em Portugal; os Protestos na Rússia entre 2011 e 2013; a Mobilização estudantil no Chile em 2011-2012; os Protestos na Grécia em 2010-2012.

Pireus. Esse processo, nós acompanhamos bem de perto (...) contratavam quem queriam, não queriam saber pra nada do contrato colectivo de trabalho que estava em vigor em Pireu. E impediam criação de sindicatos, enfim, um processo muito longo, se calhar desde 2010, mas portanto foi aí que começou aquilo que não tinha sido conseguido pelas directivas, foi aí que começou a tentativa de desorganização das organizações sindicais e do trabalho nos portos europeus” (Entrevista a estivador-sindicalista. Maio de 2021.)

(...) Em Valência somos 1300 estivadores, então explicámos que o conflito que estava ocorrendo em Portugal era a ante-sala do que nos poderia vir a acontecer a nós (...). Nós nos vemos como vítimas do mesmo que está se passando com os outros agora. (...) Eu penso que a União Europeia, face à nossa resposta às anteriores directivas europeias, que foi uma reação forte e unificada em toda a Europa, passou a atacar país por país, pelo que a única forma de defesa é a solidariedade internacional. Temos que demonstrar que ainda que ataquem um país de forma isolada, seguimos unidos, e isso é a única coisa que pode salvar as nossas condições de trabalho. (Rafael Ergea, porto de Valencia. A guerra dos portos. 2012)

“A situação grega é particularmente terrível. A sua situação económica é ainda pior que em Portugal. A privatização é terrível e os chineses da Coscos têm andado a comprar terra por lá com muita agressividade. Outra grande luta, eu não sei o quanto vocês sabem sobre isso em Portugal, é a Noruega (...) Eles estão debaixo de um ataque sem precedentes com três conflitos diferentes a decorrer no momento. (John Harrison - Dinamarca. A guerra dos portos. 2012)

O próprio movimento económico, nesse sentido, - tanto em forma de estruturas materiais de trabalho e comunicação, tanto em termos de políticas laborais e sociais implementadas de maneira simultânea em diferentes países - aparecem como formas que concedem possibilidade e oportunidade para o aprimoramento de dispositivos de resistência dessa classe profissional. Ainda que não esgote as hipóteses a respeito da sua renovação, as condições objetivas aparecem aqui como terreno fértil para que essa categoria, junto da sua história e dos recursos de que dispõem, possam reatualizar a sua

rede de solidariedade.

É nesse sentido, portanto, que a própria reconfiguração económica no capitalismo contemporâneo aparece implicada na organização de resistência dos estivadores. Por um lado, a própria estrutura produtiva e o aprimoramento do fluxo de transportes em direção a uma cadeia logística constitui factor fundamental para que redes de partilhamento de informações sejam favorecidas e, em certa medida, necessárias. Por outro lado, a sinergia temporal entre os diferentes portos no que diz respeito à reforma laboral e de privatização, inseridas em um processo mais amplo de implementação global do neoliberalismo, também favorecem que os trabalhadores fortaleçam a sua colectividade para combater de maneira conjunta um processo económico comum que ocorre de maneira esparsa.

4.3 O sindicato dos estivadores e os recursos de poder

A abordagem dos recursos de poder tem sido revitalizada por sociólogos portugueses para articular a questão do sindicalismo contemporâneo. De maneira resumida, trata-se de estipular quais são os recursos disponíveis para cada sindicato, de forma a compreender quais dinâmicas podem, ou não, ser acessadas. Elísio Estanque, em recente análise sobre o sindicalismo em três setores de atividade nacional, traz as propostas fundadoras da abordagem para conduzir uma análise que vê na redinamização do poder sindical a possibilidade de superação da sua crise.

As abordagens de Richard Hyman (1994), Jelle Visser (1995), Jensen, Medsen e Due (1995), Erik Ollin Wright (2000) e Schamlz e Dörre (2013) utilizadas pelo autor estabelecem alguns tipos de poder que permitem a organização analítica para o caso do sindicalismo. Erik Ollin Wright (2000) estabelece dois: o poder estrutural e o poder associativo. O primeiro diz respeito à posição ocupada pelos trabalhadores no sistema económico e decorre do poder de provocar disrupção, isto é, interromper ou restringir a valorização do capital (Estanque, 2020: 33). O poder associativo, por seu turno, remete às várias formas de poder que resultam da formação de organizações colectivas, estando esse

tipo de poder relacionado essencialmente à capacidade de união dos trabalhadores. Ele não é determinado exclusivamente pelo número de membros, ainda que esse factor seja relevante, mas trata-se sobretudo da sua eficiência organizativa, da participação dos membros e da coesão interna, que repercutem nas atividades desenvolvidas no e pelo sindicato. A abordagem de Jelle Visser (1995) adiciona ainda um poder importante para a presente análise, qual seja, o poder institucional. O poder institucional diz respeito aos direitos consagrados no quadro jurídico: é uma forma de poder que remete à legislação laboral e enfatiza a representação institucional de interesses, em detrimento da ação das bases e do movimento como um todo.

A abordagem dos recursos de poder é interessante porque organiza a análise sobre a atuação sindical de forma a iluminar as relações de poder em diferentes dimensões e, ao mesmo tempo, revelar as formas por meio das quais esse poder pode ser revitalizado. Ou seja, é uma abordagem que colabora no entendimento dos meios disponíveis aos sindicatos para que possam se dinamizar na arena política, ao mesmo tempo que aprecia as relações de poder instauradas. Assim, por meio dessa abordagem, podemos compreender de que maneira o sindicato dos estivadores se finca na estrutura material, ou seja, quais as relações de poder que são estabelecidas por esse sindicato na arena política (em sua vertente comunicativa, institucional e estrutural). Como o sindicato dos estivadores não é um sindicato que precise de algum tipo de auxílio para ser revitalizado - mas que, pelo contrário, joga um papel, nessa tese, de um caso particular a ser analisado em uma crise sindical evidente -, a análise dos recursos de poder permite compreender quais são os meios que os tornam poderosos; ou seja, as razões que possibilitam que, ao contrário de um refluxo sindical, ele ainda se apresente como um sindicato forte.

4. 4. Poder associacional

O poder associacional, como forma de poder relacionada às várias formas de poder que resultam da formação de organizações colectivas dos trabalhadores, no caso da estiva, deve considerar uma miríade de factores. Em primeiro lugar, a capacidade de organização dessa classe profissional no que diz respeito às razões que levam os

trabalhadores a se sindicalizarem, bem como a capacidade de manutenção de uma rede de solidariedade interna forte. O caso dos estivadores chamou a atenção, na época da Troika, pela rede de solidariedade interna forjada entre os trabalhadores contratados a termo e os precários e pelas suas altas taxas de filiação, que em Lisboa batem os 100%. Essa alta taxa de filiação interna obviamente dá legitimidade ao sindicato, sendo portanto fundamental para que ele apareça como um representante legítimo dessa classe profissional. Na nossa perspectiva, ele ainda está associado a um elemento particular do trabalho da estiva, que é a importância da identidade dessa classe profissional e a sua história - ou seja, a sua 'idade', em contraposição à grupos profissionais mais novos, produzidos pela nova formação económica, que não inscrevem na sua formação o factor *tempo*.

(...) Sim, profissões mais novas menos. Porque também não há uma história para trás. Mas aquelas que tem uma história para trás, isso acontece. Ainda mais no mundo da estiva, em que não era propriamente uma profissão muito desejada, em algum aspecto era quase um trabalho forçado, para alguns, nunca se adaptariam a isso. Não esqueçamos que algumas décadas atrás os estivadores andavam mesmo com as cargas às costas, não é? As sacas e as caixas. Mas sim, eu estava a me esquecer desse factor; o factor familiar; que faz com que várias gerações... digamos, continuem. No fundo, pode haver três ou quatro gerações no mesmo porto da mesma família. E também vinham muitos... falando de Lisboa, se fizéssemos esse levantamento, a origem dos estivadores estava concentrada em meia dúzia de zonas geográficas do país. Vinham todos daí. Vinha um, depois trazia o amigo. E daí, enfim, fazia daquilo um bocado um clube. É um bocado um clube de pessoas muito próximas por isso, pela origem geográfica.” (Pedro. Estivador e Sindicalista. Janeiro de 2021).

O que chamamos aqui de identidade poderia também ser nomeada cultura profissional. Ou seja, um conjunto de valores, tradições, linguagens e modos de vida que particularizam esse grupo profissional. Bernardino aferiu, por meio de entrevistas localizadas, a questão da identidade e do orgulho profissional dessa classe em Lisboa, concluindo que em um universo de 80 estivadores, de 90-100% acreditam i) existir no

estivador um espírito de pertença a uma classe profissional de características comuns em todo o mundo; ii) que os estivadores partilham das mesmas preocupações a nível profissional e social; iii) que são uma classe orgulhosa relativamente a sua ocupação; iv) que é uma honra ser estivador; v) que ser estivadores é uma classe muito singular; vi) que possui características e formas de ser e estar muito próprias e vii) possuem padrões sociais próprios. (Bernardino, 2000)

Associado a isso está o factor temporal, que se conjuga nas práticas sociais por meio das formas de recrutamento, da transmissão da profissão de forma intra-familiar e de características relacionadas a género, idade e origem. Ainda que essa realidade seja medida de maneira incerta, nomeadamente, por meio de *uma* entrevista localizada, cumpre ressaltar a possibilidade de que resquícios de modelos de recrutamento do estado novo até a actualidade estejam presentes, ainda que dinamizados de maneiras diferentes. Esses resquícios dizem respeito às relações familiares e de proximidade, que ainda jogavam um papel eventual na escolha desses trabalhadores pelo menos até o início dos anos 2000. Essa dinâmica pode ser considerada não só como uma mera indicação de posições dentro da companhia, mas também como uma forma particular de transmissão geracional de modo de vida, dada as características ressaltadas nos pontos anteriores.

“...A minha família tinha sido estivadora, todos com o seu com o seu sucesso profissional relativo, claro, uma vida, todos eles numa vida estável, ninguém mendigava, trabalho muito chato, muitas horas de trabalho, sim, mas fui experimentar. ...(em 2006) A classe nessa altura ainda era muito fechada, quem fazia recrutamento dos trabalhadores ainda era a própria estrutura dos trabalhadores existentes, tava lá um pai que tinha dois filhos, tentava colocar os filhos (...) ou sugeria que o filho fosse lá ver do que se tratava o trabalho“ (Rui. Estivador. Entrevista de 18 de maio de 2021)

Além disso, as taxas de filiação desse sindicato aparecem sempre com altas taxas. Se actualmente elas são de 100%, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 estas, em associação com as taxas de adesão à greves, também sempre foi muito alta, com 100% de filiação e 97,5% de adesão às greves (Bernardino, 2000: 35). Na nossa visão, a

manutenção de uma cultura familiar e de amizade, em articulação com as características próprias dessa profissão como as entrevistas de Bernardino demonstraram, joga um papel importante no fortalecimento da colectividade. Mais do que trabalhadores que compartilham um mesmo ofício, são sujeitos que partilham das mesmas histórias; que muitas vezes vieram das mesmas regiões do país; que partilham de laços de parentesco ou de compadrio. Dessa forma, há uma espécie de auto-determinação e manutenção de uma colectividade ao longo do tempo, o que lhe concede certo sentido histórico.

O poder associacional do sindicato ainda dispõe e se reatualiza por meio de uma rede internacional, esta por sua vez renovada constantemente seja por meio de reuniões presenciais como por um uso consistente das redes sociais. *“Eu também já estava aqui neste trabalho,(...) não tava muito presente para ir passear. Mas há muitos encontros, na Madeira, mesmo a Madeira, sem ser a passeio, juntavam-se iam se conhecer, iam jantar, iam viver, conviver uns com os outros. Faz parte....”* (Rui. Estivador. Entrevista de 18 de maio de 2021) // *“Pois, a questão dos grupos (...) há mil e um grupos por mil e uma razões, os que nasceram em determinado concelho, os estivadores do Benfica, os estivadores do Sporting em outro, os estivadores enfim que gostam de motos, por exemplo, também temos um grupo.”* (Rui. Estivador. Entrevista de 18 de maio de 2021)

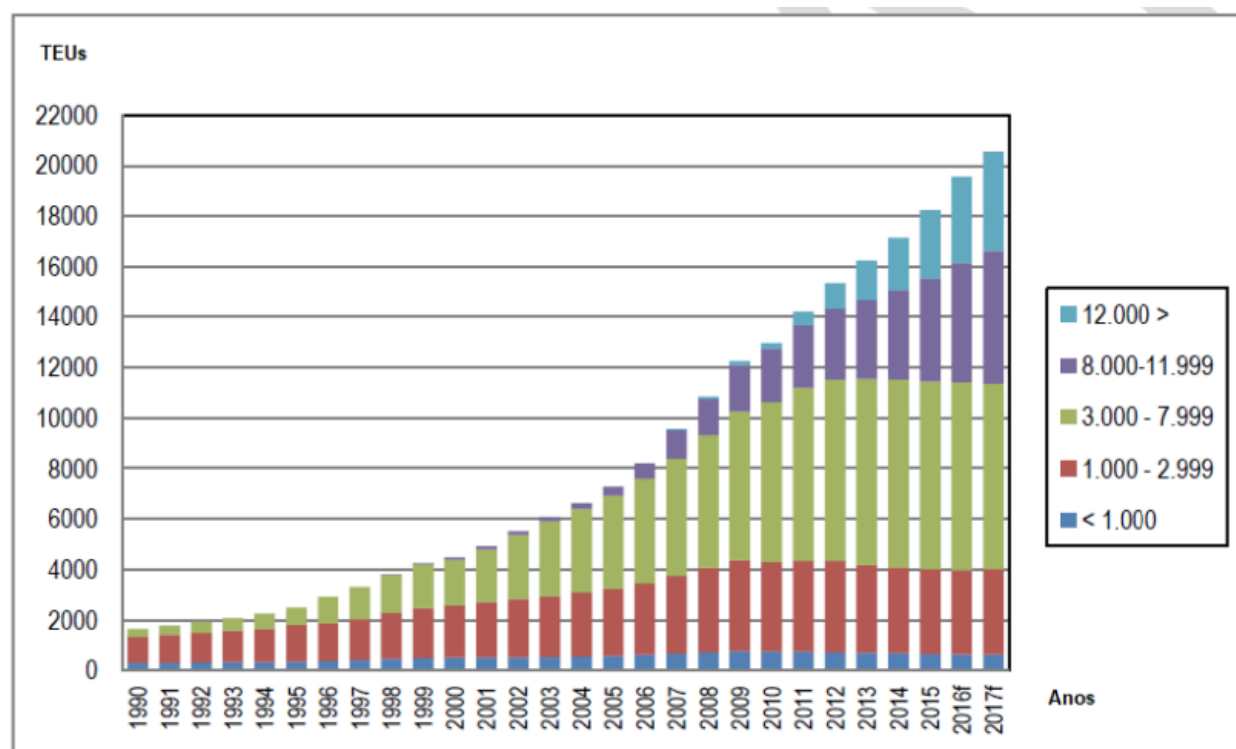
Obviamente outros aspectos, como o próprio poder estrutural, a capacidade de barganha com as associações patronais, ou outras razões que nos passaram ao largo, podem fornecer quadros explicativos para esse poder associativo tão alto. Na nossa perspectiva, ele remete para uma componente importante do trabalho, que actualmente nas profissões mais recentes não é tão visível ou comum: o facto de se partilhar, pela história da profissão, momentos que são momentos de convívio, de transmissão de valências, de solidariedades regionais, nacionais e internacionais. Ainda que o recrutamento não seja feito da mesma forma que era feito durante o período do estado novo, há de se notar os resquícios de uma profissão que se manteve ao longo do tempo também como cultura, como tradição. O seu poder organizacional, nesse sentido, é também um poder que relaciona-se com a identificação desse grupo consigo próprio e com o trabalho, e que também percebe a sua capacidade de lutar pela manutenção e pela conquista dos seus direitos laborais.

4.5 Poder estrutural

O poder estrutural, tal como conceptualizado por Wright's (2000: 962) relaciona-se à posição ocupada por determinado grupo profissional no sistema económico. Ele pode ser produzido tanto pelo mercado de trabalho (relacionando-se, por isso, à questões como formação profissional, experiência e recursos necessários para o desempenho da profissão) quanto pela localização estratégica de um grupo particular na indústria (Beverly, 2003: 13). É principalmente sobre o último que nos debruçaremos, não desconsiderando, entretanto, a importância do primeiro: a necessidade de formação especializada para um trabalho com alta periculosidade e de difícil realização também torna essa mão de obra mais difícil de ser substituída, sem que problemas graves se apresentem como consequência. De todo modo, aqui consideraremos sobretudo o poder estrutural do ponto de vista da localização estratégica, sublinhando a relação desta com mudanças no sistema de transporte nas últimas décadas e a consequente maximização da importância do transporte marítimo e da estiva no comércio internacional.

Como já pontuamos anteriormente, à luz do trabalho de Bravo (2000) a modificação do sistema de transporte a partir da década de 1970 adquiriu nova natureza, relacionada essencialmente à inserção de contentores e à formação de um sistema de transporte intermodal, logístico e integrado. Ao carácter logístico e integrado soma-se, ainda, o volume de mercadorias que os contentores são capazes de transportar, o que tornou o transporte marítimo economicamente mais viável. Segundo os dados do Livro Branco da UE (2001), um quilograma de petróleo permite deslocar, numa distância de um quilómetro, 50 toneladas em caminhão, 97 toneladas num vagão e 127 toneladas por via aquática. Considerando, ainda, a expansão constante da tecnologia do transporte, como mostra o gráfico abaixo a respeito da evolução da capacidade dos porta-contentores, é de se considerar a escolha económica dessa via, bem como os consequentes impactos da paralisação dos trabalhadores da estiva.

Responsável actualmente pelo transporte de 90% do comércio mundial¹¹, nota-se a evidente vocação internacional do transporte marítimo, dada a própria natureza do seu meio, em contraposição aos caminhos de ferro ou às auto-estradas, dependentes essencialmente de uma geografia terrestre que lhes dê substrato. Ainda para considerar os impactos da paralisação da estiva, em 2017, de acordo com os dados da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, o transporte marítimo representou 76,1% das movimentações de mercadorias do país, em oposição a 23,4% do transporte rodoviário. Segundo o mesmo relatório, as importações representam a parte mais significativa do comércio internacional em Portugal e, em 2017, destacava-se sobretudo a responsabilidade do transporte marítimo nesse tipo de transação, tendo em 2017 representado 61,6% da sua respetiva tonelagem. Ainda que as perdas das greves não tenham sido sistematicamente contabilizadas, segundo os dados da comunicação social, durante as greves realizadas pelos estivadores portugueses em 2012, segundo reportagem do Jornal Público, de 2016, contabilizou-se uma perda diária de 300 mil euros.



Evolução da capacidade dos porta contentores.

Fonte: José Miguel Reis de Brito e Castro, Adaptado de Ocean Shipping Consultants, 2016

¹¹Documentário Freightened: The Real Price of Shipping, 2016; O Tráfego Marítimo de Mercadorias no Contexto da Intermodalidade

Apresentamos esses dados para dar dimensão do poder estrutural dos estivadores, mas também para considerar como o avanço tecnológico tem tornado, como face de uma mesma moeda, o fluxo mercante e económico mais robusto — e o poder de intervenção na vida material por parte desse grupo profissional, mais potente. Mas mais do que as somas inconcebíveis de dinheiro, que sem dúvida concedem a essa classe profissional um maior poder de barganha, cabe considerar que é a própria produção da vida material que é transportada pelos navios porta-contentores. Mais do que a paralisação do fluxo económico, portanto, a paralisação do trabalho da estiva constitui a paralisação da distribuição de bens de consumo essenciais, tanto para a vida da população em geral como para a produção industrial.

Nesse sentido, a paralisação das suas atividades adquire um sentido importante a ser considerado: além de deter a capacidade de causar grandes prejuízos às empresas, incidindo de facto na maximização do poder sindical desse grupo profissional e na possibilidade de maior barganha para os direitos desses trabalhadores, do ponto de vista simbólico eles constituem um ponto privilegiado para revelar a interdependência inextricável entre os diferentes setores da sociedade.



ShipMap. An animated and interactive visualization of global commercial shipping, by Kiln for the UCL Energy Institute.

Queremos dizer com isso que o poder estrutural desses trabalhadores carrega consigo também um poder simbólico, da ordem do discursivo: ele funciona como uma espécie de iluminação das estruturas materiais que conectam a sociedade globalizada, expressando a interdependência e a conexão entre setores, países e continentes. A paralisação de uma rota, como foi o caso recente do navio Evergreen, no Canal de Suez, não é só um prejuízo empresarial de milhares de euros. É sobretudo a iluminação das principais rotas de trânsito e de conexão entre países e continentes. O poder estrutural, ao carregar consigo esse duplo signo, fornece um caminho importante para considerar não só o poder particular dessa classe profissional, mas também o poder no seu sentido político, de iluminação das formas de produção e reprodução da vida material. Ao fazê-lo, percebemos como o poder estrutural é uma forma que desenha outras geografias políticas: ele ilumina os pontos nevrálgicos do modo de produção do sistema económico, constituindo-se por isso como uma forma específica de poder dos trabalhadores, fundado na materialidade da vida social.

A maximização do seu poder estrutural revela-se, assim, não só nos mais altos salários dessa classe profissional a partir da década de 1980 como no facto de, ao comunicar racionalizadamente com vastos setores da produção e da distribuição, as consequências da sua interrupção serem maximizadas. Como foi discutido por Timothy Mitchell em *Carbon Democracy*, descrito brevemente em capítulos anteriores, a paralisação dos fluxos da sociedade constitui, de certa forma, a própria possibilidade de democracia na sociedade moderna. Essa perspectiva, que funda também a reflexão a respeito dos limites da democracia representativa ou ao seu funcionamento na sociedade contemporânea, é de suma importância para avaliar os possíveis impactos da implementação das tecnologias de automação, que visam extirpar esse poder.

Não à toa, mesmo utilizando o poder estrutural de que dispõe, há parcimónia nessa utilização: nos casos analisados, ainda que duradouras, as greves estiveram limitadas a paralisações de uma ou duas horas por dia. Em 2014, o presidente do Sindicato veio esclarecer, diante da opinião pública, a realidade dos impactos das greves, em conferência de imprensa realizada dia 19 de fevereiro de 2014. Ainda que veiculadas

na comunicação social como greves duradouras, de seis meses, o total das horas paralisadas chegava à no máximo 24 horas. O mesmo se pode dizer das greves de solidariedade dos estivadores europeus, que pararam os portos durante duas horas por dia. Uma análise acurada das mudanças nas formas de paralisação desse sector de atividades fica por ser feita, também esta passível de mudanças de acordo com a transformação na capacidade de carregamento de mercadorias com a entrada dos containers, o impacto económico daí consequente e as formas de utilização dos equipamentos de carga e descarga advindas do desenvolvimento tecnológico.

De todo modo, cumpre concluir a respeito da importância do poder estrutural no caso desse sindicalismo, facilitado pelo desenvolvimento tecnológico, pela expansão do fluxo de recursos e pela importância do transporte marítimo no envio de mercadorias. Os impactos económicos produzidos pela paralisação dessa classe profissional, inseridos em uma rede sócio-técnica e logística de distribuição e comunicação de bens essenciais, fazem desse grupo um dos mais poderosos do mundo em termos de poder estrutural, capazes também de desenhar outras geografias políticas no espaço global.

4.6 Poder institucional

O poder institucional refere-se aos direitos consagrados pelo quadro jurídico vigente e que as instituições respeitam e, está, portanto, referida nos meios institucionais que reúnem e respeitam as leis reconhecidas quer por estruturas de co-gestão, quer por acordos colectivos (Dorre, 2017; Lehndorff et al., 2017; Schmalz e Thiel, 2017; Estanque, 35: 2020). Segundo Lehndorff et al (2017), um indicador do poder institucional dos sindicatos é a cobertura da negociação colectiva. Como assinalado por Estanque, esse poder sofreu um revés em 2013 com o Memorando do Entendimento, englobando setores diversos da sociedade portuguesas que perderam direitos laborais históricos. No caso dos trabalhadores portuários, a alteração específica do sector está implicada na Lei nº 3/2013, de 14 de janeiro, que estabelece o regime jurídico do trabalho portuário.

A lei referida instalava, entre diferentes pontos, a possibilidade de trabalho intermitente, a celebração de contratos individuais, com prazo inferior a seis meses, bem como tornava desnecessária a habilitação com carteira profissional para a prestação de trabalho portuário. A aprovação da lei referida iniciou o conflito portuário, mais especificamente após o despedimento sumário de 47 estivadores que não estavam abrigados pelo contrato colectivo de trabalho. A luta política pela reintegração dos trabalhadores despedidos, em associação com a celebração de um novo acordo colectivo de trabalho, durou de 2012 a 2016, tendo sido aplicadas, nesse meio tempo, uma série de manobras económicas e políticas por parte das empresas de trabalho portuário. Entre estas, citamos a criação de uma empresa de trabalho portuária paralela, a Porlis, bem como a tentativa (ainda em curso) de dissolução da primeira empresa de colocação de mão de obra, a AETPL, por alegada insuficiência financeira.

Deve-se notar, em um primeiro momento, que o poder institucional consagra as lutas políticas realizadas no terreno, sendo por isso uma expressão das relações materiais vigentes entre os atores envolvidos no conflito. Nesse sentido, o caso do poder institucional deixa evidente como o cruzamento entre as tipologias é fundamental para uma compreensão adequada da sua capacidade de atuação política. O caso dos estivadores revela não só a importância da detenção de recursos jurídicos e institucionais, mas a importância fundamental da luta prática na defesa e conquista desses direitos, sendo portanto essencial considerar ambos os recursos, jurídico-institucional e organizacional-estrutural, no esforço para evitar a degradação dos vínculos contratuais.

As questões institucionais envolvidas no conflito adquirem um carácter bastante multi-facetado e revelam como a perda do poder institucional reside, na verdade, em um conjunto amplo e diferenciado de estratégias para reduzir o conjunto de trabalhadores abrigados pelos contratos colectivos de trabalho. A produção ou exclusão de categorias profissionais e a criação de novos vínculos contratuais constituem duas dessas formas. A lei de 2013 do trabalho portuário modificou as categorias profissionais que seriam ou não abrangidas pela mesma lei: esta não seria aplicável para os trabalhadores de movimentação e arrumação de mercadorias em armazéns, parques e outras infra-estruturas de plataformas

logísticas; também não abrigaria os trabalhadores responsáveis pela entrada e saída de mercadorias ou quaisquer trabalhadores que não se encontrassem especificamente afeitos à movimentação de cargas. Isso significa dizer que a lei reduz o conjunto de trabalhadores que integram a lei particular do trabalho portuário, deixando-os obrigados às leis gerais do código de trabalho.

Além dessa diferenciação, a implementação extensiva da possibilidade de execução de novos contratos individuais de trabalho, intermitentes ou de curto prazo, também funcionou como mais uma diferenciação permitida no trabalho portuário, visando reduzir o seu poder institucional. Se essa permissão já estava impressa nos códigos de trabalhos anteriores, de 2003 e 2007, que permitiam contrato individual condicionado, ela foi implementada extensamente a partir da revisão laboral de 2013, incluindo o caso dos trabalhadores portuários, que dispõem de regime jurídico particular. A diferença fundamental da atuação dos estivadores sindicalizados na época do despedimento dos 47 estivadores foi a solidariedade implementada com esses outros trabalhadores que não estavam sob o abrigo do contrato colectivo de trabalho. Nas palavras do estivador entrevistado em 2021, que esteve na estiva durante 6 anos de 2006-2012: “(...) *“Então houve uma altura em que a entidade patronal aproveitou, a minha situação era de precariedade total ainda, eu ainda trabalhar com contratos ao turno... Quando fomos para o tribunal do trabalho de Lisboa, eu tinha mil e tal contratos, levei em caixas de papel de resma para o tribunal, eu e mais 15 elementos, colegas meus, entregaram os milhares de contratos de trabalho no tribunal de trabalho em frente ao banco de Portugal.” “Por ter contrato individual eu não fazia parte da classe, para se fazer parte de uma classe de trabalhadores é preciso, é preciso alguma coisa. E nós não tínhamos isso ainda. Nós nunca fizemos desconto para o sindicato, nunca pegaram o nosso dinheiro, não nos representaram. Não nos representavam explicitamente: sempre tiveram conosco, nunca nos abandonaram”.* (Rui, Estivador. Entrevista de 18 de maio de 2021).

Rui conta que o que motivou o despedimento desses estivadores foi o argumento anti-constitucional de que estavam a fazer greve, quando não o deviam.

“Sim sim. Então num dia de greve geral do país, nem sequer foi uma greve setorial dos estivadores, num dia de greve geral do país, nesse dia, nós não trabalhamos porque não havia movimentação de cargas, não podíamos lá chegar nós, três ou quatro rapazes e pegar em 200 toneladas e por dentro do navio. O serviço parou, o processo de carga e descarga parou, porque é muita gente, é o camionista que leva o contentor, é o da grua que agarra o contentor, é o rapaz das luvas que põe os encaixes nos contentores para assentarem perfeitamente um em cima dos outros. E quem era o elo mais fraco? Éramos nós. Tínhamos este tipo de contrato ao turno, se não tivéssemos contrato não íamos trabalhar. Tiveram o descaramento de segunda-feira seguinte nos chamarem a todos a sede dessa empresa e disseram-nos - a AETPL - vocês estão despedidos, não vem trabalhar mais, porque fizeram greve. Não, nós não fizemos greve, não temos como fazer greve, não temos essa importância para fazer greve, nós não fizemos o nosso trabalho porque o contentor não chegou a nossa frente e não conseguimos ir buscar porque pesa 30 toneladas. O que eles tentaram? Vamos fazer mal a eles pra ver se os estivadores das máquinas cedem, e não fazem greve, isso era uma greve do país Não há como.. não há volta a dar. Não se verga as pessoas dessa maneira. Nós nunca deixamos que nos vergassem. Então fomos para o tribunal do trabalho reivindicar os nossos direitos, com 6 anos e meio de trabalho efetivo, todos os dias, às vezes das oito da manhã à meia noite, outras vezes 24 horas, a assinar dois contractos de trabalho, que que acontece? O tribunal do trabalho no início, pareceu que tava tudo encarrilhado para nos dar a razão, mas à última hora (...) a juíza do tribunal de trabalho deu razão a entidade patronal, que permitia-lhes que fizessem dois, três contractos por dia, a um trabalhador — e chamassem uma coisa dessas sazonal! Quando trabalhávamos todos os dias do mês, todos os dias do ano, excluindo dia 1 de maio e o dia de natal. Deram razão a entidade patronal. Nós recorremos pro tribunal da Relação de Lisboa e obviamente este não foi comprado e deram razão aos estivadores de Lisboa.”

À parte do entendimento jurídico sobre categorias temporais do trabalho, qual seja, o entendimento de um trabalho realizado ao longo de seis anos como trabalho sazonal, bem como todo um vasto conjunto de minúcias a respeito das novas classificações e formas semânticas de dar a volta às condições de trabalho dignas, uma questão importante a ser considerada no caso do poder institucional dos estivadores retorna, novamente, para a solidariedade e o internacionalismo. Foi ao defender os interesses desses trabalhadores precários, sumariamente despedidos, que a solidariedade se impôs e que o desenvolvimento da precarização mais geral dos vínculos laborais nos portos pôde ser impedida. Cumpre ressaltar, ainda, que da parte da celebração do primeiro passo para a elaboração do novo contrato coletivo de trabalho, realizado em 2014 sob o nome de Reuniões Entre Parceiros sociais do Porto de Lisboa, essa solidariedade, efetuada em articulação com outros portos europeus, realizou-se institucionalmente com a presença de um representante do sindicato internacional dos estivadores na reunião. Segundo o IDC, em comunicado de imprensa, a abertura desse diálogo com as associações empresariais e o governo só foi possível, em grande medida, devido ao empenho que o IDC colocou na mediação entre todos os parceiros sociais envolvidos. Percebemos, nesse sentido, que a articulação entre precários e trabalhadores efetivos, bem como entre o sindicato de Lisboa e o IDC foi fundamental para dar força aos ganhos institucionais na sequência do conflito.

Os recursos institucionais desse sindicato evidenciam-se, ainda, nas representações realizadas nas reuniões de diálogo social da UE, por exemplo, bem como nas campanhas de sensibilização com o parlamento europeu, como aconteceu em Estrasburgo, em 2006, do qual falamos acima. Todas essas campanhas, entretanto, costumam ser acompanhadas de manifestações públicas ou de paralisações, mostrando a relação inextricável entre os recursos institucionais e o poder estrutural e organizacional desses trabalhadores. A perda ou a manutenção institucional de direitos no quadro jurídico vigente revela-se nesse caso muito claramente como uma forma de expressão das relações materiais das diferentes partes interessadas. Por isso, cumpre considerar que a decadência dos órgãos sindicais pode estar inevitavelmente relacionada com a perda sistemática dos direitos trabalhistas representados nos códigos de trabalho, uma vez que é parte fundamental do seu trabalho representar os interesses dos trabalhadores e expressá-los por

meio de acordos de trabalho. O conhecimento e a experiência sindical também é um factor a ser considerado, já que o reconhecimento das mudanças legais ocorridas em décadas anteriores é também um recurso importante: é comum que as revisões laborais venham a revogar artigos de legislações laborais anteriores, como foi o caso dos artigos 5º, e 23º da legislação de 1993, que foram inevitavelmente fruto de lutas políticas sindicais anteriores.

Desta feita, destacamos aqui a vitória dos estivadores no que diz respeito aos seus recursos institucionais, tendo, por meio do esforço jurídico-institucional e organizacional, conseguido conquistar, ao final de dois anos, a reintegração dos trabalhadores despedidos, e ao final de quatro anos, a celebração de um contrato colectivo de trabalho que inscreve juridicamente essa reintegração, bem como outras conquistas importantes — como o estabelecimento de critérios para o recrutamento de trabalhadores em contrato sem termo, dando preferência aos trabalhadores já integrados em contratos com contrato a termo, de curta duração ou com contrato de trabalho temporário.

4.7. Poder discursivo

Relacionado, por um lado, à capacidade de comunicar-se com a sociedade e, por outro, à capacidade de utilização de meios de comunicação, o poder discursivo diz respeito à capacidade dos sindicatos de fornecerem padrões de interpretação em torno de questões polémicas e de influenciarem com êxito o discurso público e a definição de agendas de ação estratégica (Estanque, 2020: 37). Em estudo de caso da TAP, Estanque (2020) nos fornece um exemplo bem sucedido do poder discursivo dos sindicatos realizado pelos trabalhadores da empresa: a campanha “Não TAP os olhos” levado a cabo pelo SNPVAC e pelo SITAVA a respeito do processo da privatização da empresa. Criada por ativistas sindicais e em associação com uma figura pública de relevo, qual seja, o cineasta Antonio Pedro Vasconcelos, a campanha adquiriu um carácter inovador ao sair para fora das esferas dos sindicatos e conseguiu conferir uma visibilidade à questão da venda da TAP do ponto de vista público (Estanque, 2020: 166).

No caso do sindicato dos estivadores de Lisboa, a vertente discursiva adquiriu não só um carácter bem sucedido e inovador como foi capaz, ainda, de jogar luz à questões mais gerais relacionadas a precariedade laboral. O processo, levado a cabo sobretudo pela direção sindical e pela Assessoria de Imprensa do sindicato, foi constituído de uma miríade de esforços: uma articulação estratégica com os meios de comunicação tradicionais; o uso extensivo das redes sociais; a associação com os novos movimentos sociais; a modificação da imagem sindicato; e uma reconstrução da imagem dos estivadores perante a opinião pública. A concatenação desses esforços rendeu ao sindicato dos estivadores de Lisboa a posição de sindicato mais seguido nas redes sociais em termos nacionais e internacionais. Segundo entrevista com o Assessor de Imprensa, o Seal tem mais seguidores ele próprio do que o IDC no seu conjunto e mais ancoragem do que central sindical da CGTP.

Sobre a importância das redes sociais na estratégia comunicacional, o Assessor responde: *“Eu acho que foi importante porque ajudou primeiro a tornar o sindicato incontornável, ou seja, os jornalistas quando era pra falar, a maior parte do jornalismo, quando era pra falar bem de nós, preferia não falar, mas essa opção deixou de ser uma opção quando tu tens o sindicato que tem o maior número de seguidores do país. Mais do que a própria central sindical. Seguidores nas redes. O conjunto das redes, FB, blog, os dois pólos (...) na altura o Instagram era irrelevante. Mas tornou-se incontornável. O Seal é sem duvida o sindicato mais seguido em termos nacionais e internacionais; o Seal tem mais seguidores ele do que o IDC no seu conjunto, só pra teres comparação. Tem mais ancoragem do que a central sindical da CGTP, temos vídeos com 200mil visualizações, portanto a gente conseguiu, por meio das redes virtuais, tornar-se incontornável para os mídias convencional. E ao tornamo-nos incontornáveis para os mídia tradicionais, nós conseguimos furar o círculo mediático. — O que você quer dizer com se tornar incontornável? — É conseguir colocar o presidente do sindicato, Antonio Mariano, no jornal da noite a defendera posição dos estivadores; é conseguir pôr o Mariano a assinar artigos de opinião nos principais meios de referência. Ele tornou-se incontornável, não só na realidade concreta, mas também na realidade virtual.”*

Com vídeos com mais de 200 mil visualizações, o actual Seal nos revela como a implementação de estratégias discursivas nas redes sociais é fundamental para uma reorganização discursiva nos próprios veículos de comunicação social. Como uma nova plataforma de realidade que não pode ser ignorada, as redes sociais constituíram espaços fundamentais para a criação de contra-narrativas sobre o sindicato da estiva; para a articulação com outros movimentos sociais na época da Troika e para a própria reconstrução da imagem do sindicato, agora em articulação com o IDC. No blog O estivador, que fundou a presença do sindicato da estiva na blogosfera, nota-se não só um conjunto amplo de reportagens e direitos de resposta, cartas à ministros, vídeos de discursos e conferências de imprensa, como uma rede extensa de colaboração com outros movimentos sociais. Como exemplo, o presidente do sindicato passou a integrar como autor o blog dos 5 dias, que constituía uma rede de comunicação virtual diversa e importante, na época, acerca das questões relacionadas à austeridade na Europa. O blog também foi um dos pólos difusores de iniciativas como O Tribunal Popular Europeu, que consistia em um mecanismo de resistência e agitação responsável pela produção julgamentosa dos esforços europeus na implementação das políticas de austeridade.

Open Letter To The Prime Minister

April 15, 2014

[Leave a comment](#)



Listen, Passos...

Tribunal Popular sobre a Governação Económica da UE e da Troika

May 19, 2014

1 Comment

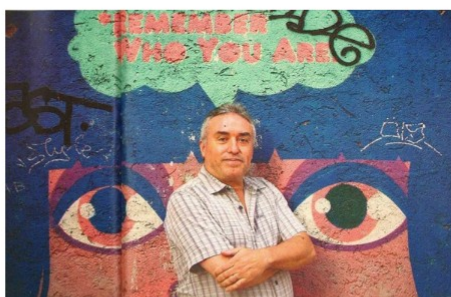


A UE e a crise: de austeridade para a solidariedade

Entrevista a António Mariano sobre as razões da greve dos estivadores

November 19, 2015

Leave a comment



B Zoom // Entrevista

António Mariano. “Esta lei injusta foi feita à medida dos negócios de alguns”



Month: August 2015

CARTA AO DIRECTOR DO EXPRESSO, a propósito da notícia que dava conta de que a “Organização Internacional do Trabalho não deu razão aos estivadores na queixa contra o Estado português”

August 17, 2015

[Leave a comment](#)



Permitindo, portanto, a irradiação de informação para um público mais vasto e a conexão política com outros movimentos sociais que residiam nas plataformas virtuais, esse esforço realizado nas redes sociais imprimiu uma nova relação com os meios de comunicação tradicionais e inseriram os estivadores em uma rede mais ampla que se posicionava frente às políticas de austeridade. O blog e o Facebook do Seal também divulgava o seu Internacionalismo, ou seja, dava voz a outros estivadores e sindicalistas europeus e não europeus e divulgava o que se passava em outros portos, funcionando como uma espécie de difusor de informações da zona portuária e desse grupo de trabalhadores. Ele pôde, nesse sentido, produzir uma contra-narrativa sobre esse grupo profissional sobre a história desse trabalho, o que favoreceu a reconstrução da imagem dos estivadores perante a opinião pública.

IMAGINE QUE É O SEU EMPREGO...

SUBSTITUÍDO POR ALGUÉM SEM
A FORMAÇÃO ADEQUADA NEM DIREITOS
E COM ORDENADO DE MISÉRIA



Página 94 de

...É ISTO QUE ESTÃO FAZER COM OS **ESTIVADORES**
MANIFESTAÇÃO CONTRA A PRECARIIDADE 16 JUNHO 18H
CAIS DO SODRÉ >> S.BENTO

IMAGINE QUE É O SEU EMPREGO...

SUBSTITUÍDO POR ALGUÉM SEM
A FORMAÇÃO ADEQUADA NEM DIREITOS
E COM ORDENADO DE MISÉRIA



...É ISTO QUE ESTÃO FAZER COM OS **ESTIVADORES**
MANIFESTAÇÃO CONTRA A PRECARIIDADE 16 JUNHO 18H
CAIS DO SODRÉ >> S.BENTO

A ideia, segundo o assessor de imprensa à época, era conseguir traduzir em imagens uma realidade problemática que se implementava em diferentes profissões. “(...) *Qual era a lógica da precariedade? É a uberização de todos os sectores... Qualquer trabalhador tá capaz de fazer tudo, e isso é péssimo não só pro trabalhador mas também pra quem usufrui do trabalho do trabalhador. Isto era muito difícil de explicar às pessoas, porque as pessoas não percebiam que ter um trabalhador especializado era melhor do que ter um trabalhador não especializado, e o que a gente fez? Foi cruzar profissões que assustavam as pessoas. Então e se de repente tiveres a conduzir um avião com um condutor de TukTuk? E se de repente tiveres um gajo do talho a fazer de cirurgião plástico? Um juiz de tribunal a fazer linha de juiz de futebol... E por via desse cruzamento as pessoas entenderam: não, eu quero um cirurgião a fazer trabalho de cirurgião, quero um estivador a fazer trabalho de estivador.*” (Entrevista com o Assessor de Imprensa. Novembro de 2021)



A desqualificação profissional produzida pelas políticas de austeridade, bem como a renovação estética que o sindicato promovia, ficaram duplamente evidentes na campanha, fornecendo um novo quadro semântico para a compreensão dessa profissão e dos problemas por ela atravessados. Mas o esforço discursivo e comunicacional ainda não parou aí: o trabalho da Assessoria de Imprensa, em associação com a direção do sindicato modificou o logotipo sindical, tornando-o mais limpo e claro. Trabalho difícil de ser realizado, dado o afeto e o apego dos trabalhadores para com os símbolos que representam a sua profissão, segundo comentou o Assessor de Imprensa em entrevista, ele constela a história e a contemporaneidade da profissão ao usar como imagem única e principal o gancho utilizado pelos estivadores quando o trabalho ainda era manual em forma de S, de Seal. Em uma estética mais clara e simples, o logo tornou-se também mais fácil de ser digerido visualmente e trouxe o organismo sindical para uma gramática mais actual.

Esse empreendimento de transformação comunicacional alargado da organização (tanto em termos de comunicação virtual; re-branding do logo do sindicato; campanhas populares e reconstrução da imagem dos estivadores perante a opinião pública) cristalizou as renovações do sindicalismo e do trabalho da estiva, principalmente desde o internacionalismo e da sua entrada no IDC. Ele marca uma virada nesse sindicato, que passa a abrir portas para um esforço comunicacional que é também associativo ao permitir

conectar a sociedade civil a uma luta, a princípio, distante da sua realidade. Considerados pela opinião pública um sindicato corporativo, voltado para si próprio, o sindicato dos estivadores de Lisboa, durante o conflito analisado, revela na verdade uma vocação para o público e para o comum: um esforço de associação com outros organismos, uma vontade para a comunicação inter-setorial, um posicionamento que não esconde a importância da solidariedade ao constituir-se como um dos elos de uma rede mais vasta, que se posiciona frente à degradação dos vínculos laborais e da dignidade da existência humana.

Ainda que o esforço comunicacional não seja o único elemento determinante para a renovação sindical, não podemos deixar de considerar a importância dessa renovação e da utilização bem feita das redes sociais, dos veículos de comunicação e de campanhas públicas para a dinamização de um poder discursivo exitoso. Cumpre ressaltar, ainda, que o que é chamado de crise estética do sindicalismo não se limita a um trabalho comunicacional e estratégico mal feito: ele também relaciona-se com a capacidade, ou não, de fazer ouvir a voz do tempo. A estratégia comunicativa do Seal não está dissociada do facto de que ao internacionalizar-se, o sindicato da estiva atualiza o sindicato ao contexto global; que ao conectar-se nas redes sociais, conecta-se às novas formas de resistência geradas pela internet; que ao dar a conhecer-se como parte de uma rede de trabalhadores da estiva mais ampla, implica o trabalho explicitamente na nova organização produtiva; e ao apresentar o seu trabalho, revela como a manutenção e o poder da profissão está em associação inextricável com a luta dos seus direitos.

Capítulo 5. Crise do sindicalismo? Conclusões e questões em aberto

O presente trabalho pretendeu, por meio da análise do caso dos estivadores, investigar os caminhos que a crise do sindicalismo adquiriu nesse caso específico. Antes de um caso emblemático de dessindicalização, esse caso revelou a capacidade regenerativa do sindicato, a que procurámos jogar luz através da compreensão das transformações do sistema económico e a história dessa classe profissional, por um lado, e por meio da forma

através da qual essa classe profissional dinamizou os recursos de poder disponíveis na actualidade, por outro. Estabelecemos, de acordo com a bibliografia levantada, quatro hipóteses que organizaram a investigação dos motivos que levariam ao facto de que o sindicato dos estivadores, na forma do actual Seal, ao contrário da maioria dos sindicatos, tivesse renovado a sua força e actuação política na contemporaneidade.

Cabe considerar, entretanto, antes de esquadrihar novamente os pontos organizativos do trabalho, de que maneira os enquadramentos teóricos podem, agora, unirem-se à guisa das conclusões. Dissemos, no início do trabalho, que o nosso esforço teórico consistia no desenvolvimento de uma tese que se encontrava na esteira do marxismo estruturalista, estabelecendo aliança entre o trabalho de Beverly Silver, que situa a sua análise na capacidade de reorganização dos modelos de resistência em relação às transformações da estrutura produtiva, e o enquadramento revitalizado por Estanque dos recursos de poder sindicais. Estas duas últimas análises são as diferentes faces de uma mesma moeda, que se preocupa em observar as relações de poder, resistência e atuação que os organismos colectivos podem estabelecer com as condições objetivas do sistema económico e político. Como, enfim, são ao mesmo tempo um produto e um agente de respostas a essa configuração.

Mas é preciso considerar, no que diz respeito a recapitulação do seu passado, no terceiro capítulo, que este exercício histórico realizado não aparece para nós somente como um momento de curiosidade trivial ou de historicização aleatória: ele serve para nos revelar a metamorfose desse sindicato ao longo dos diferentes regimes económicos, sociais e políticos, apresentando-o, dessa forma, como uma mediação entre a totalidade e a particularidade dos tempos históricos, à maneira do método dialético e estrutural. Esse olhar joga luz ao facto de que as transformações operadas pelo sindicato são, também, transformações operadas *no* sindicato pela passagem do tempo e das formas sociais. É possível percebê-lo, assim, como um objeto social de facto, ou seja, enredado em uma rede de relações que o conferem forma e distinção ao longo do contexto.

A maximização do poder estrutural a partir da década de 1990, com a inserção de containers e a integração multi-modal em uma cadeia planetária, deixa esse carácter dialético entre particularidade e totalidade muito claro: as condições de possibilidade

abertas por essa modificação na estrutura produtiva, que avança em direção a uma maior, mais acelerada e mais sofisticada comunicação entre zonas portuárias, facilita, em articulação com as redes virtuais, a comunicação entre esses trabalhadores. A resposta internacionalista que surge, portanto, dessa classe de trabalhadores, é uma nova forma de resposta às novas condições materiais inscritas na estrutura produtiva.

Mesmo eventos anteriores, como é o caso do ajuste tecnológico ocorrido na década de 1980 em Portugal e a derrota dos estivadores de Liverpool em 1995, também evidenciam as reconfigurações da estrutura produtiva e os seus impactos nas dinâmicas sindicais e laborais. A deslocalização e reconversão laboral industrial europeia para os países do eixo oriental implicou a cooptação e traição massiva das estruturas sindicais em relação aos seus trabalhadores, ou em derrotas históricas de sindicatos também históricos (Varela, 2017: 161). O que em Portugal se apresenta como plano de reforma antecipada na negociação do despedimento massivo necessário para a realização do ajuste tecnológico, em Liverpool se revela no processo de desindustrialização da Grã-Bretanha e a guerra nos portos aberta em direção à precarização do trabalho. Em ambos os casos, os sindicatos aparecem como traidores das suas classes, compactuando com as modificações exigidas económica ou tecnicamente no desenvolvimento dos meios de produção.

É nesse mesmo sentido que lemos as políticas económicas europeias implementadas na época da Troika e as sinergias económicas geradas pelo colapso da crise de 2011 em diversos países do mundo. Elas revelam como a produção de resistências multi-situadas, em rede ou não, estão inevitavelmente conectadas com os processos gerados pelo sistema económico, seja na forma das suas crises cíclicas, seja na forma de políticas económicas forjadas no quadro da união europeia para o estabelecimento de acordos económicos externos e internos.

Os recursos de poder de que dispõem os estivadores, nesse sentido, estão sempre em potência no próprio sistema económico, sendo passíveis ou não de serem utilizadas. Mesmo o caso dos poderes institucional e discursivo, menos evidentes que o poder estrutural, expressam as transformações do sistema económico e o desenvolvimento do conflito de classe entre trabalhadores e associações patronais. O poder institucional, por meio dos ganhos ou das perdas legislativas para a conjunto da classe trabalhadora, em

geral, e para a classe dos estivadores, em particular; o discursivo, as condições de possibilidade abertas pelo aparecimento das redes e do mundo virtual, que cria não só a possibilidade de associações e parcerias entre colectividades que independem da partilha no mesmo espaço-tempo como também possibilitam a produção de narrativas autónomas dos veículos de comunicação oficial.

A análise do mundo virtual nos permitiu, por um lado, perceber como o nascimento e a utilização das redes sociais foram fundamentais na reconfiguração das relações de poder no que diz respeito à produção de narrativas próprias, independentes dos veículos de comunicação tradicionais. Esse espaço aberto à vozes de colectivos ou indivíduos que, de outra maneira, ficariam relegados à sombra, também evidenciou como o ambiente virtual e a utilização generalizada de aparelhos e espaços virtuais tem de facto modificado a forma como se nascem, produzem e desenvolvem sujeitos e colectividades na esfera pública, que hoje poder-se-ia dizer inevitavelmente dependente ou relacionada ao que acontece no mundo virtual.

É curioso, nesse sentido, a ambiguidade das redes sociais no que diz respeito ao eclipse ou à reformulação da esfera pública, uma vez que materialmente os indivíduos podem estar separados, mas unem-se em novas camadas de realidade virtual na qual talvez fossem impensável que determinados sujeitos ou colectivos se reunissem. A particularidade do caso dos estivadores reside, entretanto, ainda que de um bom uso feito das redes sociais, de uma partilha cultural que não advém só destas, mas também e sobretudo de uma cultura de trabalho, muitas vezes com heranças familiares e históricas, que dinamiza de forma distinta a sua utilização das redes sociais para o reforço dos seus laços de solidariedade e companheirismo entre estivadores. Nesse sentido é preciso reconsiderar, novamente, as hipóteses levantadas pelo primeiro capítulo, no intuito de responder à que se poderia dever a particular renovação da força sindical do sindicato dos estivadores, em um contexto de dessindicalização massiva.

A primeira hipótese por nós levantada após a revisão da literatura referia-se às relações de trabalho desse grupo profissional, que teoricamente não teriam sido afetadas pelos problemas da alta mobilidade, da flexibilidade ou de desterritorialização. Percebemos que, ao longo do tempo, o contrato à jorna foi sempre uma realidade dessa

classe profissional, tendo essa realidade se modificado só a partir da década de 1980, onde a implementação de contratos efetivos veio articulada à modificações substanciais do regime de trabalho desse sector. Portanto, ainda que os contratos precários já fossem uma realidade parcial no início do ano de 2000 no porto de Lisboa, os contratos a termo ainda eram majoritários e, dada a natureza da profissão e o seu forte sindicalismo, foi possível mitigar as medidas implementadas em outros sectores ou regiões. Cumpre notar, entretanto, que a primeira mudança dramática nos quadros profissionais, na década de 1980 e 1990 com a redução do número de trabalhadores e as contrapartidas implementadas para possibilitar o afastamento e os planos de reforma de estivadores mais antigos, causou sérios conflitos entre esses profissionais em Portugal, o que marca a influência de uma mudança estrutural importante na reorganização desse grupo profissional e do seu sindicato. Do ponto de vista organizativo, esse conflito seria contornado, entretanto, pela fundação de uma rede de solidariedade internacional, nascida da derrota dos trabalhadores de Liverpool, que também atravessavam conflitos laborais relacionados às mudanças estruturais na indústria do transporte.

Nesse sentido, essas mudanças nas formas de trabalho que passaram a ser implementadas no início dos anos 1980 e 1990 e que fornecem um conjunto de razões para explicar a crise do sindicalismo, foram, na verdade, objeto de resistência dessa classe profissional a nível internacional, mais do que condições de possibilidade para a destruição do seu tecido sindical. Podemos dizer, nesse sentido, que assim como a grande parte das profissões na actualidade, os problemas relacionados à mobilidade e a flexibilidade foram também uma realidade para os estivadores, ao que estes, por sua vez, resistiram e produziram uma organização internacional como resposta. A história, nesse sentido, joga um papel importante, uma vez que não se trata de uma classe profissional que surge junto e a partir das novas formas de trabalho, mas que as enfrenta como parte de um determinado momento histórico.

Em segundo lugar, consideramos a possibilidade de que as mudanças no que foi chamado por Lapa de regime sócio-cognitivo, ou seja, o processo de disseminação de uma nova ideologia com o advento do neoliberalismo, não teria tido incidência nos trabalhadores da estiva, que partilhariam de uma ideologia distinta. De facto,

principalmente a partir da derrota dos trabalhadores de Liverpool, a solidariedade foi considerada o mote, a palavra de ordem desse sindicalismo, evidentemente representada na ação prática de colaboração entre diferentes grupos e sectores da sociedade inglesa para com os estivadores. Na voz de todos os sindicalistas entrevistados, a solidariedade é o valor mais importante a ter em conta para resistir às pressões do capital económico e o único caminho possível para conquistá-lo. Nesse sentido, ao contrário da ideologia individualista do neoliberalismo, a solidariedade aparece para esse sindicato como o seu mais importante fundamento, talvez por isso, tão disseminada não só entre os estivadores (precários e efetivos, mais velhos e mais novos) mas também em relação a outros grupos que dispõem de lutas comuns. A importância do estabelecimento de redes, a força que nunca é advinda de um só colectivo ou de uma só pessoa, a consciência que nada está só ou se faz sozinho foi a lição que adveio da derrota dos estivadores de Liverpool e criou as sementes do IDC. Nesse sentido, nada poderia ser mais radicalmente adverso à ideologia neoliberal disseminada na actualidade, o que também por isso faz com que em muitas entrevistas os estivadores considerem que, mais do que lutas localizadas pela garantia de melhores condições laborais, os conflitos das associações patronais e dos trabalhadores evidenciam projetos de sociedades diferentes.

Em seguida, consideramos que a renovação estética teria sido operada com sucesso. O que entendemos por renovação estética não diz respeito só à modificações na *imagem* física e simbólica do sindicato, ainda que ela tenha sido realizada. Trata-se, aqui, sobretudo de uma mudança comunicacional no seu sentido mais alargado, de enraizamento em novas plataformas de comunicação, produção de objetos de comunicação físicos e virtuais, implementação de estratégias na produção de contra-narrativas, explicações e divulgação de conhecimento sobre a profissão e a luta sindical. O que percebemos, nessa renovação estética, foi a importância da aproximação da direção desse sindicato em direção aos novos movimentos sociais, a inserção do seu sindicato nas plataformas virtuais, bem como as possibilidades abertas por essa implementação no que diz respeito à capacidade de fazer-se ouvir perante os veículos de comunicação tradicionais.

Percebemos, nesse ponto, como o trabalho de comunicação foi fundamental para conseguir renovar ou construir fontes de poder que antes não eram acionadas. A relação entre as redes sociais e os veículos de comunicação tradicionais torna esse aspecto

evidente, uma vez que sendo uma camada incontornável da realidade, os veículos de comunicação tradicionais, para produzir reportagens verosímeis, não podem ignorar o trabalho de comunicação feito nas redes sociais. Além disso, a implementação do sindicato dos estivadores nas redes também sublinha a importância da aproximação desse sindicato com os novos movimentos sociais e com plataformas virtuais que agregavam um conjunto amplo de colectivos e atores políticos à época da Troika. Nesse momento, percebemos que a reatualização estética desse sindicato, na sua vertente virtual e simbólica, é indissociável da sua prática, uma vez que este se aproximou e buscou criar familiaridade com outros movimentos sociais, o que evidentemente trouxe novos aportes para a sua comunicação externa e interna.

Por último, consideramos que a estratégia internacionalista possibilitou contornar os limites do estado nação, reorganizando as estratégias de resistência. Sejam as condições de possibilidade abertas pelas modificações no modo de produção capitalista contemporâneo, sejam os recursos de associação e solidariedade instaurados, sobretudo, a partir da derrota dos estivadores de Liverpool, de facto a conscientização da eficácia e da adequação de uma estratégia internacionalista permitiu contornar as limitações do estado nacional no que diz respeito a sua capacidade de barganha e fornecer uma força renovada a esse sindicalismo. Dada a influência renovada da UE e do FMI na economia portuguesa, bem como a renovação da divisão internacional do trabalho no quadro do neoliberalismo, a ambiguidade sublinhada por Harvey a respeito do papel do estado nesse regime sócio-económico de facto condiciona a ação estatal e o coloca muitas vezes no papel de recrudescedor de políticas sociais, como foi propriamente o caso da Troika.

O caso do sindicato dos estivadores e a sua atuação colectiva, particularmente junto à outros sindicatos europeus, sinalizou não só uma resistência internacional, mas também situada na União Europeia, o que reflecte o papel cada vez mais influente da UE nas políticas económicas de diferentes países pertencentes ao bloco. A aliança europeia e internacional, nesse sentido, não só permite contornar os limites do estado nação para a barganha de contratos de trabalho, como sinaliza mais precisamente como a economia continental ou internacional tem organizado as políticas e estratégias económicas. Nesse sentido, podemos dizer que a ideia muito difundida de economia nacional parece, principalmente nos momentos mais agudos, não integrar adequadamente a realidade do

modo de produção global ou da formação económica europeia, que reposiciona o país na divisão internacional do trabalho e no quadro económico europeu, o submetendo à novas condições económicas e laborais. Podemos dizer, nesse sentido, que a hipótese da estratégia internacionalista é vitoriosa por adequar-se mais correctamente à realidade económica e histórica que molda não os limites, mas sobretudo as conexões entre estados-nação. Definindo as estratégias de luta por meio da realidade material transnacional, ao invés do quadro do estado-nação, a estratégia internacionalista revela na prática a veracidade da realidade material objectiva e aponta para estratégias que podem nortear as lutas políticas na actualidade.

Evidentemente, não é somente uma resposta que consagra as vitórias do sindicato da estiva de Lisboa, da mesma forma que não é só uma hipótese a respeito da dessindicalização que poderia vir a fornecer uma explicação acerca do fenómeno de crise ou decadência dessa organização na actualidade. Há uma miríade de grupos profissionais, múltiplos e diversos, muitas vezes com pouca tradição sindical e/ou que produzem novas formas de colectividade para efetuar as suas reivindicações perante a associação patronal. Nesse sentido, é fundamental ressaltar a particularidade do caso dos estivadores, que aparece como um sindicato muito conectado à modelos de organização política do período industrial apesar da sua renovação estética - tanto pela natureza do seu trabalho, como pela própria constituição do seu corpo de trabalhadores. Isso significa dizer que eles estão menos inseridos no que Gorz (2000) tem chamado de sociedade de serviços quando comparados a outras profissões. Mesmo a similaridade em termos de género, origem e faixa etária desses trabalhadores também acaba favorecendo o contorno de problemas mais contemporâneos relacionados ao multiculturalismo e à questões de género e etnia, como costuma ser comum em profissões mais recentes ou nos novos movimentos sociais.

Essa particularidade ressalta, ainda, um aspecto que nos chamou muita atenção ao longo do desenvolvimento do trabalho, relacionado a importância do desenvolvimento de uma cultura profissional ao longo do tempo, que favorece o desenvolvimento de um poder associacional forte e também remete às questões que envolvem a produção de identidades dos sujeitos muito afeitas à sua categoria profissional. Se actualmente as identidades parecem conectar-se mais facilmente com outros vetores de poder e formas de opressão, não relacionados ao espaço do trabalho, as subjectividades em torno da identidade profissional, nesse caso específico, parecem ser uma componente que

particulariza essa classe profissional e que, em certa medida - ainda que incerta -, pode funcionar como um factor importante na composição dessa colectividade.

Nesse sentido, cumpre ressaltar as diferentes camadas temporais que parecem compor esse organismo colectivo, essa classe profissional — esse grupo de trabalhadores na sua formação sindical. E essas camadas temporais ou, de certa forma, essa história, implicada nas mudanças materiais, económicas e políticas que seguiram as transformações na sua formação, conferem a esse sindicato não só particularidade e contexto, mas também uma capacidade *sui generis* de se reinventar ao mesmo tempo que persistir, de mudar ao mesmo tempo que manter. Ao contrário dos novos movimentos sociais, dotados de novas demandas, novos modelos organizativos, novas referências e novos objetivos, o sindicato dos estivadores de Lisboa aparece como um sindicato que mantém, ainda, conexão com formas de organização e resistência características do século XX, cabendo portanto considerar essas aproximações ao mesmo tempo com o contemporâneo e com o histórico, no sentido de se tratar, sobretudo, de um sindicato produzido, também, pelo tempo.

Esse aspecto, concatenado com as escolhas políticas de carácter internacionalista, a sua cultura solidária e os esforços comunicacionais, jurídicos e estéticos empreendidos pelo sindicato na última década nos parecem fornecer um conjunto de razões palpáveis para a sua ação vitoriosa e a renovação da sua força sindical. Devemos considerar, evidentemente, que a atuação política desse sindicato de carácter internacionalista, dotado de forte poder estrutural, também leva a cabo as suas reivindicações de forma independente, ou seja, sem estar associado a partidos que poderiam, a princípio, condicionar de certa forma a sua actuação política, ainda que implicando outros tipos de ganhos. Nesse sentido, as suas paralisações e organizações de luta encontram-se tão somente limitadas pela sua própria organização nacional e internacional interna, o que lhes concede maior poder de movimentação.

Assim sendo, dada a particularidade da sua classe profissional, não seria correcto dizer que o exemplo dos estivadores pode ser mimetizado por outras associações mais recentes, que já estão implicadas em outras dinâmicas laborais e de formação de identidades pessoais e colectivas. Isso também para pontuar que, de forma complementar às questões levantadas aqui a respeito da crise do sindicalismo, cabe um outro trabalho de análise a respeito dos interesses de associações sindicais recentes e/ou de movimentos

sociais contemporâneos e da sua perspectiva a respeito da identidade laboral ou da própria prática sindical, uma vez que muitos movimentos sociais aparecem não só afastados dos espaços de trabalho para a reivindicação dos seus direitos, mas também dotados de reivindicações mais amplas e menos economicamente fundamentadas. As próprias lutas por reconhecimento que Frazer (2002) ou Honneth (2003) tem destacado nas suas análises mais recentes, parecem trazer para o debate público questões que minimizam de facto a questão material, principalmente em termos de salário, e se voltam a questões relacionadas às opressões de género e ou etnia, em associação à revisões históricas e outras formas de luta por mobilidade social.

O estudo de caso aqui realizado dá pistas, entretanto, para outros organismos sindicais no esforço de atualização das suas prática e no exercício de memória pública acerca da importância fundamental dos sindicatos na conquista dos direitos dos trabalhadores e do próprio movimento da história. O seu estudo de caso nos revela, ainda, que a reorganização dessas instituições para um quadro político e organizativo internacional parece ser um imperativo — não só pela capacidade de produzir efeitos práticos mais eficientes, ao localizar a luta de classes no terreno material e não representativo, mas também — dada a nova organização económica global, que gera sinergias e constelações económicas evidentes entre diferentes países, bem como oferece novas plataformas virtuais para o estabelecimento de redes entre os trabalhadores.

Na nossa perspectiva, destaca-se, de facto, como esse avanço contra-corrente do sindicato dos estivadores parece ter acertado o passo ao conectar-se aos pontos nevrálgicos do sistema económico actual e, tornando-se internacionalista, conseguir dar um novo salto em direção à estratégias de resistência que estão em consonância com a própria produção do sistema económico. A solidariedade, aqui, aparece como um decalque dessa estratégia material, da mesma maneira que o novo regime cognitivo exposto por Lapa parece seguir a nova estrutura material do neoliberalismo. Se de facto entramos em uma sociedade de serviços, mais individualizada e mais próxima da luta pela liberdade individual, a luta dos estivadores nos apresenta o negativo dessa realidade: o poder incontornável que reside na implementação de redes de solidariedade, principalmente quando estas estão assentadas nas formas de produção e reprodução da vida social.

Referências bibliográficas

AGUIAR, J. (2009). *A classe social como processo: o conceito de formação da classe trabalhadora*. Configurações, 5/6 | 2009, 75-100.

ALVES, J. (1986). *Histórias de um estivador*.

ALTHUSSER, Louis. *Resposta a John Lewis (A questão do Humanismo)*. 1973. Editorial Estampa. São Paulo.

_____. *Aparelhos ideológicos do Estado*. 1974. Editorial Presença. Portugal

_____. *Ler o capital*. 1965. Zahar editores.

ANTUNES, Ricardo. (1999). *Sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo. Boitempo Editorial.

_____. (1980) *O que é o sindicalismo*. Editora Brasiliense. Décima oitava edição.

ARRUDA, P. 2007. *Direitos trabalhistas e políticas de confrontação com o sindicalismo britânico: 1979-90*. DOSSIÊ: Estado e trabalhadores em perspectiva histórica

ALMEIDA, José Ramos, SILVA, Manuel Carvalho da, FERREIRA, Antonio Casimiro, COSTA, Hermes (2016). *Concertação Social: A atividade da CPCS de 2009 a 2015*. Cadernos do observatório #9. CES: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

BARATA, Ana Cristina Martins. (2010) *Lisboa “caes da Europa”, 1860-1940*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Edições Colibri

_____. (2005). *Rescrever a cidade: Lisboa, do Terramoto à*

actualidade. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BARATA, André. (2014) *Do austerismo ou do abuso sobre a existência temporal*. In: Ewald, Ariane *et al.* (Orgs.). *Subjetividades e temporalidades*. Rio de Janeiro: Garamond.

BARATA, André. & CARMO, Renato Miguel do. 2017. *Teoria Social da Austeridade: para uma crítica do processo de precarização*. Rev. Serv. Público Brasília 68 (2) 319-342 abr/jun 2017

BARRETO, José. (1991) *A formação das centrais sindicais e do sindicalismo contemporâneo em Portugal (1968-1990)*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

BERNARDINO, J. (2000). *Relações de trabalho no sector portuário: o caso dos estivadores do porto de Lisboa 1980-2000* (Tese de Doutoramento). Lisboa. ICSTE

BOYER, Robert. (2002) *Regulation Theory: State of the art*. Londres. Editora Routledge. pp. 55-174

BRAVO, Maria de Lourdes (2000). *O Tráfego de Contentores como parte da Logística Multimodal, com enfoque no Tráfego Europeu*. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa.

BRAGA, Ruy. (2020). *Um padrão Thompsoniano de agitações trabalhistas?* In: *Mundos do Trabalho*, Florianópolis | v. 12 | p. 1-18 |

_____. (2002). *A nostalgia do fordismo: elementos para uma crítica da Teoria Francesa da Regulação*. Campinas. Editora Unicamp.

BRUNO, Lúcia Barreto. (1985). *O que é autonomia operária*. Editora Brasiliense

CAMPOS, José Alberto. & SIMÕES, Ricardo. (2016). *Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto na época de crise*. In: *comunidade. mídia consumo*, São Paulo,

v. 13, n. 38, p.130-150

CASTRO, José Miguel Reis de Brito (2018). Tendências de evolução dos transportes marítimos internacionais e implicações nas infraestruturas portuárias. *Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto*. p. 1-34.

CHESNAIS, Françoise. (2002). *A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações*. Campinas. Economia e Sociedade v. 11, n. 1 (18), p. 1-44,

CHIAPELLO & BOLTANSKI. (1999). *O novo espírito do Capitalismo*. Paris. Editora Gallimard

CHILCOTE, Ronald . (1988) *Capitalism and Socialist Perspectives in the Search for a Class Theory of the State and Democracy*. New York: In: Dankwart Rustow and Kenneth Erickson (Eds), *Comparative Political Dynamics: Global Research Perspectives*. Harper and Row, 1991

COSTA, António Firmino da. (1984). *Entre o cais e o castelo: identidade cultural num tecido socialinegualitário*. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*: Lisboa. pp.77-108.

_____ (1985): *Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros*, In: *Análise Social XXI* (87-88-89): pp.735-756.

_____ (1999). *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade*. Oeiras: CeltaEditora.

COSTA, Hermes, ESTANQUE, Elísio & FONSECA, Dora. (2019). *Poderes sindicais em reconstrução? Ilações setoriais no contexto português*. In: *Sociologia online* n.o 21, dezembro 2019, pp. 36-61

DUPAS, Gilberto. (1999). *Economia global e exclusão social. Pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo. Editora Paz e Terra.

ESTANQUE, Elísio. & FERREIRA, António Casimiro. (2002). *Transformações no mundo laboral e novos desafios do sindicalismo português*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. pp. 151-159

ESTANQUE, Elísio. (2020). *Poderes sindicais em Debate. Desafios e oportunidades na Autoeuropa, TAP e PT/Altice*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

FONSECA, Dora. (2013). *Precarious but Inflexible: The Rise of a New Social Movement in Portugal*. Global Dialogue: Magazine of International Sociological Association. sn/

FOUCAULT, Michel. (2013) *O corpo utópico e as heterotopias*. São Paulo. N-1 Edições.

FRAZER, NANCY. *A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002: 7-20

HARVEY, David. (2008) *Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo. Editora Loyola

_____. (1992). *A condição pós moderna*. São Paulo. Editora Loyola

HENRIQUES, Pedro Castro. (2013). *Do vasto e belo Porto de Lisboa*. Edições Especiais Ltda.Lisboa.

HYMAN, Richard. (2001). *Understanding European Trade Unionism Between Market, Class and Society*. Londres. Sages Publications.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.São Paulo.

KATZNELSON, Ira & ZOLBERG, Aristide R. (1986) *Working Class Formation: Nineteenth- Century Patterns in Western Europe and the United States*. Oxford. Princeton University Press.

KOVACS, Ilona. (2006) *Novas Formas de Organização do Trabalho e Autonomia no*

Trabalho. In: Sociologia, Problemas e Práticas [online]. 2006, n.52, pp.41-65.

GERMER, C. M. (2021). O método materialista dialético de Marx e Engels. *Germinal: Marxismo Educação Em Debate*, 12(3), 45–75. <https://doi.org/10.9771/gmed.v12i3.42063>

GERSTEIN, Ira. 1989 *(Re)Structuring Structural Marxism*. In: Rethinking Marxism Vol 2. Nº1(Spring), 104-133

GORZ, André. (2001). *Farewall to the working class: An essay on post-industrial socialism*. Londres. Ed. Pluto Press. pp. 66-74

LAPA, Tiago. (2006). *Quadros e trabalhadores no capitalismo flexível: uma abordagem cultural sócio-cognitiva*. CIES-ICSTE. Centro de Investigação e estudos de Sociologia.

LACLAU, Ernesto & CHANTAL, Mouffe. (1985) *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres. New Left Review, N. 166 (November-December), 79-106.

MITCHELL, Timothy. (2011). *Carbon Democracy. Political power in the age of oil*. Londres. VersoBooks.

MUNCK, Ronaldo. (2001). *Globalization and Labour: The New “Great Transformation”*. Londres. Zed Books

MOURÃO, Rui. (2012) *Ensaio de Artivismo*. Lisboa. Museu Nacional do Chiado.

OECD (2019), *Negotiating Our Way Up: Collective Bargaining in a Changing World of Work*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/1fd2da34-en>.

PERROT, Michelle. (1986), “On the formation of the working class”, in I. Katznelson e A. Zolberg (org.), *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*. Oxford. Princeton University Press,

PRATA, Ana Filipa da. (2019). *O desenvolvimento portuário Português (1910-1926)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. pp. 37-51

QUEIRÓZ, Maria de Fátima Ferreira, AREOSA, João. LARA, Ricardo. Gonçalves, Filipe. *Estivadores Portugueses Organização do trabalho e acidentes*. In: Laborare. Ano III, Número 5, Jul-Dez/2020, pp. 7-28. ISSN 2595-847X.

RESNICK, Stephen A. (1987) *Knowledge and Class: A Marxism Critique of Political Economy*. Chicago: University of Chicago Press.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (2009) *Destino do sindicalismo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

SANTOS, Boaventura Sousa Santos. (1995). *Teses para a Renovação do Sindicalismo*. Vértice 68, pp. 132-139

SCHMALZ, Stefan; Dorre, Klaus (2013) *El Planteamiento de los recursos del poder*. Cidade do México: Fundación Friedrich Ebert, disponível em: <https://bit.ly/2v3GMiE>.

SCHMALZ, Stefan; Ludwig, Carmen; Webster, Edward (2019). *Power resources and global capitalism*. Global Labour Journal 10(1), 84-90.

SCHMITTER, Philippe C. (1974) *Still the Century of Corporatism?* In: The Review of Politics. Vol. 36, No. 1, The New Corporatism: Social and Political Structures in the Iberian World (Jan., 1974). Cambridge University Press.

SOUSA, Henrique. (2009). *Há futuro para a concertação social? Os sindicatos e a experiência do modelo neocorporativo em Portugal*. In: Revista de Sociologia Configurações 5/6 Exclusões, poderes e subculturas p. 101-142

SILVER, Beverly. (2005) *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo.

SMITH, John Smith. (2016). *Imperialism in the Twenty First Century: The globalization of production, super-exploitation and the crises of capitalism*. Nova York. Monthly Review Press.

STANDING, Guy. (2014). *O precariado e a luta de classes*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 103, Maio 2014: pp. 9–24

TAUSSIG, Michael. (2000) *The beach (A fantasy)*. In: Critical Inquiry, Vol. 26, No. 2. pp. 248-278 THOMPSON, Edward P. (1991), *The formation of the English working class*. Londres. Penguin.

_____. (1978). *The Poverty of Theory and Other Essays*. Londres: Merlin Press.

VARELA, Raquel. (2015). *A história dos povos na revolução portuguesa*. Lisboa. Bertrand Editora

_____. (2017). *Reestruturação produtiva e relações de trabalho na Europa*. In M. B. Mattos, P. Terra, & R. Varela (Eds.), *História das relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global*. Consequência.

_____. (2019). *Don't fuck with my job. A luta dos estivadores: uma perspectiva global*. Lisboa. Húmus Editora.

WRIGTH, Erik Olin (2009). *Working class power, capitalist-class interests, and class compromise*. American Journal of Sociology 105 (4), 957-1002.

Contratos de Trabalho

Contrato colectivo de trabalho / celebrado entre as Associações dos Armadores da Marinha Mercante e dos Agentes de Navegação do Centro de Portugal e dos Sindicatos dos Estivadores do Porto de Lisboa e Centro de Portugal e dos Trabalhadores do Tráfego Portuário de Lisboa e Centro de Portugal. Lisboa : S.E.P.L.C.P., 1977.

Economia dos estivadores do distrito e Porto de Lisboa : estatuto, regulamentos e indicações úteis. 1959. Lisboa. s.n.

Estatutos / Caixa Auxiliar dos Estivadores do Distrito e Porto de Lisboa. (1935). [S.l. : s.n.],

Estatutos 1976 / Sindicato dos Estivadores do Porto de Lisboa e Centro de Portugal.(1976). Lisboa : [s.n]

Estatutos do Sindicato Nacional dos Estivadores do Distrito e Porto de Lisboa. (1933) [S.l. : s.n.]

Projecto do regulamento de trabalho / Sindicato Nacional dos Estivadores do Distrito de Lisboa.(1962) Lisboa : [s.n.]

Regulamento do serviço de colocação : conto / Sindicato Nacional dos Estivadores do Distrito e Porto de Lisboa. (1957) Lisboa: [s.n.]

Regulamento interno / Sindicato Nacional dos Estivadores do Distrito e Porto de Lisboa. Lisboa :S.N.E.D.P.L., (1973). [s.n.]

Regulamento interno / Sindicato Nacional dos Estivadores do Distrito e Porto de Lisboa. Lisboa :S.N.E.D.P.L., (1950). [s.n.]

Legislações Laborais

Decreto lei n 409/71 de 27 de setembro. Ministério das Corporações e Previdência Social. Diário do Governo n.º 228/1971, Série I de 1971-09-27, páginas 1393 - 1402 [Consult. 16 nov. 2021]. Disponível em <<https://dre.pt/dre/LinkAntigo?search=632735>>

Decreto-Lei n.º 145-A/78. Ministério dos Transportes e Comunicações. Diário da República n.º 137/1978, 1º Suplemento, Série I de 1978-06-17, páginas 1 - 3. [Consult. 16 nov. 2021]. Disponível em <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/145-a-1978-631273>>

Decreto regulamentar n.º 17/78. Diário da República n.º 137/1978, 1º Suplemento, Série I de 1978-06-17, páginas 6 - 8. [Consult. 16 nov. 2021]. Disponível em <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-regulamentar/17-1978-631272>>

Decreto n.º 56/80. Diário da República n.º 176/1980, Série I de 1980-08-01, páginas 1955 - 1958. [Consult. 16 nov. 2021]. Disponível em <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/56-1980-470255>>

Decreto-Lei 282-A/84. Ministérios da Justiça, das Finanças e do Plano, do Trabalho e Segurança Social e do Mar. Diário da República n.º 192/1984, 1º Suplemento, Série I de 1984-08-20. [Consult. 16 nov. 2021]. Disponível em <<https://dre.tretas.org/dre/19428/decreto-lei-282-A-84-de-20-de-agosto>>

Decreto 12757, de 4 de Dezembro. Ministério do Comércio e Comunicações - Administração Geral dos Serviços Hidráulicos - Repartição dos Serviços Fluviais e Marítimos. Diário do Governo n.º 271/1926, Série I de 1926-12-04. [Consult. 16 nov. 2021]. Disponível em <<https://dre.tretas.org/dre/98759/decreto-12757-de-4-de-dezembro>>

Decreto lei n.º 116/90 de 5 de abril. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Diário da República n.º 80/1990, Série I de 1990-04-05. [Consult. 16 nov. 2021]. Disponível em <<https://dre.tretas.org/dre/15487/decreto-lei-116-90-de-5-de-abril>>

Decreto lei nº 151/90 de 15 de maio. Diário da República n.º 111/1990, Série I de 1990-05-15, páginas 2232 - 2242. [Consult. 16 nov. 2021]. Disponível em <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/151-1990-571408>>

Decreto-lei n 280/93 de 13 de agosto. Ministério do Mar. Diário da República n.º 189/1993, Série I- A de 1993-08-13, páginas 4324 - 4327. [Consult. 16 nov. 2021]. Disponível em <[https:// www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=756&tabela=leis&so_miolo=>](https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=756&tabela=leis&so_miolo=>)

Decreto-Lei n.º 331/98 de 11 março. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território Diário da República n.º 254/1998, Série I-A de 1998-11-03, páginas 5697 - 5704. [Consult. 16 nov. 2021]. Disponível em <<https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/331-1998-223012>>

Vídeos e documentários

Sabe o que é um estivador? Arquivo RTP. 01-07-1974 Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/sabe-o-que-e-um-estivador/>

Profissão: Portuário. Arquivo RTP. 12-10-1974. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/profissao-portuario/>

Les Dockers de Liverpool. The Flickering Flame. Kean Loach. 18-12-1996. Disponível em: <https://en.labournet.tv/video/6066/flickering-flame>

A guerra dos portos | The war of Ports. Recolha de entrevistas a vários estivadores europeus sobre o movimento internacional de solidariedade com o porto de Lisboa. Disponível em: <http://www.YouTube.com/watch?v=oKRJ5k1N4dM>

Euromanifestation dockers Strasbourg. 23-01-2008. Disponível em: <https://youtu.be/iZUjBjcrugY>

Vivent les dockers! 1951. Robert Ménégos. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=jvBrInczmrU>

Conferências de Imprensa, 19 de fevereiro de 2014. Disponível em < <https://oestivador.wordpress.com/2014/02/19/video-da-conferencia-de-imprensa-do-sindicato-dos-estivadores/>>

Frightened: The Real Price of Shipping. 2016. Denis Delestrac. Espanha.

Plataformas virtuais e sites da comunicação social

O estivador. Blog. 2013-2021. Disponível em: <https://oestivador.wordpress.com>

IDC. International Dockers Coucil. Página oficial. Disponível em: <https://www.idcdockworkers.org>

Porque são os estivadores de Lisboa ricos e fortes e os de Sines pobres e fracos. Paulo Moura. O Público. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2012/11/29/jornal/porque-sao-os-estivadores-de-lisboa-ricos-e-fortes-e-os-de-sines-pobres-e-fracos-25669131>>

Plataforma internacional de estivadores ameaça Governo português. 17 Set 2013 Lusa. Disponível em <<https://www.publico.pt/2013/09/17/economia/noticia/plataforma-internacional-de-estivadores-ameaca-governo-portugues-1606161>>

Estivadores de Lisboa avançam com nova greve durante um mês. 7 junho 2013. Lusa. Disponível em <<https://www.publico.pt/2013/06/07/economia/noticia/estivadores-de-lisboa-avancam-com-nova-greve-durante-um-mes-1596761>>

Greve dos estivadores já causou prejuízo de 6,9 milhões ao porto de Lisboa. 13 maio 2016. Disponível em <<https://www.dn.pt/dinheiro/greve-dos-estivadores-ja-causou-prejuizo-de-69-milhoes-ao-porto-de-lisboa-5172133.html>>

Greve dos Estivadores provoca prejuízo médio diário de 300 mil euros por dia. 4 de maio de 2016. Disponível em <<https://www.publico.pt/2016/05/04/economia/noticia/greve-de-estivadores-provoca-prejuizo-medio-diario-de-300-mil-euros-dia-1730858>>

Estivadores em greve contra práticas antissindicais. 20 setembro 2018. Lusa. Disponível em <<https://www.tsf.pt/economia/sindicato-dos-estivadores-promove-hoje-com-manifestacao-em-lisboa-9878440.html>>